**PROSPECTO DEFINITIVO DE OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL REAL, DA 5ª (QUINTA) EMISSÃO DA**



**ARTERIS S.A.**

Companhia Aberta - CVM nº 19771 - CNPJ nº 02.919.555/0001-67 – NIRE 35.300.322.746

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.455, 9º andar, CEP 04543-011, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo

**Perfazendo o montante total de**

**R$1.615.764.000,00**

**Código ISIN das Debêntures da Primeira Série: BRARTRDBS039 | Código ISIN das Debêntures da Terceira Série: BRARTRDBS054**

**Classificação de Risco da Emissão pela Fitch Ratings: “[AA-] (exp) (bra)”**

A **Arteris S.A.** (“Emissora”) está realizando uma oferta pública de distribuição de 1.615.764 (um milhão seiscentas e quinze mil e setecentas e sessenta e quatro) debêntures, sendo (i) 1.454.224 (um milhão quatrocentas e cinquenta e quatro mil e duzentas e vinte e quatro) Debêntures da Primeira Série; e (ii) 161.540 (cento e sessenta e um mil e quinhentas e quarenta) Debêntures da Terceira Série, considerando as Debêntures Adicionais (conforme definidas abaixo), todas nominativas, escriturais, simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real, em 2 (duas) séries, da 5ª (quinta) emissão da Emissora, com valor nominal unitário de R$1.000,00 (um mil reais), na data de emissão, qual seja, 15 de outubro de 2017 (“Data de Emissão”), perfazendo o montante total de R$1.615.764.000,00 (um bilhão seiscentos e quinze milhões e setecentos e sessenta e quatro mil reais) (“Debêntures”), sob a coordenação do **Banco BTG Pactual S.A.** (“Coordenador Líder”), o **Banco Itaú BBA S.A.** (“Itaú BBA”), o **BB – Banco de Investimento S.A.** (“BB-BI”), o **Banco Bradesco BBI S.A.** (“Bradesco BBI”) e a **XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.** (“XP Investimentos” e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Itaú BBA, o BB-BI e o Bradesco BBI, os “Coordenadores”), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) n° 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”), da Instrução da CVM n° 471, de 8 de agosto de 2008, do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Atividades Conveniadas do Código para Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, vigente a partir de 1° de agosto de 2016, conforme alterado (“Código de Ofertas Públicas”), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis (“Oferta”).

As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei do Mercado de Capitais”), da Instrução CVM 400 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, nos termos do Contrato de Distribuição (conforme definido neste Prospecto), com a intermediação dos Coordenadores e outras instituições financeiras, que não se enquadrem como Coordenadores, autorizadas a operar no mercado de capitais para os assessorarem e/ou participarem da colocação das Debêntures junto a potenciais investidores e clientes (“Participantes Especiais” e, em conjunto com os Coordenadores, “Instituições Participantes da Oferta”), sob o regime de garantia firme de colocação, a ser prestada pelos Coordenadores de forma individual e não solidária, com relação à totalidade das Debêntures, sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais, as quais, no caso das Debêntures Adicionais, foram colocadas e, no caso das Debêntures Suplementares, não foram emitidas.

No âmbito da Oferta foi adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, junto aos Investidores Institucionais, organizado pelos Coordenadores, nos termos do artigo 23, parágrafos 1° e 2º, e do artigo 44, ambos da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a definição, com a Emissora (“Procedimento de *Bookbuilding*”): (i) da realização de cada uma das séries da Emissão e da emissão e da quantidade de Debêntures da Primeira Série e de Debêntures da Terceira Série (conforme definidas neste Prospecto), observados os percentuais e limites previstos da Oferta de Varejo (conforme definida neste Prospecto); (ii) da Remuneração da Primeira Série, observado o limite de Juros da Primeira Série (conforme indicado neste Prospecto) e da Remuneração da Terceira Série, observado o limite de Juros da Terceira Série (conforme indicado neste Prospecto); e (iii) do exercício do lote das Debêntures Adicionais e do não exercício do lote das Debêntures Suplementares. Para mais informações acerca do Procedimento de *Bookbuilding*, veja a seção “Informações Relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures – Características da Oferta – Coleta de Intenções de Investimentos (Procedimento de *Bookbuilding*”), deste Prospecto.

A Emissão seria realizada em até 3 (três) séries, no sistema de vasos comunicantes, sendo que a existência e a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série foram definidas pelos Coordenadores, em conjunto com a Emissora, após a conclusão do Procedimento de Bookbuilding. Em razão de não ter sido verificada no Procedimento de Bookbuilding demanda de mercado suficiente pelas Debêntures que seriam originalmente da segunda série, referidas Debêntures não serão emitidas, sendo que as Debêntures que seriam originalmente da terceira série continuarão a ser denominadas como “Debêntures da Terceira Série”.

A quantidade de Debêntures inicialmente ofertada, a critério da Emissora em conjunto com os Coordenadores, foi aumentada em 7,72% (sete inteiros e setenta e dois centésimos por cento) da quantidade de Debêntures inicialmente ofertada, ou seja, em 115.764 (cento e quinze mil setecentos e sessenta e quatro) Debêntures, sem considerar as Debêntures Suplementares, exclusivamente na data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* (“Debêntures Adicionais”), nos termos do artigo 14, parágrafo 2°, da Instrução CVM 400, sem a necessidade de novo pedido ou modificação dos termos da Emissão e da Oferta à CVM (“Opção de Debêntures Adicionais”). Aplicar-se-ão às Debêntures Adicionais as mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas e observadas as características específicas de cada uma das séries.

Sem prejuízo das Debêntures Adicionais, a Emissora concedeu aos Coordenadores a opção de distribuição de um lote suplementar de até 15% (quinze por cento) da quantidade de Debêntures inicialmente ofertada, ou seja, em até 225.000 (duzentas e vinte e cinco mil) Debêntures, sem considerar as Debêntures Adicionais (“Debêntures Suplementares”), nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400 (“Opção de Debêntures Suplementares”), a qual poderia ter sido, mas não foi, exercida pelos Coordenadores após consulta e concordância prévia da Emissora. Aplicar-se-iam às Debêntures Suplementares, caso tivessem sido emitidas, as mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas e observadas as características específicas de cada uma das séries.

As Debêntures serão registradas (i) para distribuição no mercado primário por meio do (a) MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Segmento CETIP UTVM (“B3”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e/ou (b) do DDA – Sistema de Distribuição de Ativos (“DDA”), administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (ii) para negociação no mercado secundário por meio do (a) CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; e/ou (b) do PUMA Trading System Plataforma Unificada de Multi Ativos da B3 (“PUMA”), sendo que as Debêntures serão negociadas em mercado de balcão organizado e em mercado de bolsa, administrado e operacionalizado pela B3, sendo processadas pela B3 a custódia, a liquidação financeira e a negociação das Debêntures.

Nos termos do artigo 59, parágrafo 1º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), o Conselho de Administração da Emissora, em reunião realizada em 1° de setembro de 2017 (“RCA da Oferta”), aprovou a emissão das Debêntures, no montante total de, inicialmente, R$1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), sem considerar o montante relativo às Debêntures Suplementares e Debêntures Adicionais, bem como a outorga das Garantias Reais (conforme definido abaixo), sendo que a ata da RCA da Oferta foi registrada na JUCESP em 14 de setembro de 2017, sob o nº 415.609/17-3, e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo (“DOESP”) e no jornal Valor Econômico em 12 de setembro de 2017.

Nos termos do artigo 8º, incisos (ix) e (xv) do Estatuto Social da Arteris Participações (conforme abaixo definida), a outorga da Cessão Fiduciária Intervias e a celebração do Contrato de Cessão Fiduciária (conforme abaixo definidos) serão realizadas com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Arteris Participações realizada em 1° de setembro de 2017 (“AGE”), cuja ata foi registrada na JUCESP em 13 de setembro de 2017, sob nº 415.490/17-0, e publicada no DOESP e no jornal “Diário Comércio, Indústria e Serviços” em 12 de setembro de 2017.

As características das Debêntures estão estabelecidas no “Instrumento Particular de Escritura da 5ª (quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até Três Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, para Distribuição Pública, da Arteris S.A.”, celebrado em 11 de setembro de 2017 entre a Emissora e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (“Escritura” ou “Escritura de Emissão”), o qual foi inscrito na JUCESP em 25 de setembro de 2017, sob nº ED002254-8/000. A Escritura de Emissão foi aditada por meio do “Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 5ª (quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, para Distribuição Pública, da Arteris S.A.” (“Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão”), de modo a ratificar resultado do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme abaixo definido). O Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão foi apresentado para arquivamento na JUCESP.

**ESTE PROSPECTO NÃO DEVE, EM QUALQUER CIRCUNSTÂNCIA, SER CONSIDERADO RECOMENDAÇÃO DE COMPRA DAS DEBÊNTURES. ANTES DE TOMAR A DECISÃO DE INVESTIMENTO NAS DEBÊNTURES QUE VENHAM A SER DISTRIBUÍDAS NO ÂMBITO DA OFERTA, A EMISSORA E OS COORDENADORES RECOMENDAM AOS POTENCIAIS INVESTIDORES QUE FAÇAM A SUA PRÓPRIA ANÁLISE E AVALIAÇÃO DA CONDIÇÃO FINANCEIRA DA EMISSORA, DE SUAS ATIVIDADES E DOS RISCOS DECORRENTES DO INVESTIMENTO NAS DEBÊNTURES.**

Este Prospecto foi preparado com base nas informações prestadas pela Emissora, sendo que os Coordenadores tomaram todas as cautelas e agiram com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (i) as informações prestadas pela Emissora sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (ii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Emissora, sejam suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que (i) não tenham profundo conhecimento dos riscos envolvidos na operação ou que não tenham acesso à consultoria especializada; (ii) necessitem de liquidez com relação às Debêntures a serem adquiridas, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; e/ou (iii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito e/ou dos setores em que a Emissora atua, em particular a concessão de rodovias. Para uma avaliação adequada dos riscos associados ao investimento nas Debêntures, os investidores deverão ler a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures”, nas páginas 110 a 116 deste Prospecto Definitivo, bem como as seções relativas aos fatores de risco constantes do item “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência, antes de aceitar a Oferta.

Este Prospecto deve ser lido em conjunto com as informações apresentadas no Formulário de Referência da Emissora, o qual foi elaborado nos termos da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 480”), e com as demonstrações financeiras da Emissora, os quais são incorporados por referência a este Prospecto, podendo ser encontrados nos endereços indicados na seção “Documentos e Informações Incorporados a este Prospecto por Referência” deste Prospecto. Qualquer menção a “Prospecto” ou “Prospecto Definitivo” e sua definição será também uma menção a todos os seus anexos e documentos incorporados por referência.

**AS DEBÊNTURES DA TERCEIRA SÉRIE CONTARÃO COM O INCENTIVO PREVISTO NO ARTIGO 2º DA LEI Nº 12.431/11, DO DECRETO N° 8.874/16 E DA RESOLUÇÃO CMN N° 3.947/11 (OU NORMA POSTERIOR QUE AS ALTEREM, SUBSTITUAM OU COMPLEMENTEM, CONFORME APLICÁVEIS), SENDO OS RECURSOS CAPTADOS COM AS DEBÊNTURES DA TERCEIRA SÉRIE APLICADOS NOS PROJETOS DESCRITOS NO ITEM 5 ABAIXO. Nos termos da Lei nº 12.431, foram expedidas pelo Ministério dos Transportes as portarias n° 850 e 852, de 4 de outubro de 2017, as quais foram publicadas no Diário Oficial da União em 5 de outubro de 2017 (“Portarias”), para enquadramento dos Projetos (conforme abaixo definido) como prioritários, conforme definidos na seção “Destinação dos Recursos” deste Prospecto Definitivo.**

**A Emissora, nos termos e para fins do Decreto n° 8.874, de 11 de outubro de 2016, compromete-se a alocar integralmente os recursos captados com a colocação das Debêntures da Terceira Série com custeio de gastos, despesas e/ou dívidas já incorridas ou a incorrer relacionadas aos projetos de investimento em infraestrutura da Emissora considerados prioritários, aprovados pelo Ministério dos Transportes. Para informações adicionais, veja seção “Destinação dos Recursos”, deste Prospecto.**

Este Prospecto está disponível nos *websites* da CVM, da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”), da B3, dos Coordenadores e da Emissora, indicados na seção “Informações Relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures – Informações Adicionais” deste Prospecto.

**OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO “4. FATORES DE RISCO” DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA E A SEÇÃO “FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS DEBÊNTURES”, DESTE PROSPECTO, PARA CIÊNCIA DE CERTOS FATORES DE RISCO QUE DEVEM SER CONSIDERADOS COM RELAÇÃO AO INVESTIMENTO NAS DEBÊNTURES.**

A Oferta foi registrada pela CVM sob o nº **CVM/SRE/DEB/2017/015** para as Debêntures da Primeira Série e sob o nº **CVM/SRE/DEB/2017/017** para as Debêntures da Terceira Série, todos concedidos em 26 de outubro de 2017.

**O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE QUALIDADE DA EMISSORA, BEM COMO SOBRE AS DEBÊNTURES A SEREM DISTRIBUÍDAS.**

Mais informações sobre a Emissora e a Oferta poderão ser obtidas junto aos Coordenadores e à CVM nos endereços indicados na seção “Informações Relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures – Informações Adicionais”, deste Prospecto.





A data deste Prospecto Definitivo é 27 de outubro de 2017.

**ÍNDICE**

[DEFINIÇÕES 4](#_Toc496795658)

[DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES INCORPORADOS A ESTE PROSPECTO POR REFERÊNCIA 13](#_Toc496795659)

[CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO 15](#_Toc496795660)

[INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA EMISSORA 17](#_Toc496795661)

[IDENTIFICAÇÃO DA EMISSORA, DOS COORDENADORES, DOS CONSULTORES JURÍDICOS,
DO AGENTE FIDUCIÁRIO, DO BANCO LIQUIDANTE DA EMISSÃO, DO ESCRITURADOR E DO AUDITOR 19](#_Toc496795662)

[Declarações do Artigo 56 da Instrução CVM 400 22](#_Toc496795663)

[APRESENTAÇÃO DOS COORDENADORES 23](#_Toc496795664)

[SUMÁRIO DA OFERTA 30](#_Toc496795665)

[CRONOGRAMA ESTIMADO DAS ETAPAS DA OFERTA 52](#_Toc496795666)

[INFORMAÇÕES RELATIVAS À EMISSÃO, À OFERTA E ÀS DEBÊNTURES 53](#_Toc496795667)

[Composição do Capital Social 53](#_Toc496795668)

[Objeto Social 53](#_Toc496795669)

[Autorização Societária Para Realização da Emissão 53](#_Toc496795670)

[Requisitos 54](#_Toc496795671)

[Arquivamento e Publicação da Ata da RCA 54](#_Toc496795672)

[Inscrição da Escritura de Emissão e Seus Eventuais Aditamentos 54](#_Toc496795673)

[Análise Prévia pela ANBIMA e Registro na CVM 54](#_Toc496795674)

[Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica 54](#_Toc496795675)

[Características da Emissão e das Debêntures 55](#_Toc496795676)

[Número da Emissão 55](#_Toc496795677)

[Valor Total da Emissão 55](#_Toc496795678)

[Quantidade de Debêntures 55](#_Toc496795679)

[Debêntures Adicionais 55](#_Toc496795680)

[Debêntures Suplementares 55](#_Toc496795681)

[Valor Nominal Unitário 55](#_Toc496795682)

[Número de Séries 55](#_Toc496795683)

[Forma, Emissão de Certificados, Conversibilidade e Comprovação da Titularidade das Debêntures 56](#_Toc496795684)

[Espécie 56](#_Toc496795685)

[Data de Emissão das Debêntures 57](#_Toc496795686)

[*Prazo e Data de Vencimento* 57](#_Toc496795687)

[*Pagamento do Valor Nominal Unitário* 57](#_Toc496795688)

[Atualização Monetária e Remuneração das Debêntures da Primeira Série 58](#_Toc496795689)

[Atualização Monetária e Remuneração Debêntures da Terceira Série 60](#_Toc496795690)

[Indisponibilidade da Taxa DI e do IPCA 62](#_Toc496795691)

[Distribuição Parcial 64](#_Toc496795692)

[Repactuação 64](#_Toc496795693)

[Direito de Preferência 65](#_Toc496795694)

[Resgate Antecipado Facultativo Total 65](#_Toc496795695)

[Aquisição Facultativa 67](#_Toc496795696)

[Eventos de Vencimento Antecipado 67](#_Toc496795697)

[Agente Fiduciário 74](#_Toc496795698)

[Banco Liquidante e Escriturador 74](#_Toc496795699)

[Encargos Moratórios 75](#_Toc496795700)

[Decadência dos Direitos aos Acréscimos 75](#_Toc496795701)

[Publicidade 75](#_Toc496795702)

[Assembleia Geral de Debenturistas 75](#_Toc496795703)

[Imunidade ou Isenção de Debenturistas 78](#_Toc496795704)

[Características da Oferta 78](#_Toc496795705)

[Regime de Colocação 78](#_Toc496795706)

[Coleta de Intenções de Investimento (“Procedimento de *Bookbuilding”)* 79](#_Toc496795707)

[Plano de Distribuição 79](#_Toc496795708)

[Forma e Local de Pagamento 80](#_Toc496795709)

[Pessoas Vinculadas 80](#_Toc496795710)

[Público Alvo 81](#_Toc496795711)

[Oferta de Varejo Exclusivamente para as Debêntures da Terceira Série 81](#_Toc496795712)

[Oferta Institucional 84](#_Toc496795713)

[Critério de Rateio da Oferta de Varejo 84](#_Toc496795714)

[Critério de Colocação da Oferta Institucional 85](#_Toc496795715)

[Período de Colocação 85](#_Toc496795716)

[Suspensão da Oferta 86](#_Toc496795717)

[Cancelamento ou Revogação da Oferta 86](#_Toc496795718)

[Classificação de Risco 86](#_Toc496795719)

[Formador de Mercado 87](#_Toc496795720)

[Inadequação da Oferta a Certos Investidores 88](#_Toc496795721)

[Prazo e Forma de Subscrição e Integralização e Preço de Integralização 88](#_Toc496795722)

[Contrato de Distribuição 88](#_Toc496795723)

[Regime de Colocação 88](#_Toc496795724)

[Remuneração dos Coordenadores 89](#_Toc496795725)

[Liquidação Financeira 90](#_Toc496795726)

[Fundo de Liquidez e Estabilização 90](#_Toc496795727)

[Informações Adicionais 90](#_Toc496795728)

[CUSTOS ESTIMADOS DA OFERTA 93](#_Toc496795729)

[RELACIONAMENTO ENTRE A EMISSORA E OS COORDENADORES 94](#_Toc496795730)

[Relacionamento entre a Emissora e o Coordenador Líder 94](#_Toc496795731)

[Relacionamento entre a Emissora e o Bradesco BBI 95](#_Toc496795732)

[Relacionamento entre a Emissora e o Itaú BBA 96](#_Toc496795733)

[Relacionamento entre a Emissora e o BB-BI 98](#_Toc496795734)

[FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS DEBÊNTURES 100](#_Toc496795735)

[DESTINAÇÃO DOS RECURSOS 107](#_Toc496795736)

[OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA 111](#_Toc496795737)

[CAPITALIZAÇÃO 112](#_Toc496795738)

[INFORMAÇÕES RELATIVAS AO TERCEIRO PRESTADOR DE GARANTIAS 113](#_Toc496795739)

ANEXOS

ANEXO A –ESCRITURA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES 123

ANEXO B –ADITAMENTO À ESCRITURA DE EMISSÃO REFERENTE AO RESULTADO
DO PROCEDIMENTO DE *BOOKBUILDING* 195

ANEXO C – ATOS SOCIETÁRIOS DA EMISSORA RELATIVOS À EMISSÃO 235

ANEXO D – DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DO COORDENADOR LÍDER 261

ANEXO E – CÓPIA DO ESTATUTO SOCIAL DA EMISSORA 267

ANEXO F – RELATÓRIO DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DA EMISSÃO 281

ANEXO G – CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE AÇÕES E CESSÃO FIDUCIÁRIA 291

ANEXO H – CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA 339

**ANEXO I – CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEPOSITÁRIO 377**

**ANEXO J – PORTARIAS DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES 409**

DEFINIÇÕES

Para os fins desde Prospecto, os termos “nós” e “nossos” e verbos na primeira pessoa do plural referem-se à Emissora, em conjunto com suas subsidiárias, salvo referência diversa neste Prospecto. Os termos indicados abaixo (assim considerados tanto na forma singular quanto na forma plural) terão o significado a eles atribuídos nesta Seção, salvo referência diversa neste Prospecto.

|  |  |
| --- | --- |
| **Administradores** | Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Emissora. |
| **AGD ou Assembleia Geral de Debenturistas** | Assembleia geral de Debenturistas da Emissão. |
| **Agente Fiduciário** | Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. |
| **ANBIMA** | Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. |
| **Anúncio de Encerramento** | Anúncio de encerramento da Oferta a ser divulgado pela Emissora e pelos Coordenadores, nos termos dos artigos 29 e 54-A da Instrução CVM 400. |
| **Anúncio de Início** | Anúncio de início da Oferta a ser divulgado pela Emissora e pelos Coordenadores, nos termos dos artigos 23, parágrafo 2°, 52 e 54­-A da Instrução CVM 400. |
| **Apresentações para Potenciais Investidores** | Apresentações para potenciais investidores *(road show* e/ou *one-on-ones)*que poderão ser realizadas a critério dos Coordenadores de comum acordo com a Emissora, após a divulgação do Aviso ao Mercado e a disponibilização do Prospecto Preliminar. |
| **Arteris Participações** | Arteris Participações S.A. |
| **Aviso ao Mercado** | Aviso ao mercado sobre a Oferta, divulgado em 4 de setembro de 2017 pela Emissora e pelos Coordenadores, nos termos dos artigos 53 e 54-A da Instrução CVM 400. |
| **Auditor Independente** | BDO RCS Auditores Independentes S.S. para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 e Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes em relação à revisão das informações trimestrais da Companhia relativas ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2017 e à auditoria para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2016. |
| **B3** | B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. |
| **BACEN ou Banco Central** | Banco Central do Brasil. |
| **Banco Liquidante e Escriturador**  | O banco liquidante da Emissão e o escriturador das Debêntures será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo “Cidade de Deus”, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara, CEP 06029-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante e/ou o Escriturador na prestação dos serviços relativos às Debêntures. |
| **Brasil ou País** | República Federativa do Brasil. |
| **BB-BI** | BB – Banco de Investimento S.A. |
| **Bradesco BBI**  | Banco Bradesco BBI S.A. |
| **Cetip21** | Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3. |
| **CMN** | Conselho Monetário Nacional. |
| **CNPJ** | Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda. |
| **Código ANBIMA** | Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Atividades Conveniadas. |
| **Código Civil** | Lei n° 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada. |
| **Código de Ofertas Públicas** | Código para Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, vigente a partir de 1° de agosto de 2016, conforme alterado. |
| **Código de Processo Civil** | Lei n° 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada. |
| **Comissionamento** | Remuneração devida aos Coordenadores pelo desempenho das obrigações previstas no Contrato de Distribuição, conforme identificadas na seção “Informações Relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures – Contrato de Distribuição - Remuneração dos Coordenadores”, deste Prospecto. |
| **Companhia, Emissora ou Arteris** | Arteris S.A. |
| **Intervias** | Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. |
| **Conselho de Administração** | Conselho de Administração da Emissora. |
| **Contrato de Distribuição** | “Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em até 3 (três) Séries, da 5ª (quinta) Emissão da Arteris S.A.”, celebrado entre a Emissora e os Coordenadores. O Contrato de Distribuição estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto Emissora, dos Coordenadores e da CVM, a partir da data de divulgação do Anúncio de Início, nos endereços indicados na seção “Identificação da Emissora, dos Coordenadores, dos Consultores Jurídicos, do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante da Emissão, do Escriturador e do Auditor” deste Prospecto Definitivo. |
| **Controlada** | Qualquer sociedade controlada (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) pela Emissora. |
| **Controladora** | Qualquer controladora (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) da Emissora. |
| **Convênio CVM-ANBIMA** | Convênio CVM-ANBIMA de Procedimento Simplificado para Registro de Ofertas Públicas, regulado pela Instrução CVM 471, celebrado entre a CVM e a ANBIMA, em 20 de agosto de 2008, conforme alterado. |
| **Coordenadores** | Coordenador Líder, Bradesco BBI, BB-BI, Itaú BBA e XP Investimentos, quando considerados em conjunto. |
| **Coordenador Líder ou BTG Pactual** | Banco BTG Pactual S.A. |
| **CPC** | Comitê de Pronunciamentos Contábeis. |
| **CVM** | Comissão de Valores Mobiliários. |
| **Data de Emissão** | Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 15 de outubro de 2017. |
| **Data de Integralização** | As Debêntures serão subscritas e integralizadas por meio do MDA e/ou do DDA, a partir da data de divulgação do Anúncio de Início, à vista, no ato da subscrição. |
| **Data de Primeira Integralização** | As Debêntures serão subscritas e integralizadas por meio do MDA e/ou do DDA, em uma ou mais datas, sendo considerada “Primeira Data de Integralização” a data da primeira subscrição e integralização das Debêntures. O preço de subscrição e integralização das Debêntures na Primeira Data de Integralização será o seu Valor Nominal Unitário e, caso ocorra a integralização das Debêntures em mais de uma data, será o Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração aplicável. |
| **Data de Vencimento** | A Data de Vencimento da Primeira Série e a Data de Vencimento da Terceira Série em conjunto. |
| **Data de Vencimento da Primeira Série** | Ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo Total e/ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o prazo das Debêntures da Primeira Série será de 5 (cinco) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de outubro de 2022. |
| **Data de Vencimento da Terceira Série** | Ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo Total e/ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o prazo das Debêntures da Terceira Série será de 7 (sete) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de outubro de 2024. |
| **DDA** | DDA – Sistema de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3. |
| **Debêntures** | 1.615.764 (um milhão seiscentas e quinze mil e setecentas e sessenta e quatro) debêntures (considerando as Debêntures Adicionais), todas simples, nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real adicional, em 2 (duas) séries, da 5ª (quinta) emissão da Emissora, com valor nominal unitário de R$1.000,00 (um mil reais), na Data de Emissão, objeto da Oferta, com as demais características previstas na Escritura de Emissão e neste Prospecto. |
| **Debêntures Adicionais** | A quantidade de Debêntures inicialmente ofertada foi, a critério da Emissora e dos Coordenadores, aumentada em 7,72% (sete inteiros e setenta e dois centésimos por cento) da quantidade de Debêntures inicialmente ofertada, sem considerar as Debêntures Suplementares (conforme definidas abaixo), ou seja, em 115.764 (cento e quinze mil setecentos e sessenta e quatro) Debêntures, sendo todas as Debêntures Adicionais alocadas como Debêntures da Primeira Série, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, sem a necessidade de novo pedido ou modificação dos termos da Emissão e da Oferta à CVM. Aplicar-se-ão às Debêntures Adicionais os mesmos termos e condições das Debêntures inicialmente ofertadas, ressalvado que as Debêntures Adicionais serão colocadas sob regime de melhores esforços e observadas as características específicas de cada uma das séries. A critério dos Coordenadores e da Emissora, conforme verificado no Procedimento de *Bookbuilding*, as Debêntures Adicionais foram alocadas como Debêntures da Primeira Série. |
| **Debêntures em Circulação** | Para efeito do disposto neste Prospecto, define-se como “Debêntures da Primeira Série em Circulação” e “Debêntures da Terceira Série em Circulação”, ou, conjuntamente, “Debêntures em Circulação”, todas as Debêntures subscritas, integralizadas e não resgatadas, excluídas (i) aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora; (ii) as de titularidade de (a) acionistas controladores da Emissora, (b) administradores da Emissora, incluindo diretores e conselheiros de administração, e (c) conselheiros fiscais. |
| **Debêntures Suplementares** | Sem prejuízo das Debêntures Adicionais, a Emissora concedeu aos Coordenadores a opção de distribuição de um lote suplementar de até 15% (quinze por cento) da quantidade de Debêntures inicialmente ofertada, sem considerar as Debêntures Adicionais, ou seja, de até 225.000 (duzentas e vinte e cinco mil) Debêntures (“Debêntures Suplementares”), nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400 (“Opção do Lote Suplementar”), a qual poderia ter sido, mas não foi, exercida pelos Coordenadores em comum acordo com a Emissora. A critério dos Coordenadores e da Emissora, conforme verificado no Procedimento de *Bookbuilding*, as Debêntures Suplementares poderiam ter sido, mas não foram, alocadas como Debêntures da Primeira Série e/ou como Debêntures da Terceira Série. Aplicar-se-iam às Debêntures Suplementares, caso tivessem sido emitidas, os mesmos termos e condições das Debêntures inicialmente ofertadas, ressalvado que as Debêntures Suplementares teriam sido colocadas sob regime de melhores esforços e observadas as características específicas de cada uma das séries. |
| **Debenturistas** | Os titulares das Debêntures da presente Emissão. |
| **Dia Útil** | Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na Escritura de Emissão, entende-se por “Dia(s) Útil(eis)” (a) com relação a qualquer obrigação pecuniária realizada por meio da B3, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional; (b) com relação a qualquer obrigação pecuniária que não seja realizada por meio da B3, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e que não seja sábado ou domingo; e (c) com relação a qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão, qualquer dia que não seja sábado ou domingo ou feriado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. |
| **Dívida**  | Quaisquer operações financeiras ou de captação de recursos nos mercados bancário e/ou de capitais e que tenham, para a Emissora, o efeito de financiamento e/ou empréstimo. |
| **DOESP** | Diário Oficial do Estado de São Paulo. |
| **Emissão** | A 5ª (quinta) emissão de Debêntures da Emissora. |
| **Encargos Moratórios** | Ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão, adicionalmente ao pagamento da Remuneração aplicável, calculada pro rata temporis desde a Data de Primeira Integralização da respectiva série ou a data de pagamento da Remuneração aplicável imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, incidirão, sobre todos e quaisquer valores em atraso, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (a) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (b) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) |
| **Escritura de Emissão** | “Instrumento Particular de Escritura da 5ª (quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até Três Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, para Distribuição Pública, da Arteris S.A.”, celebrado em 11 de setembro de 2017, entre a Emissora e o Agente Fiduciário, o qual foi inscrito na JUCESP em 25 de setembro de 2017, sob nº ED002254-8/000. A Escritura de Emissão foi aditada por meio do “Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 5ª (quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, para Distribuição Pública, da Arteris S.A.” (“Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão”), de modo a ratificar resultado do Procedimento de Bookbuilding (conforme abaixo definido). O Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão foi apresentado para arquivamento na JUCESP. |
| **Formador de Mercado** | Foi contratada a XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. para atuação como formador de mercado, nos termos da Instrução da CVM nº 384, de 17 de março de 2003, visando a garantir a existência e a permanência de ofertas firmes diárias de compra e venda para as Debêntures, no CETIP21 e/ou no PUMA.Duas mil Debêntures da Terceira Série, destinadas à Oferta Institucional, foram destinadas à colocação ao Formador de Mercado, a fim de lhe possibilitar a atuação como formador de mercado (market maker) das Debêntures da Terceira Série, garantindo a existência e a permanência de ofertas firmes diárias de compra e venda para as Debêntures da Terceira Série durante a vigência do contrato que a Emissora venha a celebrar com o Formador de Mercado e nos termos da legislação aplicável. As intenções de investimento do Formador de Mercado devem ser apresentadas na taxa de juros que vier a ser apurada no Procedimento de *Bookbuilding*, não havendo, portanto, qualquer influência por parte do Formador de Mercado na definição dos juros das Debêntures durante o Procedimento de *Bookbuilding*. |
| **Formulário de Referência** | Versão mais atualizada do Formulário de Referência, elaborado pela Emissora nos termos da Instrução CVM 480 e incorporado por referência a este Prospecto, podendo ser encontrado nos endereços indicados na seção “Informações Cadastrais da Emissora” deste Prospecto. |
| **Garantia Firme** | Colocação de Debêntures, pelos Coordenadores, sob o regime de garantia firme de colocação para o montante total de R$1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais. |
| **Instituições Participantes da Oferta** | Coordenadores e Participantes Especiais, em conjunto. |
| **Instrução CVM 400** | Instrução da CVM n° 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada. |
| **Instrução CVM 471** | Instrução da CVM n° 471, de 8 de agosto de 2008, conforme alterada. |
| **Instrução CVM 476** | Instrução da CVM n° 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada. |
| **Instrução CVM 480** | Instrução da CVM n° 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada. |
| **Instrução CVM 554** | Instrução CVM nº 554, de 17 de dezembro de 2014, conforme alterada |
| **Instrução CVM 583** | Instrução da CVM n° 583, de 20 de dezembro de 2016, conforme alterada |
| **Investidor de Varejo**  | Investidores de varejo, aos quais somente poderão ser alocadas Debêntures da Terceira Série, assim considerados, no âmbito da Oferta, pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, que não sejam considerados Investidores Institucionais, que formalizem pedido de reserva durante o período de reserva para os investidores de varejo, nos termos e prazos que venham a ser descritos e detalhados nos documentos da Oferta, observado o Valor Mínimo de Subscrição e o valor máximo de pedido de investimento, que será de R$1.000.000,00 (um milhão de reais) por investidor de varejo. |
| **Investidor Institucional** | Investidores institucionais, assim considerados, (i) “Investidores Profissionais”, assim definidos no artigo 9-A da Instrução CVM 554: (I) instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (II) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (III) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (IV) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R$10.000.000,00 (dez milhões de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor profissional mediante termo próprio, nos termos do Anexo 9-A da Instrução CVM 554; (V) fundos de investimento; (VI) clubes de investimento, cuja carteira seja gerida por administrador de carteira autorizado pela CVM; (VII) agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (VIII) investidores não residentes; e (ii) “Investidores Qualificados”, assim definidos no artigo 9-B da Instrução CVM 554: (I) investidores profissionais; (II) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R$1.000.000,00 (um milhão de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio, nos termos do Anexo 9-B da Instrução CVM 554; (III) pessoas naturais que tenham sido aprovadas em exames de qualificação técnica ou possuam certificações aprovadas pela CVM como requisitos para o registro de agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários, em relação a seus recursos próprios; e (IV) clubes de investimento cuja carteira seja gerida por um ou mais cotistas que sejam investidores qualificados, observado o Valor Mínimo de Subscrição. |
| **IPCA** | Índice de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. |
| **Itaú BBA** | Banco Itaú BBA S.A. |
| **JUCESP** | Junta Comercial do Estado de São Paulo. |
| **Lei n° 12.431** | Lei n° 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada. |
| **Lei das Sociedades por Ações** | Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada. |
| **Lei do Mercado de Capitais** | Lei n° 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.  |
| **MDA** | Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3 |
| **Notas Promissórias Comerciais da Companhia** | 4ª (quarta) emissão de notas promissórias comerciais da Emissora, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, no montante de R$650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta milhões de reais). |
| **Oferta** | A presente oferta pública de distribuição de Debêntures, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Instrução CVM 400 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. |
| **País ou Países de Tributação Favorecida** | Aquele(s) país(es) que não tributa(m) a renda ou que a tributa(m) à alíquota máxima inferior a 17%. |
| **Participantes Especiais** | Outras instituições financeiras, que não se enquadrem como Coordenadores, autorizadas a operar no mercado de capitais para os assessorarem e/ou participarem da colocação das Debêntures junto a potenciais investidores e clientes. |
| **Projetos** | Projeto de duplicação da Rodovia Autopista Régis Bittencourt BR-116/SP, entre os Municípios de Juquitiba e Miracatu no Estado de São Paulo, com uma extensão de 30,5km, entre o km 336,7 e km 367,2 e obras de recuperação de pavimento, e projeto de duplicação da Rodovia Autopista Fluminense BR-101/RJ entre os Municípios de Rio Bonito e Campos dos Goytacazes no Estado do Rio de Janeiro, com uma extensão de 176,6km, implantação de 20 trevos em desnível de acesso e retorno, 18 pontes e a correção de traçado na pista existente entre os km 84,6 e km 101,7 e obras de recuperação de pavimento. |
| **Prospecto Definitivo ou Prospecto** | Este prospecto definitivo da Oferta, incluindo os seus anexos e documentos a ele incorporados por referência. |
| **Prospecto Preliminar**  | O prospecto preliminar da Oferta, incluindo os seus anexos e documentos a ele incorporados por referência. |
| **Prospectos** | O Prospecto Preliminar e este Prospecto, em conjunto. |
| **Público Alvo** | O público alvo da presente Oferta é composto por Investidores de Varejo e Investidores Institucionais, observadas as limitações impostas aos Investidores de Varejo. |
| **RCA da Oferta** | Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 1° setembro de 2017, na qual foram deliberados os termos e condições da Emissão e da Oferta, nos termos do artigo 59, parágrafo primeiro, da Lei das Sociedades por Ações. |
| **Real ou R$** | Moeda corrente do Brasil. |
| **Resolução CMN nº 3.947** | Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.947, de 27 de janeiro de 2011. |
| **União ou União Federal** | União Federal, pessoa jurídica de direito público. |
| **Valor Máximo do Pedido de Reserva** | O valor máximo do Pedido de Reserva a ser apresentado pelo Investidor de Varejo e pelo Investidor Institucional que seja Pessoal Vinculada e que manifeste seu interesse em participar da Oferta de Varejo durante o Período de Reserva para Pessoa Vinculada será de R$1.000.000,00 (um milhão reais) por investidor. |
| **Valor Mínimo de Subscrição** | Valor Nominal Unitário. |
| **Valor Nominal Unitário** | R$1.000,00 (um mil reais), na Data de Emissão. |
| **PUMA** | PUMA Trading System Plataforma Unificada de Multi Ativos da B3. |

DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES INCORPORADOS A ESTE PROSPECTO POR REFERÊNCIA

Os seguintes documentos, conforme arquivados na CVM, são incorporados por referência a este Prospecto:

* + - 1. Formulário Cadastral;
			2. Formulário de Referência,
			3. Demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Emissora relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 e as respectivas notas explicativas, e
			4. Informações Trimestrais (ITR) individuais e consolidadas da Emissora relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2017.

As informações referentes à situação financeira e outras informações relativas à Emissora, tais como histórico, atividades, estrutura organizacional, propriedades, plantas e equipamentos, composição do capital social, administração, recursos humanos, processos judiciais, administrativos e arbitrais e as informações exigidas pelo Anexo III, itens 4 a 7, da Instrução CVM 400, bem como: (a) a informação acerca de adesão ou não da Emissora, por qualquer meio, a padrões internacionais relativos à proteção ambiental, incluindo referência específica ao ato ou documento de adesão; (b) as informações acerca das políticas de responsabilidade social, patrocínio e incentivo cultural adotadas pela Emissora, assim como dos principais projetos desenvolvidos nessas áreas ou nos quais a Emissora participa; (c) pendências judiciais e administrativas, com a descrição dos processos judiciais e administrativos relevantes em curso, indicação dos valores envolvidos, perspectivas de êxito e informação sobre provisionamento; (d) atividades exercidas pela Emissora, com a descrição dos negócios, processos produtivos e mercado de atuação; (e) análise e comentários da administração sobre as demonstrações financeiras da Emissora, nos termos solicitados pelo inciso XIII do artigo 22 do Código ANBIMA para Atividades Conveniadas; e (f) a descrição dos negócios com empresas ou pessoas relacionadas, assim entendidos os negócios realizados com Controladores, empresas ligadas, coligadas, sujeitas a controle comum ou que integrem nosso grupo econômico; podem ser encontradas no Formulário de Referência, elaborado nos termos da Instrução CVM 480.

Os documentos incorporados por referência a este Prospecto podem ser obtidos nos endereços indicados abaixo:

Formulário Cadastral

* **CVM**: www.cvm.gov.br (neste website, no campo “Acesso Rápido”, acessar “ITR, DFP, IAN, IPE, FC. FR e outras informações”. Nesta página digitar “Arteris” e, em seguida, clicar em “Continuar” e depois em “Arteris S.A.”. Na sequência, selecionar “Formulário Cadastral” e, posteriormente, clicar em “*download*” ou “consulta”).

Formulário de Referência

* **Emissora**: http://ri.arteris.com.br/ (neste website acessar, na página inicial, “Governança Corporativa”, e clicar em “Formulário de Referência”).
* **CVM**: www.cvm.gov.br (neste website, no campo “Acesso Rápido”, acessar “ITR, DFP, IAN, IPE, FC. FR e outras informações”. Nesta página digitar “Arteris” e, em seguida, clicar em “Continuar” e depois em “Arteris S.A.”. Na sequência, selecionar “Formulário de Referência” e, posteriormente, clicar em “download” ou “consulta”).
* **ANBIMA:** http://cop.anbima.com.br (em tal página, acessar “Acompanhar Análise de Ofertas” e, em seguida acessar protocolo “Arteris” e clicar no link referente ao último Formulário de Referência disponibilizado).

**Demonstrações Financeiras**

* **Emissora**: http://ri.arteris.com.br/ (neste website acessar, na página principal, “Divulgações e Resultados”, em seguida acessar “Central de Resultados”, selecionar clicar ao final da página, em “Resultados Financeiros” e, em seguida, indicar o ano 2016, 2015 ou 2014 e, em seguida, clicar nas Demonstrações Financeira ITR/DFP com data de encerramento 31/12/2016, 31/12/2015 ou 31/12/2014).
* **CVM**: www.cvm.gov.br (neste website, no campo “Acesso Rápido”, acessar “ITR, DFP, IAN, IPE, FC. FR e outras informações”. Nesta página digitar “Arteris” e, em seguida, clicar em “Continuar” e depois em “Arteris S.A.”. Na sequência, selecionar em “DFP” e, em seguida, clicar na DFP com data de encerramento 31/12/2016, 31/12/2015 ou 31/12/2014 e, posteriormente, clicar em “download” ou “consulta”).

**Informações Trimestrais**

* **Emissora**: <http://ri.arteris.com.br/> (neste website acessar, na página principal, “Divulgações e Resultados”, e clicar em "Demonstrações Financeiras ITR/DFP” e, em seguida, no ITR com data de encerramento 30/06/2017).
* **CVM**: www.cvm.gov.br (neste website, no campo “Acesso Rápido”, acessar “ITR, DFP, IAN, IPE, FC. FR e outras informações”. Nesta página digitar “Arteris” e, em seguida, clicar em “Continuar” e depois em “Arteris S.A.”. Na sequência, selecionar “ITR” e, posteriormente, clicar em “download” ou “consulta” no ITR com data de encerramento 30/06/2017).

**OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO “4. FATORES DE RISCO” DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA E A SEÇÃO “FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS DEBÊNTURES”, DESTE PROSPECTO, PARA CIÊNCIA DE CERTOS FATORES DE RISCO QUE DEVEM SER CONSIDERADOS COM RELAÇÃO AO INVESTIMENTO NAS DEBÊNTURES.**

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO

As informações constantes deste Prospecto Definitivo, especialmente as seções 7 e 10 do nosso Formulário de Referência incorporado por referência a este Prospecto Definitivo, relacionadas com os nossos planos, previsões, expectativas sobre eventos futuros e estratégias constituem estimativas e declarações futuras, que estão fundamentadas, em grande parte, em nossas perspectivas atuais, projeções sobre eventos futuros e tendências que afetam ou podem afetar o nosso setor de atuação, nossa participação de mercado, nossa reputação, nossos negócios, nossa situação financeira, o resultado das nossas operações, nossas margens e nosso fluxo de caixa.

Embora acreditemos que estejam baseadas em premissas razoáveis, essas estimativas e declarações futuras estão sujeitas a diversos riscos e incertezas e são feitas com base nas informações que dispomos na data deste Prospecto Definitivo. Em vista desses riscos e incertezas, as estimativas e declarações futuras constantes deste Prospecto Definitivo não são garantias de resultados futuros e, portanto, podem vir a não se concretizar, estando muitas das quais além do nosso controle ou capacidade de previsão. Por conta desses riscos e incertezas, o investidor não deve se basear exclusivamente nessas estimativas e declarações futuras para tomar sua decisão de investimento.

Nosso desempenho pode diferir substancialmente daquele previsto em nossas estimativas e declarações futuras em razão de inúmeros fatores, incluindo:

* conjuntura econômica, política e de negócios do Brasil e em especial, nos mercados geográficos em que atuamos e possíveis intervenções governamentais, resultando em alteração na economia, tributos, tarifas ou ambiente regulatório no Brasil;
* alterações nas condições gerais da economia, incluindo, exemplificativamente, inflação, deflação, taxas de juros, preço de combustível, níveis de emprego, crescimento do PIB e da população e confiança do consumidor;
* adoção de medidas por parte do Poder Concedente, incluindo atos unilaterais;
* as condições de infraestrutura e logística de transportes no Brasil;
* redução de tráfego nas rodovias, inclusive como resultado do aumento dos preços dos combustíveis;
* alterações nas leis e regulamentos, presentes e futuros;
* obtenção e manutenção de licenças e autorizações governamentais para construções e nossa operação;
* capacidade de pagamento de nossos financiamentos e cumprimento de nossas obrigações financeiras;
* nosso nível de endividamento;
* alteração em nossos custos de serviços e custos operacionais;
* capacidade de implementação de nossa estratégia operacional e plano de expansão;
* nossa capacidade de acessar o mercado de capitais ou financeiro em condições favoráveis;
* outros fatores que podem afetar nossas condições financeiras, liquidez e resultados das operações; e

* **outros fatores discutidos na seção “Fatores de Risco relativos à Oferta e às Debêntures”, bem como nas seções “4. Fatores de Risco”, “7. Atividades do Emissor” e “10. Comentários dos Diretores” do nosso Formulário de Referência incorporado por referência a este Prospecto Definitivo.**

Essa lista de fatores de risco não é exaustiva e outros riscos e incertezas que não são nesta data do conhecimento da Emissora podem causar resultados que podem vir a ser substancialmente diferentes daqueles contidos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro.

Questões que dependam ou estejam relacionadas a eventos ou condições futuras ou incertas, ou que incluam as palavras “acredita”, “antecipa”, “continua”, “entende”, “espera”, “estima”, “faria”, “planeja”, “poderia”, “pode”, “poderá”, “pretende”, “prevê”, “projeta”, suas variações e palavras similares têm por objetivo identificar estimativas e declarações futuras neste Prospecto Definitivo. As estimativas e declarações futuras constantes deste Prospecto referem-se apenas à data em que foram expressas, sendo que não assumimos a obrigação de atualizar publicamente ou revisar quaisquer dessas estimativas e declarações futuras, em razão de novas informações, eventos futuros ou quaisquer outros fatores.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA EMISSORA

|  |  |
| --- | --- |
| **Identificação** | Arteris S.A., companhia aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.919.555/0001-67 e com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP, sob o NIRE 35.300.322.746. |
| **Registro na CVM** | A Companhia obteve o registro de companhia aberta perante a CVM em 6 de julho de 2005, sob o nº 19771. |
| **Objeto Social da Emissora** | A Emissora tem por objeto as seguintes atividades: (i) execução por administração, empreitada ou sub-empreitada de construção civil, inclusive serviços auxiliares ou complementares, exceto o fornecimento de mercadorias fora do local de prestação dos serviços; (ii) realização de estudos, cálculos, projetos, ensaios e supervisões relacionados às atividades de engenharia e construção civil; (iii) realização de obras de infraestrutura em geral, compreendendo, sem restrição, serviços de construção civil, terraplanagem em geral, sinalização, reforço, melhoramento, recuperação, manutenção e conservação de estradas e engenharia consultiva em geral; (iv) exploração direta e/ou por meio de consórcios e/ou por meio de participações em outras sociedades, de negócios relativos a obras e/ou serviços públicos no setor de infraestrutura em geral, através de qualquer modalidade de contrato, incluindo, mas não se limitando, a parcerias público-privada, autorizações, permissões e concessões; (v) exploração de serviços de operação e manutenção de infraestrutura de transporte em geral; (vi) locação e administração de bens, móveis ou imóveis, próprios ou de terceiros; e (vii) participação em outras sociedades, simples ou empresárias, como sócia, acionista ou quotista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras.  |
| **Categoria de Registro** | Categoria B |
| **Sede** | Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.455, 9º andar, CEP 04543-011 |
| **Diretoria de Relações com Investidores**  | A Diretoria de Relações com Investidores da Companhia localiza-se na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.455, 9º andar, Vila Nova Conceição, e o e o responsável por essa diretoria é o Sr. Juan Gabriel Lopez Moreno. O telefone da Diretoria de Relações com Investidores é o +55 (11) 3074-2404, o fax é o + 55 (11) 3074-2405 e o endereço eletrônico é o http:ri.arteris.com.br |
| **Atendimento aos Debenturistas** | O atendimento aos Debenturistas é feito pelo departamento de Relações com Investidores, e o responsável por essa área é o Sr. Carlos Eduardo Simão, na sede da Companhia, por meio do telefone +55 (11) 3074-2406 e endereço eletrônico carloseduardo.simão@arteris.com.br.  |
| **Auditores Independentes**  | BDO RCS Auditores Independentes S.S. para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 e Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes em relação à revisão das nossas informações trimestrais relativas ao trimestre encerrado de 30 de junho de 2017 e à auditoria para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2016. |
| **Escriturador das Ações da Emissora** | Itaú Corretora de Valores S.A. |
| **Jornais nos quais divulgamos informações** | As publicações realizadas por nós em decorrência da Lei das Sociedades por Ações são divulgadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Jornal “Valor Econômico”.  |
| ***Sites* na Internet** | http://ri.arteris.com.br.As informações constantes do nosso *website* não são parte integrante deste Prospecto, nem se encontram incorporadas por referência a este Prospecto. |
| **Informações Adicionais** | Informações adicionais sobre a Emissora, as Debêntures e a Oferta poderão ser obtidas no Formulário de Referência, incorporado por referência a este Prospecto, e junto à diretoria de relações com investidores da Emissora, aos Coordenadores, à CVM, ao Agente Fiduciário, à B3, nos endereços e websites indicados neste Prospecto. |

IDENTIFICAÇÃO DA EMISSORA, DOS COORDENADORES, DOS CONSULTORES JURÍDICOS, DO AGENTE FIDUCIÁRIO, DO BANCO LIQUIDANTE DA EMISSÃO, DO ESCRITURADOR E DO AUDITOR

**Emissora**

**Arteris S.A.**

Avenida Presidente Juscelino Kubitscheck, nº 1.455, 9º andar

04543-011, São Paulo – SP

At.: Srs. Juan Gabriel Lopez Moreno e Carlos Eduardo Peschiera Simão

Tel.: (11) 3074-2409 / (11) 3074-2406

E-mail: gabriel.lopez@arteris.com.br / carloseduardo.simao@arteris.com.br

**Administradores da Emissora**

Informações detalhadas sobre os administradores da Emissora podem ser obtidas no Formulário de Referência, incorporado por referência a este Prospecto, disponível no website da Emissora e da CVM, nos endereços indicados na seção “Documentos e Informações Incorporados a Este Prospecto por Referência” deste Prospecto.

**Coordenadores**

**Banco BTG Pactual S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 12º andar

04538-133, São Paulo – SP

At.: Sr. Daniel Vaz

Tel.: (11) 3383-2000

E-mail: daniel.vaz@btgpactual.com

**Banco Itaú BBA S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 2º andar

São Paulo, SP – CEP 04538-133

At.: Sr. Guilherme Maranhão

Tel.:(11) 3708-2509

E-mail: guilherme.maranhão@itaubba.com

**BB-Banco de Investimento S.A.**

Rua Senador Dantas, nº 105, 36º andar

20031-923, Rio de Janeiro - RJ At.: Sr. Cleber de Oliveira Aguiar

Tel.: (11) 3149-8504

E-mail: rendafixa@bb.com.br / cleberaguiar@bb.com.br

**Bradesco BBI S.A.**

Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.064, 10º andar

01451-000, São Paulo, SP

At.: Sr. Mauro Tukiyama / Sr. Paulo Laranjeira

Tel.: (11) 2169-4662 / (11) 3847-5295

E-mail: mauro.tukiyama@bradescobbi.com.br / paulo.laranjeira@bradescobbi.com.br

**XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.600, 10º andar

04538-132, São Paulo – SP

At.: Daniel Albernaz Lemos e Departamento Jurídico

Tel.: (11) 3526-1300

E-mail: estruturacao@xpi.com.br / juridicomc@xpi.com.br

**Consultores Legais da Emissora**

**Machado Meyer Sendacz e Opice Advogados**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.144, 11.º andar

CEP: 01451-000, São Paulo, SP

At.: Sra. Eliana Ambrósio Chimenti / Sr. Eduardo Avila de Castro

Telefone: +55 (11) 3150-7000

E-mail: echimenti@machadomeyer.com.br / eac@machadomeyer.com.br

**Consultores Legais dos Coordenadores**

Souza, Cescon, Barrieu & Flesch Advogados

Praia de Botafogo, nº 228, 15º andar

CEP 22250-906, Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. Alexandre Gossn Barreto / Sr. Eduardo Kuhlmann Abrantes

Tel.: (11) 3089-6507 / (21) 2196-9231

E-mail: alexandre.barreto@souzacescon.com.br / eduardo.abrantes@souzacescon.com.br

**Agente Fiduciário**

**VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, conjunto 202, São Paulo/SP

At.: Sr. Flavio Scarpelli e Sra. Eugênia Queiroga

Tel.: (11) 3030-7177

E-mail: agentefiduciario@vortxbr.com

**Banco Liquidante e Escriturador**

**BANCO BRADESCO S.A.**

Departamento de Ações e Custódia – Gestão Comercial e Produtos / 4010-0

Núcleo Administrativo Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara, Osasco/SP

At.: Sr. Marcelo Ronaldo Poli

Tel.: (11) 3684-7654

Fax: (11) 3684-2714

E-mail: marcelo.poli@bradesco.com.br

**Auditores Independentes**

Em relação às nossas demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014:

**BDO RCS AUDITORES INDEPENDENTES**

Rua Major Quedinho, 90

CEP 01050-030 - Consolação - São Paulo - SP

At.: Sra. Viviene Alves Bauer

Telefone: (55) 11 3848-5880

E-mail: viviene.bauer@bdobrazil.com.br

Em relação às nossas informações contábeis intermediárias relativas ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2017 e demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

**DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES**

Sr. Paulo de Tarso Pereira Junior

Av. Dr. José Bonifácio Coutinho Nogueira, Sala 502, 150

Campinas, SP, Brasil, CEP 13091-611,

Tel.: +55 19 3707-3032,

Fax: +55 19 3707-3001

www.deloitte.com/br

Declarações do Artigo 56 da Instrução CVM 400

As declarações da Emissora e do Coordenador Líder, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, encontram-se anexas a este Prospecto.

APRESENTAÇÃO DOS COORDENADORES

Apresentação do Coordenador Líder

O BTG Pactual é uma instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital aberto, com escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 14º andares, CEP 04538-133, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 30.306.294/0002-26.

O BTG Pactual foi fundado em 1983 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários. Nos 13 (treze) anos seguintes, a empresa expandiu-se consideravelmente, com foco nas áreas de pesquisa, finanças corporativas, mercado de capitais, fusões & aquisições, wealth management, asset management e sales and trading (vendas e negociações).

Em 2006, o UBS A.G, instituição global de serviços financeiros, e o Banco Pactual S.A., associaram-se para criar o Banco UBS Pactual S.A. Em 2009, o Banco UBS Pactual S.A. foi adquirido pelo grupo BTG Investments, formando o BTG Pactual. Em dezembro de 2010, o Banco emitiu US$1,8 bilhão em capital para um consórcio de respeitados investidores e sócios, representando 18,65% (dezoito inteiros e sessenta e cinco centésimos por cento) do BTG Pactual.

Nos anos 2011 e 2012, o BTG Pactual adquiriu uma participação de 37,64% (trinta e sete inteiros e sessenta e quatro centésimos por cento) no Banco Pan Americano, bem como adquiriu as corretoras Celfin, no Chile, que também opera no Peru e na Colômbia e a Bolsa y Renta, na Colômbia, fazendo-se mais presente na América Latina.

A área de Debt Capital Markets (DCM) do BTG Pactual é uma área relevante para o banco. Assessorou instituições públicas e privadas nos mercados de capitais de renda fixa, nos diferentes mercados locais onde o BTG Pactual atua, através da emissão de debêntures, notas promissórias, certificados de recebíveis imobiliários, fundos de investimentos imobiliários ou fundos de investimento em direitos creditórios. DCM também atua no mercado internacional, através da emissão de bonds. Além disso, DCM auxilia empresas em processo de renegociação de termos e condições de dívidas em ambos os mercados.

Em julho de 2014, destacamos também a aquisição do banco suíço BSI, pertencente ao grupo italiano Assicurazioni Generali S.p.A, a aquisição acrescenta ao BTG Pactual, aproximadamente, US$100,0 bilhões em ativos sob gestão. A combinação do BTG Pactual e do BSI cria uma plataforma internacional de wealth e asset management com mais de US$200,0 bilhões em ativos sob gestão e presente em todos os principais centros financeiros internacionais. Com a transação, o BTG Pactual passa a oferecer aos seus clientes uma abrangência global e serviços diferenciados.

O DCM do BTG Pactual possui um modelo de negócios diferenciado, com plataforma integrada com outras áreas do banco. Cobre desde o processo de estruturação e investor education, até o comprometimento do BTG Pactual em atuar como formador de mercado no mercado secundário das transações. Serviços estes com forte suporte das áreas de Research de Renda Fixa (líder segundo a revista Institutional Investor) e de Sales & Trading localizadas em Nova Iorque, Londres, Hong Kong, Santiago e São Paulo.

Em 2012, o BTG Pactual participou de 36 (trinta e seis) operações locais de DCM, com mais de R$15,0bilhões em captações no mercado, refletindo em uma participação de mercado (market share) de aproximadamente 20% (vinte por cento), destacam-se nesse período as ofertas da SABESP (R$770,0 milhões), BR Malls (R$405,0 milhões), CCR Viaoeste (R$750,0 milhões) e TPI (R$472,0 milhões) em que atuou como coordenador líder e as ofertas de CEMIG (R$1,4 bilhão), BNDES (R$2,0 bilhões), Ecorodovias (R$800,0 milhões) e BR Properties (R$600,0 milhões) em que atuou como coordenador. Em 2013, o BTG Pactual participou como coordenador líder das ofertas da Triângulo do Sol (R$691,0 milhões), Colinas (R$950,0 milhões), Tegma (R$200,0 milhões), Valid (R$250,0 milhões), AES Sul (R$290,0 milhões), JSL (R$400,0 milhões), Norte Brasil Transmissora de Energia (R$200,0 milhões), Intervias (R$600,0 milhões) e CCR (R$200,0 milhões). Destaca-se neste período também a operação de Rodovias do Tietê em que atuou como coordenador líder e assessor de Project Finance, no volume de R$1,065 bilhão. Como coordenador, o BTG Pactual participou da 4ª (quarta) emissão de Iguatemi (R$450,0 milhões), Ecovias (R$881,0 milhões), Comgás (R$540,0 milhões), Brasil Pharma (R$287,690 milhões), da Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar (R$300,0 milhões) e da Andrade Gutierrez Participações S.A. (R$180,0 milhões).

Em 2014, o BTG Pactual participou de 33 (trinta e três) operações, totalizando um volume de R$5,69 bilhões distribuídos no mercado local. Destacamos a participação como coordenador líder das ofertas de debêntures de infraestrutura da Santo Antonio Energia (R$700,0 milhões), Ferreira Gomes (R$210,0 milhões), Santa Vitória do Palmar (R$90,0 milhões), e como coordenador nas ofertas da Centrovias (R$400,0 milhões), Intervias (R$275,0 milhões, da ViaNorte (R$150,0 milhões), Localiza (R$500,0 milhões) e Estácio (R$300,0 milhões).

No ranking ANBIMA de distribuição de renda fixa, de janeiro a junho de 2015, o BTG Pactual classificou-se na 2ª posição em volume tanto no ranking consolidado como de renda fixa de longo prazo, com um total de R$2,8 bilhões distribuídos, representando 18,5% de participação de mercado. Neste ano, destacamos as operações de Cielo (R$4,6 bilhões), Ecorodovias Infraestrutura (R$600,0 milhões) e DASA (R$400,0 milhões).

Em 2015, o BTG Pactual participou de 36 (trinta e seis) operações, totalizando um volume de R$3,9 bilhões distribuídos no mercado local, ocupando a 3ª posição no ranking de distribuição consolidado da ANBIMA e 2º lugar no ranking de distribuição de longo prazo com 12,8% e 16,5% do market share, respectivamente. Neste ano, destacamos as operações de Cielo (R$ 4,6 bilhões), Ecorodovias Infraestrutura (R$ 600 milhões), DASA (R$400 milhões), EDP (R$ 892 milhões), AES Tietê (R$ 594 milhões) e o CRI da 108ª Emissão da RB Capital lastreado em créditos imobiliários devidos por e garantidos por empresas do grupo Iguatemi.

Em 2016, o BTG Pactual distribuiu o volume de R$1,9 bilhões em 28 (vinte e oito) operações. Destacam-se nesse período a emissão de debêntures de infraestrutura da TCP-Terminal de Contêiners de Paranaguá, no volume de R$590 milhões, da EDP, no volume de R$250 milhões, e da CTEEP, no volume de R$148 milhões, as Notas Promissórias de Eletrosul e Energia dos Ventos, no montante de R$250 milhões e R$100 milhões, respectivamente, e o CRI lastreado em créditos imobiliários da Iguatemi, no volume de R$275 milhões.

Em 2017, até a presente data, o BTG Pactual classificou-se na 3ª posição em volume no ranking de renda fixa de longo prazo, com R$1,8 bilhões distribuídos em 14 operações. Destacamos a participação como coordenador único na Oferta de FIDC da Eletrosul no volume de R$690 milhões, das Debêntures de Triangulo do Sol e MRV, no volume de R$110 milhões e R$750 milhões, respectivamente, e das Debêntures de Infraestrutura de Energia dos Ventos e Transmissora Sul Litorânea no volume de R$100 milhões e R$150 milhões, respectivamente.

Apresentação do ITAÚ BBA

O Itaú BBA é uma instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN, constituída sob a forma de sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3500, 1º, 2º e 3º (parte), 4º e 5º andares, Bairro Itaim Bibi.

O Itaú BBA é um banco de atacado brasileiro com ativos na ordem de R$587,8 bilhões e uma carteira de crédito de R$171,9 bilhões, em 30 de junho de 2017. O banco faz parte do conglomerado Itaú Unibanco, sendo controlado diretamente pelo Itaú Unibanco Holding S.A. O Itaú BBA é responsável por prover serviços financeiros para grandes empresas. O Itaú BBA possui sucursais no Rio de Janeiro, Campinas, Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Salvador, Montevidéu, Buenos Aires, Santiago, Bogotá, Lisboa, além de escritórios de representação em Lima, Nova Iorque, Miami, Frankfurt, Paris, Luxemburgo, Madri, Londres, Lisboa, Dubai, Tóquio, Emirados Árabes e Hong Kong.

A área de Investment Banking oferece assessoria a clientes corporativos e investidores na estruturação de produtos de banco de investimento, incluindo renda fixa, renda variável, além de fusões e aquisições.

De acordo com o Ranking ANBIMA de Renda Fixa e Híbridos, o Itaú BBA ocupou o primeiro lugar nos anos de 2004 a 2014, e a segunda colocação em 2015 e em 2016, com participação de mercado entre 19% e 55%. Adicionalmente, o Itaú BBA tem sido reconhecido como um dos melhores bancos de investimento do Brasil por instituições como Global Finance, Latin Finance e Euromoney. Em 2014, o Itaú BBA foi escolhido como o Banco mais inovador da América Latina pela The Banker. Em 2014 o Itaú BBA foi também eleito o melhor banco de investimento do Brasil e da América Latina pela Global Finance, e melhor banco de investimento do Brasil pela Latin Finance. Em 2013, o Itaú BBA foi escolhido como melhor banco de investimento e de títulos de dívida da América Latina pela Global Finance.

Dentre as emissões de debêntures coordenadas pelo Itaú BBA recentemente, destacam-se as ofertas de debêntures da Cemig (R$1,0 bilhão), Vale (R$1,35 bilhões), Copasa (R$350 milhões), Rede D’or (R$1,2 bilhões), Comgás (R$675 milhões), BM&F Bovespa (R$3,0 bilhões), BR Properties (R$550 milhões), Telefônica (R$2 bilhões), Algar Telecom (R$432 milhões), Raia Drogasil (R$432 milhões), Localiza (R$500 milhões), AES Tietê (R$1,0 bilhão), Embratel (R$1 bilhão), Boticário (R$920 milhões), Energisa (R$375mm), entre outras. Em operações de notas promissórias recentemente coordenadas pelo Banco Itaú BBA, destacam-se as operações de Atacadão (R$750 milhões), CCR (R$900 milhões), Cemig (R$1,7 e 1,4 bilhões), Energisa (R$80, R$60 e R$100 milhões), Mills (R$200 milhões), Ecorodovias (R$275 milhões), MRV (R$137 milhões), Atacadão (R$750 milhões), Prime (R$260 milhões), EDP (R$130 milhões), Lojas Americanas (R$190 milhões), entre outras. Destacam-se ainda as operações de FIDC da Ideal Invest (R$100 milhões), RCI (R$456 milhões), Chemical (R$588 milhões), Renner (R$420 milhões), Banco Volkswagen (R$1 bilhão) e Ideal Invest (R$150 milhões). Destacam-se as operações de CRI da Aliansce Shopping Centers (R$180 milhões), Multiplan (R$300 milhões), BR Malls (R$225 e R$403 milhões), Direcional Engenharia (R$101 milhões) e Ambev (R$68 milhões), entre outros. No mercado de CRA, destaques recentes incluem o CRA da Raízen (R$969 milhões), Duratex (R$700 milhões), BRF (R$1,5 bilhões), Fibria (R$1,25 bilhões), Duratex (R$675 milhões), Suzano (R$675 milhões), Klabin (R$846 milhões), VLI Multimodal (R$260 milhões), São Martinho (R$506 milhões), Ultra (R$1 bilhão), Guarani (R$313 milhões) e Camil (R$405 milhões), entre outros.

No segmento de renda fixa internacional, em 2014, o Itaú BBA participou como joint-bookrunner de 16 ofertas de bonds, cujo montante total alcançou mais de US$12 bilhões; em 2015, foram 8 ofertas num total de US$6 bilhões; em 2016, foram 11 ofertas num total de $5,05 bilhões; e, até 30 de junho de 2017, o Itaú BBA havia participado de 21 ofertas de bonds, cujo montante total alcançou mais de US$13,8 bilhões. Dentre as operações recentes em que o Itaú BBA atuou como joint-bookrunner, destacam-se as ofertas de Petrobras (US$4,0 bilhões), BRF (US$500 milhões), Terrafina (US$425 milhões), República do Uruguai (US$1,7 bilhões), Oi (€600 milhões), Globo (US$325 milhões), Itaú Unibanco Holding (US$1,05 bilhão), Guacolda (US$500 milhões), Republica da Colômbia (US$1,0 bilhão), YPF (US$500 milhões), Angamos (US$800 milhões), Samarco (US$500 milhões), República Federativa do Brasil (R$3,55 bilhões), Republica da Colômbia (US$1,5 bilhões), Rumo (US$750 milhões), Suzano (US$300 milhões), AES Argentina (US$300 milhões), Genneia (US$350 milhões), Arcor (US$150 milhões), Minerva (US$350 milhões), Capex (US$300 milhões), Naranja (US$3.8 bilhões), entre outras.

Em renda variável, o Itaú BBA oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações e de deposit receipts, ofertas públicas para aquisição e permuta de ações, além de assessoria na condução de processos de reestruturação societária de companhias abertas e trocas de participações acionárias. A condução das operações é realizada em conjunto com a Itaú Corretora de Valores S.A., que tem relacionamento com investidores domésticos e internacionais e possui estrutura independente de pesquisa, conforme divulgado pela agência “Institutional Investor”.

Até junho de 2017, o Itaú BBA atuou como coordenador e bookrunner de ofertas públicas iniciais e subsequentes de *equity* no Brasil e América Latina que totalizaram US$744 milhões. No ranking da ANBIMA de renda variável, o banco figurou em segundo lugar[[1]](#footnote-2) até junho de 2017.

No segmento de renda fixa, o Itaú BBA conta com equipe para prover aos clientes diversos produtos no mercado doméstico e internacional, tais como: notas promissórias, debêntures, commercial papers, fixed e floating rate notes, fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC), certificados de recebíveis imobiliários (CRI) e do agronegócio (CRA). Em 2016, o Itaú BBA participou e distribuiu operações de debêntures, notas promissórias e securitização que totalizaram mais de R$8,0 bilhões e, até junho de 2017, o Itaú BBA participou e distribuiu operações de debêntures, notas promissórias e securitização que totalizaram aproximadamente R$9,7 bilhões. De acordo com o ranking da ANBIMA, o Itaú BBA foi classificado em primeiro lugar no ranking de distribuição de operações em renda fixa e securitização até junho de 2017. A participação de mercado soma perto de 33,7% do volume distribuído até junho de 2017.

A área de fusões e aquisições do Itaú BBA oferece aos clientes estruturas e soluções para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias. A área detém acesso a investidores para assessorar clientes na viabilização de movimentos societários.

Em 2017, na área de fusões e aquisições, até junho, o Itaú BBA prestou assessoria financeira a 17 transações, acumulando um volume total de US$2,9 bilhões, obtendo posição de liderança, segundo a *Dealogic*. Em 2016, o Itaú BBA ocupou o 1º lugar no ranking Thomson Reuters em número de operações.

Apresentação do BB-BI

O Banco do Brasil, sociedade controladora do BB-BI, em seus mais de 200 anos de existência, acredita que acumulou experiências e pioneirismos, participando da história e da cultura brasileira.

Sua marca é uma das mais conhecidas do País, ocupando a primeira colocação na categoria “Bancos” do prêmio Top of Mind 2016, do Instituto Datafolha, pela 26ª vez consecutiva. Com 1,4 trilhão em ativos totais, o Banco do Brasil tem 4.877 agências com uma base de aproximadamente 65,2 milhões de clientes e uma rede própria com aproximadamente de 16,5 mil pontos de atendimento, com envolvimento de cerca de 100 mil funcionários, relativos ao 1ª trimestre de 2017.

No exterior, o Banco do Brasil tem pontos distribuídos em 24 países (Alemanha, Angola, Argentina, Áustria, Bolívia, Chile, China, Cingapura, Emirados Árabes Unidos, Espanha, Estados Unidos, França, Ilhas Cayman, Inglaterra, Itália, Japão, México, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Uruguai e Venezuela, além do Brasil) e conta com uma rede no exterior com 36 pontos de atendimento.

Com objetivo de oferecer soluções diferenciadas e fortalecer o vínculo com as empresas brasileiras, o Banco do Brasil criou o BB-BI, subsidiária integral para executar atividades de banco de investimento e no exterior, atua por meio da Banco do Brasil Securities LLC (Nova Iorque), da BB Securities Ltd (Londres) e da BB Securities Asia PTE Ltd (Cingapura), com foco em investidores de varejo e institucionais.

No mercado doméstico de títulos de renda fixa, o BB-BI participou de 33 operações de Renda Fixa em 2016, entre Debêntures e Notas Promissórias, somando um total de participação de R$ 10,8 bilhões, o que representou um market share de 16,61%. Desta forma, o BB-BI encerrou 2016 ocupando a 3ª posição no Ranking Anbima de Originação.

O BB-BI realizou operações de securitização em 2016 e alcançou a 2ª posição em número de Emissões de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, com 12 operações acumuladas no ranking de originação, perfazendo um total de R$ 1,2 bilhão, que representa 10,3% de participação.

Como lead-manager, o BB atuou em 12 das 18 transações de emissores brasileiros no mercado externo em 2016. Isto representa um volume de US$ 15,1 bilhões de um total de US$ 20,5 bilhões, participação de mercado de 74,57%. Desta forma, o BB encerrou 2016 na segunda posição do Ranking ANBIMA de Emissões Externas.

O BB-BI mantém encontra-se entre os principais intermediários em ofertas públicas de Ações, sendo que, em 2016, atuou como Coordenador do Follow-on da Rumo Logística, Operadora Multimodal S.A., que promoveu a colocação de R$ 2,6 bilhões em Ações e foi coordenador no Follow On de TAESA.

Apresentação do Bradesco BBI

Banco de Investimento do Banco Bradesco S.A., o Bradesco BBI é responsável pela originação e execução de fusões e aquisições e pela originação, estruturação, sindicalização e distribuição de operações de renda fixa e renda variável, no Brasil e exterior.

O Bradesco BBI foi eleito o melhor Investment Banking do Brasil em 2014, 2016 e 2017 pela Euromoney e “Best Investment Bank in Brazil” em 2013, 2015, 2016 e 2017 pela Global Finance Magazine e The Most Innovative Bank from Latin America pela The Banker em 2016, tendo assessorado, no ano de 2016, 292 transações de Investment Banking com volume de aproximadamente R$292 bilhões e tem os seguintes destaques:

Presença constante em operações de renda variável nos últimos três anos, coordenando IPOs (Initial Public Offerings) e Follow-ons que foram a mercado, tendo participado nas seguintes ofertas: coordenador líder do único IPO realizado em 2015 - Par Corretora; coordenador líder o Re-IPO da SANEPAR em 2016 e coordenador líder do primeiro IPO da América Latina em 2017 - Movida, coordenador líder maior oferta de ações nos últimos 12 meses no Brasil.

Nos últimos 12 meses, podemos destacar a participação do Bradesco BBI no Follow-on da CVC no valor de R$ 1,2 bilhão, na OPA de cancelamento de registro da Évora, no valor de R$ 111 milhões, no Re-IPO da SANEPAR, no valor de R$ 2,0 bilhões; na OPA de cancelamento de registro da DASA, no valor de R$ 837,1 milhões; na OPA de tag along da Alpargatas, no valor de R$ 499,5 milhões; na OPA de aquisição de controle da Tempo Participações, no valor de R$ 318,2 milhões; no IPO da Movida, no valor de R$580 milhões; no Follow-on da CCR no valor de R$4,1 bilhões; no IPO da Hermes Pardini; no valor de R$760 milhões, no Follow-on das Lojas Americanas no valor de R$2,4 bilhões; no Follow-on da Alupar no valor de R$833 milhões; no IPO da Azul no valor de R$1,8 bilhão; no IPO da Netshoes no valor de US$148 milhões; no Follow-on da BR Malls no valor de R$1,7 bilhão e no Follow-on da BR Properties no valor de R$1,0 bilhão.

Com importantes transações realizadas, o Bradesco BBI concluiu até junho de 2017 40 operações no mercado doméstico, em ofertas que totalizaram mais de R$6,6 bilhões originados e R$ 2,9 bilhões distribuídos. No mercado internacional, o Bradesco BBI está constantemente ampliando sua presença em distribuição no exterior, tendo atuado como Bookrunner em oito emissões de bond e como Dealer Manager em dois tender offers no primeiro semestre de 2017.

No primeiro semestre de 2017, o Bradesco BBI classificou-se entre os principais bancos que assessoraram M&A no Brasil2. No período, o Bradesco BBI teve 13 transações anunciadas com valor total de aproximadamente R$69 bilhões. Dentre elas, destacamos as principais: (i) assessoria aos acionistas da Valepar na alienação da Valepar para a Vale por R$65 bilhões; (ii) assessoria à Braskem na alienação da quantiQ por R$550 milhões; (iii) assessoria à Odebrecht Utilities na alienação da totalidade de suas ações da Cetrel para a Braskem por R$610 milhões; (iv) assessoria à Neoenergia na alienação de 50% dos complexos eólicos Forças Eólicas do Brasil I e II por R$804 milhões e (v) assessoria à Metalúrgica Gerdau na oferta pública de aquisição de ações ordinárias da Gerdau por R$1,1 bilhão.

**2** http://www.anbima.com.br/pt\_br/informar/ranking/mercado-de-capitais/fusoes-e-aquisicoes.htm

Em termos de valor de mercado, o Banco Bradesco S.A. é o segundo maior banco privado da América Latina além de ter a marca mais valiosa entre instituições financeiras de acordo com pesquisa da Brand Finance de 2013. O Banco Bradesco S.A. está presente em todos os municípios brasileiros e em diversas localidades no exterior. Clientes e usuários têm à disposição 105.602 pontos de atendimento, destacando-se 5.068 agências. No primeiro trimestre de 2017, o lucro líquido ajustado foi de R$ 9,352 bilhões, enquanto o ativo total e patrimônio líquido totalizaram R$1,291 trilhão e R$106,807 bilhões, respectivamente, segundo o Relatório de Análise Econômica e Financeira da instituição.

Apresentação da XP Investimentos

A XP Investimentos iniciou suas atividades em Porto Alegre, no ano de 2001, com a proposta de aliar a distribuição de investimentos com educação financeira do investidor. O principal objetivo foi o de proporcionar aos seus clientes o acesso a uma ampla gama de produtos e serviços financeiros em um único provedor, por meio das suas principais divisões de negócio: corretora de valores, gestão de recursos, corretora de seguros, educação financeira e mercado de capitais.

Em 2003, houve a constituição da XP Educação como uma empresa independente e responsável por oferecer cursos de investimentos para clientes e o público em geral.

No ano de 2005, a XP Gestão de Recursos iniciou suas atividades com a criação do fundo XP Investor FIA. Neste mesmo ano, a XP Investimentos atingiu a marca de 10.000 (dez mil) clientes e 25 (vinte e cinco) escritórios de agentes de investimento credenciados.

Em 2007, foi realizada a aquisição da AmericaInvest, corretora situada no Rio de Janeiro e marcou o início da atuação da XP Investimentos como corretora de valores e, consequentemente, o lançamento da área institucional.

No ano de 2008, foi a primeira corretora independente, não ligada a bancos, a lançar um fundo de capital protegido. Adicionalmente, a XP Educação, por meio de seus cursos de educação financeira, atingiu a marca de 100.000 (cem mil) alunos.

Em 2010, criou-se a área de renda fixa e a XPTV, canal de informação em tempo real sobre o mercado financeiro para assessores. No mesmo ano, a XP Investimentos recebeu investimento do fundo de Private Equity inglês Actis.

Em 2011, deu-se o início das atividades do Grupo XP no mercado internacional, por meio da criação da XP Securities, sediada em Nova Iorque (EUA).

Em 2012, a XP Investimentos recebeu investimento do fundo de Private Equity norte-americano General Atlantic.

Em 2013, a XP Investimentos atingiu 75.000 (setenta e cinco mil) clientes ativos e R$9.500.000.000,00 (nove bilhões e quinhentos mil reais) sob custódia. A expansão das atividades do Grupo XP no mercado internacional ocorreu em 2014, através da abertura do escritório da XP Securities, em Miami.

Em 2014, a XP Investimentos adquiriu a Clear Corretora. Em 2016, anunciou a aquisição de 100% do capital da Rico Corretora.

Em renda fixa, a XP Investimentos possui aproximadamente R$35.000.000.000.00 (trinta e cinco bilhões de reais) sob custódia, e disponibiliza em sua Plataforma Bancária cerca de 60 (sessenta) emissores.

A XP Investimentos, através da área de mercado de capitais, coordenou diversas ofertas públicas de Debêntures, Debêntures de Infraestrutura, Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), Certificados de Recebíveis Imobiliário (CRI) e Fundo de Investimento Imobiliário (FII). Em 2014, a XP Investimentos fechou o 1º contrato de formador de mercado de CRA.

Em 2015, a XP Investimentos atuou como coordenador líder das ofertas de FIDC Angá Sabemi Consignados II (R$ 128 milhões), CRA da 1ª e 2ª Série da 1ª Emissão da RB Capital Securitizadora – Risco Burger King (R$ 102 milhões), CRA da 74ª Série da 1ª Emissão da Eco Securitizadora – Risco Alcoeste (R$ 35 milhões) e Debênture 12.431, em Duas Séries, da Saneatins (R$ 190 milhões). Ainda, atuando como coordenador, a XP Investimentos participou da Debênture 12.431, em Série Única, da VLI Multimodal (R$ 232 milhões), Debênture 12.431, em Série Única, da Ventos de São Tito Holding (R$ 111 milhões), CRA da 72ª Série da 1ª Emissão da Eco Securitizadora – Risco JSL (R$ 150 milhões) e CRA da 1ª Série da 7ª Emissão da Gaia Agro Securitizadora – Risco Jalles Machado (R$ 67 milhões).

Em 2016, as principais ofertas que a XP Investimentos atuou como coordenador líder foram: Cotas Seniores e Mezaninos do FIDC Angá Sabemi Consignados V (R$ 194 milhões), CRA da 1ª Série da 1ª Emissão da Ápice Securitizadora – Risco Bartira (R$ 70 milhões), CRA da 79ª Série da 1ª Emissão da Eco Securitizadora – Risco Burger King (R$ 202 milhões), CRA da 3ª Série da 1ª Emissão da Ápice Securitizadora – Risco Jalles Machado (R$ 135 milhões), Cotas Seniores do FIDC Credz (R$ 60 milhões) e Debênture 12.431, em Série Única, da Calango 6 (R$ 43,5 milhões). Ainda, atuando como coordenador, a XP Investimentos participou do CRI da 127ª Série da 1ª Emissão da RB Capital Securitizadora – Risco Atento (R$ 30 milhões), CRI da 135ª Série da 1ª Emissão da RB Capital Securitizadora – Risco Iguatemi (R$ 275 milhões), CRI da 73ª Série da 1ª Emissão da Ápice Securitizadora – Risco Vale (R$ 140 milhões), CRI da 272ª Série da 2ª Emissão da Cibrasec Securitizadora – Risco Multiplan (R$ 300 milhões), CRA da 3ª e 4ª Séries da 1ª Emissão da RB Capital Securitizadora – Risco Raízen (R$ 675 milhões), CRA da 83ª Série da 1ª Emissão da Eco Securitizadora – Risco JSL (R$ 200 milhões), CRA da 1ª Série da 6ª Emissão da Octante Securitizadora – Risco São Martinho (R$ 350 milhões), CRA da 3ª Série da 1ª Emissão da Ápice Securitizadora – Risco Jalles Machado (R$ 135 milhões), Debênture 12.431, em Duas Séries, da Cemar (R$ 270 milhões), Debênture 12.431, em Duas Séries, da Celpa (R$ 300 milhões), Debênture 12.431, em Três Séries, da TCP (R$ 588 milhões) e Debênture 12.431, da 1ª Série, da Comgás (R$ 675 milhões).

Em 2017, a XP participou como coordenadora líder das ofertas do CRA da 104ª Série da 1ª Emissão da Eco Securitizadora - Risco VLI (R$ 260 milhões), CRA da 99ª Série da 1ª Emissão da Eco Securitizadora - Risco Coruripe (R$ 135 milhões) , CRA da 117ª e 118ª Séries da 1ª Emissão da Eco Securitizadora – Risco Camil (R$ 405 milhões), CRA da 1ª Série da 4ª Emissão da Vert Securitizadora – Risco Tereos (R$ 313 milhões), CRA da 116ª Série da 1ª Emissão da Eco Securitizadora – Risco JSL S.A. (R$ 270 milhões), CRA da 6ª e 7ª Séries da 1ª Emissão da RB Capital Companhia de Securitização (R$ 969 milhões), CRI da 1ª Série da 5ª Emissão da Brazil Realty Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários - Risco Cyrela (R$ 150 milhões), CRI da 64ª Série da 1ª Emissão da Ápice Securitizadora S.A. – Risco MRV (R$ 270 milhões), CRI da 145ª Série da 1ª Emissão da RB Capital Companhia de Securitização - Risco Aliansce (R$ 180 milhões), CRI da 82ª Série da 1ª Emissão da Ápice Securitizadora S.A. – Risco Urbamais, CRI da 25ª Série da 1ª Emissão da Isec Securitizadora – Risco Direcional Engenharia (R$ 198 milhões), Debênture 12.431, em Duas Séries, da Energisa S.A. (R$ 374 milhões), Debênture 12.431, da 1ª Série, da CCR AutoBAn, Debênture, em Três Séries, da Light (R$ 398 milhões) e Debênture, em Duas Séries, da Movida (R$ 40 milhões).

Como resultado de sua estratégia, atualmente a XP Investimentos possui presença diferenciada no atendimento do investidor pessoa física, sendo líder nesse segmento, de acordo com a B3, com mais de 300.000 (trezentos mil) clientes ativos, resultando em um volume superior a R$80 (oitenta) bilhões de ativos sob custódia. Em agosto de 2017, a XP Investimentos possui cerca de 700 (setecentos) escritórios afiliados e cerca de 2,4 mil assessores.

SUMÁRIO DA OFERTA

Esta seção não contém todas as informações sobre a Emissora que devem ser analisadas pelo investidor antes de tomar sua decisão de investimento nas Debêntures. O Prospecto deve ser lido integralmente e de forma cuidadosa, inclusive o disposto na seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures”, deste Prospecto, nas demonstrações financeiras da Emissora e suas respectivas notas explicativas, e na seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência, antes de tomar uma decisão de investimento nas Debêntures.

**O POTENCIAL INVESTIDOR DEVE LER CUIDADOSA E ATENTAMENTE TODO ESTE PROSPECTO, INCLUINDO AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NAS SEÇÕES “FATORES DE RISCO RELACIONADOS ÀS DEBÊNTURES E À OFERTA” E O ITEM 4 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, PARA MELHOR COMPREENSÃO DAS ATIVIDADES DA EMISSORA E DA OFERTA, ANTES DE TOMAR A DECISÃO DE INVESTIR NAS DEBÊNTURES.**

|  |  |
| --- | --- |
| **Companhia, Emissora ou Arteris** | Arteris S.A. |
| **Capital Social da Emissora** | Na data deste Prospecto, o capital social da Companhia é de R$5.047.468.639,84 (cinco bilhões, quarenta e sete milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, seiscentos e trinta e nove reais e oitenta e quatro centavos). |
| **Coordenador Líder** | Banco BTG Pactual S.A. |
| **Coordenadores** | Coordenador Líder, Itaú BBA, BB-BI, Bradesco BBI, e XP Investimentos |
| **Agente Fiduciário** | Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. |
| **Banco Liquidante e Escriturador**  | O banco liquidante da Emissão e o escriturador das Debêntures será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo “Cidade de Deus”, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara, CEP 06029-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante e/ou o Escriturador na prestação dos serviços relativos às Debêntures. |
| **Agência de Classificação de Risco** | Foi contratada como agência de classificação de risco da Oferta a *Fitch Ratings* para realizar a classificação de risco (*rating*) das Debêntures, a qual deverá ser equivalente a, no mínimo “[AA-] (exp) (bra)”, ou classificação de risco(*rating*) equivalente em caso de substituição da *Fitch Ratings* pela *Standard & Poor’s* ou da *Moody’s América Latina*. Durante o prazo de vigência das Debêntures, a Emissora deverá manter contratada a *Fitch Ratings* ou a *Standard & Poor’s* ou a *Moody’s América Latina* para a atualização da classificação de risco (*rating*) das Debêntures, sendo que, em caso de substituição de qualquer uma dessas agências, deverá ser observado o procedimento previsto na Cláusula 7.1 (vii) da Escritura de Emissão, sendo *Standard & Poor’s* ou a *Fitch Ratings* ou a *Moody’s America Latina*, conforme o caso, denominadas, em conjunto ou individualmente, “Agência de Classificação de Risco”.  |
| **Aprovações Societárias** | Nos termos do artigo 59, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, o Conselho de Administração da Emissora, em reunião realizada em 1° de setembro de 2017, aprovou a emissão das Debêntures, no montante total de, inicialmente, R$1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), sem considerar o montante relativo às Debêntures Suplementares e Debêntures Adicionais, bem como a outorga das Garantias Reais, cuja ata foi registrada na JUCESP em 14 de setembro de 2017, sob o nº 415.609/17-3, e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo (“DOESP”) e no jornal Valor Econômico em 12 de setembro de 2017. Nos termos do artigo 8º, incisos (ix) e (xv) do Estatuto Social da Arteris Participações, a outorga da Cessão Fiduciária Intervias e a celebração do Contrato de Cessão Fiduciária serão realizadas com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Arteris Participações realizada em 1° de setembro de 2017, cuja ata foi registrada na JUCESP em 13 de setembro de 2017, sob nº 415.490/17-0, e publicada no DOESP e no jornal “Diário Comércio, Indústria e Serviços” em 12 de setembro de 2017. |
| **Destinação dos Recursos** | Os recursos captados com a Oferta, incluindo os recursos captados por meio das Debêntures Adicionais, serão utilizados da seguinte forma:***(i)*** *Destinação dos Recursos das Debêntures da Primeira Série* Os recursos líquidos captados pela Emissora por meio das Debêntures da Primeira Série serão destinados ao resgate antecipado total da 4ª (quarta) emissão pública de notas promissórias comerciais com esforços restritos da Companhia (“Quarta Emissão Pública de Notas Comerciais da Companhia” e (“Notas Promissórias Comerciais”, respectivamente) e o saldo remanescente após tal resgate será destinado ao reforço de capital de giro da Companhia.A Quarta Emissão Pública de Notas Promissórias Comerciais da Companhia foi realizada em 9 de agosto de 2017, sendo seu vencimento devido em 5 de fevereiro de 2018. A Emissão foi composta por 520 Notas Promissórias Comerciais, perfazendo o montante total de R$650.000.000,0 (seiscentos e cinquenta milhões de reais). Sobre as Notas Promissórias Comerciais incidirão juros remuneratórios correspondentes a 110,00% da variação acumulada das taxas médias diárias das Taxas DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, desde a data da emissão até a data do seu efetivo pagamento. Os recursos líquidos captados por meio da Emissão das Notas Promissórias Comerciais serão destinados para (a) investimentos e/ou reembolso de gastos, despesas e/ou dívidas relacionados a investimentos; e (b) reforço do capital de giro da Companhia, sendo que a Companhia destinará até R$130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais) para os Projetos, sendo (i) o montante de até R$70.000.000,00 (setenta milhões de reais) para investimento no Projeto Regis Bittencourt e (ii) o montante de até R$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) para investimento no Projeto Fluminense, conforme detalhado abaixo.Os recursos das Debêntures da Primeira Série foram suficientes para o resgate da totalidade das Notas Promissórias Comerciais da Companhia, portanto, a Companhia não utilizará parte dos recursos das Debêntures da Terceira Série no resgate das Notas Promissórias Comerciais ou recursos próprios ou ainda outras fontes decorrentes de financiamentos adicionais e do caixa decorrente das suas atividades operacionais. ***(ii)*** *Destinação dos Recursos das Debêntures da Terceira Série*Os recursos líquidos captados pela Emissora por meio das Debêntures da Terceira Série serão destinados ao pagamento futuro ou no reembolso de despesas, gastos e/ou dívidas relacionados aos investimentos nos Projetos, considerados prioritários pelo Ministério dos Transportes (“Projetos”), e poderiam ter sido utilizados parcialmente, até o montante de R$130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais), no resgate antecipado total das Notas Promissórias Comerciais da Companhia. Os recursos captados com as Notas Promissórias Comerciais foram parcialmente utilizados no desenvolvimento dos Projetos.Os recursos captados por meio das Debêntures da Terceira Série estavam limitados a R$1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais, correspondente a 80% (oitenta por cento) do Valor Total da Emissão), sendo que os captados por meio da Debêntures da Terceira Série que seriam destinados ao resgate das Notas Promissórias Comerciais já estão considerados nesse valor.**Para mais informações sobre a destinação dos recursos das Debêntures, veja a seção “Destinação dos Recursos”, e a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures – Poderá haver conflito de interesses entre o Bradesco BBI e os investidores da Oferta, tendo em vista que o Bradesco BBI é credor da Companhia no âmbito das Notas Promissórias Comerciais da Companhia, que serão resgatadas pela Companhia com os recursos obtidos por meio da integralização das Debêntures”.** |
| **Regime de Colocação**  | As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição, nos termos da Lei do Mercado de Capitais, da Instrução CVM 400 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, nos termos do Contrato de Distribuição, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários. Nos termos do Contrato de Distribuição, os Coordenadores promoverão a distribuição pública das Debêntures sob o regime de garantia firme de colocação de forma individual e não solidária no valor total de R$1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), na Data de Emissão, sem considerar as Debêntures Adicionais, que serão e, no caso das Debêntures Suplementares, teriam sido, colocadas sob o regime de melhores esforços.**Para mais informações, ver seção “Informações Relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures – Contrato de Distribuição – Regime de Colocação” deste Prospecto.** |
| **Plano de Distribuição** | Observadas as disposições da regulamentação aplicável, os Coordenadores realizarão a Oferta conforme o plano de distribuição adotado em conformidade com o disposto no artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, o qual leva em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores e da Emissora, as quais assegurarão (a) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo; (b) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus respectivos clientes; e (c) que os representantes de venda das Instituições Participantes da Oferta recebam previamente exemplares (i) do Prospecto Preliminar; e (ii) deste Prospecto Definitivo, o qual incorpora por referência o Formulário de Referência da Companhia.A Oferta não contará com esforços de colocação no exterior.O Plano de Distribuição foi fixado nos seguintes termos: (a) as Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição, com intermediação dos Coordenadores; (b) a Oferta terá como público alvo: (i) os Investidores de Varejo, observado que aos Investidores de Varejo só poderão ser colocadas Debêntures da Terceira Série; e (ii) os Investidores Institucionais; (c) após o protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM, a divulgação do Aviso ao Mercado e a disponibilização do Prospecto Preliminar aos Investidores da Oferta, foram realizadas Apresentações para Potenciais Investidores; (d) os materiais publicitários ou documentos de suporte às Apresentações para Potenciais Investidores eventualmente utilizados foram, conforme o caso, submetidos à aprovação prévia da CVM, nos termos do artigo 50 da Instrução CVM 400, ou encaminhados à CVM previamente à sua utilização, nos termos do artigo 50, parágrafo 5º, da Instrução CVM 400; (e) após as Apresentações para Potenciais Investidores e anteriormente à obtenção do registro da Oferta na CVM, os Coordenadores realizaram o Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos acima indicados;(f) concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, os Coordenadores consolidaram as intenções de investimento dos Investidores da Oferta para subscrição das Debêntures; (g) desde que todas as condições precedentes listadas no Contrato de Distribuição tenham sido satisfeitas ou tenham sido expressamente renunciadas pelos Coordenadores, e observados os demais termos e condições do Contrato de Distribuição, a Oferta somente terá início após (I) o atendimento dos requisitos a que se refere a Cláusula Segunda da Escritura de Emissão; (II) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (III) o registro para distribuição e negociação das Debêntures na B3, (IV) a divulgação do Anúncio de Início; (V) a disponibilização do Prospecto Definitivo aos Investidores da Oferta, nos termos da Instrução CVM 400; e (VI) publicação, no Diário Oficial da União, das Portarias emitidas pelo Ministério dos Transportes em razão da emissão das Debêntures da Terceira Série; (h) iniciada a Oferta: (I) os Investidores de Varejo que manifestaram interesse na subscrição das Debêntures durante o Período de Reserva (conforme abaixo definido) por meio de preenchimento do Pedido de Reserva; (II) os investidores da Oferta que sejam considerados Pessoas Vinculadas que optaram em subscrever as Debêntures durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas por meio de preenchimento do Pedido de Reserva e desde que não seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) à quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Adicionais e as Debêntures Suplementares); e/ou (III) os Investidores Institucionais que encaminharam suas ordens de investimento nas Debêntures e tiveram suas ordens alocadas, deverão assinar o boletim de subscrição, na respectiva Data de Integralização, sendo certo que a integralização das Debêntures somente ocorrerá após a assinatura do boletim de subscrição e será efetuada pelo Preço de Integralização; (i) a colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do MDA e/ou do DDA, ambos administrados e operacionalizados pela B3, bem como com o Plano de Distribuição; (j) não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures, bem como não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures; e (k) não será constituído fundo de amortização para a Emissão. |
| **Oferta de Varejo exclusivamente para as Debêntures da Terceira Série** | O montante inicial de 150.000 (cento e cinquenta mil) Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais), ou seja, 10% (dez por cento) do Valor Total da Emissão foi destinado, prioritariamente, à colocação pública para os Investidores de Varejo que preencheram e apresentaram às Instituições Participantes da Oferta os pedidos de reserva (“Pedido de Reserva”) de maneira irrevogável e irretratável, de acordo com as condições a seguir expostas e no período compreendido entre 18 de setembro de 2017 e 9 de outubro de 2017 (“Período de Reserva”), conforme o caso, observados os procedimentos indicados neste Prospecto Definitivo, sendo certo que os Investidores de Varejo somente puderam investir em Debêntures da Terceira Série (“Oferta de Varejo”). **A Oferta de Varejo está limitada às Debêntures da Terceira Série, sendo vedada a colocação de Debêntures da Primeira Série aos Investidores de Varejo.**Os Investidores de Varejo e os Investidores Institucionais considerados Pessoas Vinculadas puderam apresentar Pedido de Reserva durante o período de 18 de setembro de 2017 a 28 de setembro de 2017 (“Período de Reserva para Pessoas Vinculadas”), o qual precedeu o encerramento do Procedimento de *Bookbuilding* em pelo menos 7 (sete) Dias Úteis. Como condição à eficácia do Pedido de Reserva, cada Investidor de Varejo indicou obrigatoriamente no Pedido de Reserva se era ou não Pessoa Vinculada. As Pessoas Vinculadas que realizarem seu Pedido de Reserva após o encerramento do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, estiveram sujeitas ao disposto abaixo.Os Pedidos de Reserva efetuados pelos investidores durante o Período de Reserva e o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, de maneira irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nos itens (b) e (d) abaixo e nas hipóteses de divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e deste Prospecto Definitivo, modificação, suspensão, cancelamento, ou revogação da Oferta (conforme descritas abaixo), observaram as condições do próprio Pedido de Reserva, de acordo com as seguintes condições e observados os procedimentos e normas de liquidação da B3:* + - 1. durante o Período de Reserva e o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, cada um dos Investidores de Varejo e dos Investidores Institucionais interessados em participar da Oferta realizou a reserva de Debêntures da Terceira Série, mediante preenchimento de um ou mais Pedidos de Reserva junto aos Coordenadores, observados o Valor Mínimo de Subscrição e o Valor Máximo dos Pedidos de Reserva, ficando a seu exclusivo critério a realização de mais de um Pedido de Reserva desde que na mesma Instituição Participante da Oferta;
			2. no Pedido de Reserva, os Investidores de Varejo tiveram a faculdade, como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva e aceitação da Oferta, de estipular uma taxa mínima para os Juros das Debêntures da Terceira Série. O Pedido de Reserva foi automaticamente cancelado caso (i) a taxa de juros referente às Debêntures da Terceira Série, fixada após o Procedimento de *Bookbuilding*, tenha sido inferior à taxa estabelecida pelo Investidor de Varejo, ou (ii) o Investidor de Varejo tenha estipulado como taxa mínima para as Debêntures da Terceira Série uma taxa superior à taxa máxima estipulada no Prospecto Definitivo;
			3. a quantidade de Debêntures da Terceira Série adquiridas, o respectivo valor do investimento dos Investidores de Varejo e Data de Integralização e horário limite serão informados a cada Investidor de Varejo até o dia útil imediatamente anterior à data de divulgação do Anúncio de Início pela Instituição Participante da Oferta que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva ou por telefone, fac-símile ou correspondência, devendo o pagamento ser feito de acordo com o item (vii) abaixo, limitado ao valor do Pedido de Reserva;
			4. na Data Integralização, cada Instituição Participante da Oferta junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado, entregará a cada Investidor de Varejo o número de Debêntures da Terceira Série alocado a tal Investidor de Varejo, ressalvadas a possibilidade de cancelamento do Pedido de Reserva conforme descrito no item (ii) acima;
			5. os Investidores de Varejo deverão realizar a integralização das Debêntures da Terceira Série mediante o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis junto à respectiva instituição participante em que tenha sido realizado o(s) Pedido(s) de Reserva, de acordo com o procedimento descrito acima; e
			6. caso o total de Debêntures da Terceira Série correspondente aos Pedidos de Reserva admitidos excedesse a quantidade de Debêntures prioritariamente destinada à Oferta de Varejo, qual seja, 150.000 (cento e cinquenta mil) Debêntures, os Coordenadores, em comum acordo com a Emissora, poderiam ou não manter a quantidade de Debêntures da Terceira Série inicialmente destinada à Oferta de Varejo ou elevar ou não tal quantidade a um patamar compatível com os objetivos da Oferta (nesse caso, estando a quantidade de Debêntures da Terceira Série limitada a R$1.200.000.000,00), de forma a atender, total ou parcialmente, os referidos Pedidos de Reserva admitidos, observado que, caso a quantidade de Debêntures da Terceira Série destinada à Oferta de Varejo não fosse suficiente para atender totalmente os Pedidos de Reserva dos investidores, as Debêntures da Terceira Série destinadas à Oferta de Varejo seriam rateadas entre os investidores, proporcionalmente ao montante de Debêntures da Terceira Série indicado nos respectivos Pedidos de Reserva admitidos, não sendo consideradas frações de Debêntures. Não obstante, todos os Pedidos de Reserva realizados no âmbito da Oferta foram integralmente atendidos.

**Os Investidores de Varejo não participaram do Procedimento de *Bookbuilding* e, consequentemente, não fizeram parte da definição dos Juros das Debêntures da Terceira Série.**Tendo em vista que não foi verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais), as intenções de investimento e/ou pedidos de reserva realizados por investidores considerados Pessoas Vinculadas não foram automaticamente canceladas. Recomendou-se aos Investidores de Varejo interessados na realização de Pedido de Reserva, que (a) lessem cuidadosamente os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente no que se refere aos procedimentos relativos à liquidação da Oferta e às informações constantes deste Prospecto Definitivo e do Formulário de Referência da Emissora; (b) verificasse com a Instituição Participante da Oferta de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, se essa, a seu exclusivo critério, exigiu a manutenção de recursos em conta corrente nela aberta e/ou mantida, para fins de garantia do Pedido de Reserva, conforme o caso; (c) verificassem com a Instituição Participante da Oferta de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, a possibilidade de débito antecipado da reserva por parte da Instituição Participante da Oferta; e (d) entrassem em contato com a Instituição Participante da Oferta de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Participante da Oferta para a realização do Pedido de Reserva ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Participante da Oferta, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Participante da Oferta e a possibilidade de realizar mais de um pedido de reserva na Instituição Participante as Oferta escolhida. |
| **Oferta Institucional** | Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, as Debêntures remanescentes foram destinadas aos Investidores Institucionais, não tendo sido admitidas reservas antecipadas e observados os seguintes procedimentos (“Oferta Institucional”):* + - 1. os Investidores Institucionais interessados em subscrever Debêntures apresentaram suas intenções de investimento aos Coordenadores, na data de realização do Procedimento de *Bookbuilding*, conforme cronograma indicado no item 9 abaixo, indicando a quantidade de Debêntures a ser adquirida em diferentes níveis de taxa de juros, inexistindo recebimento de reserva ou limites máximos de investimento, observado o Valor Mínimo de Subscrição;
			2. somente foram consideradas as ordens daqueles investidores que preencheram os requisitos para participar da Oferta Institucional;
			3. cada Investidor Institucional interessado em participar da Oferta Institucional assumiu a obrigação de verificar se está cumprindo com os requisitos para participar da Oferta Institucional, para então apresentar suas ordens de investimento durante o Procedimento de *Bookbuilding*;
			4. considerando que não foi verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais), foi permitida a colocação de Debêntures perante Investidores Institucionais considerados Pessoas Vinculadas;
			5. considerando que as intenções de investimento apresentadas pelos Investidores Institucionais não excederam o total de Debêntures remanescentes após o atendimento da Oferta de Varejo, não foi necessário aplicar qualquer procedimento de rateio;
			6. até o final do Dia Útil imediatamente anterior à data de divulgação do Anúncio de Início, os Coordenadores informaram aos Investidores Institucionais, por meio do seu respectivo endereço eletrônico ou por telefone: (i) a Data de Integralização e horário limite, (ii) a Remuneração definida no Procedimento de *Bookbuilding*; e (iii) a quantidade de Debêntures alocadas ao referido investidor. Os Investidores Institucionais integralizarão as Debêntures, à vista, em moeda nacional, em recursos imediatamente disponíveis, na Data de Integralização, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da B3; e
			7. duas mil Debêntures da Terceira Série, destinadas à Oferta Institucional, foram destinadas à colocação ao Formador de Mercado, a fim de lhe possibilitar a atuação como Formador de Mercado (*market maker*) das Debêntures da Terceira Série, garantindo a existência e a permanência de ofertas firmes diárias de compra e venda para as Debêntures da Terceira Série durante a vigência do contrato que a Emissora celebrou com o Formador de Mercado e nos termos da legislação aplicável. As intenções de investimento do Formador de Mercado foram apresentadas na taxa de juros apurada no Procedimento de *Bookbuilding*, não havendo, portanto, qualquer influência por parte do Formador de Mercado na definição dos juros das Debêntures durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

**Os investidores deverão ler a seção “Fatores de Risco Relacionados com a Oferta e as Debêntures - A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* pode ter impactado adversamente a definição da Remuneração das Debêntures, e o investimento nas Debêntures por investidores institucionais que sejam Pessoas Vinculadas pode ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário.” deste Prospecto Definitivo.** |
| **Critérios de Rateio da Oferta de Varejo** | Considerando que o total de Debêntures da Terceira Série correspondente aos Pedidos de Reserva admitidos excedeu a quantidade de Debêntures prioritariamente destinada à Oferta de Varejo, qual seja, 150.000 (cento e cinquenta mil) Debêntures, os Coordenadores, em comum acordo com a Emissora, elevaram tal quantidade a um patamar compatível com os objetivos da Oferta (nesse caso, estando a quantidade de Debêntures da Terceira Série limitada a R$1.200.000.000,00), de forma a ter atendido, total ou parcialmente, os referidos Pedidos de Reserva admitidos, observado que, caso a quantidade de Debêntures da Terceira Série destinada à Oferta de Varejo não tivesse sido suficiente para atender totalmente os Pedidos de Reserva dos investidores, as Debêntures da Terceira Série destinadas à Oferta de Varejo deveriam ter sido rateadas entre os investidores, proporcionalmente ao montante de Debêntures da Terceira Série indicado nos respectivos Pedidos de Reserva admitidos, não sendo consideradas frações de Debêntures. Todos os Pedidos de Reserva realizados no âmbito da Oferta foram integralmente atendidos, não tendo havido rateio.  |
| **Critérios de Colocação da Oferta Institucional** | Considerando que as intenções de investimento apresentadas pelos Investidores Institucionais não excederam o total de Debêntures remanescentes após o atendimento da Oferta de Varejo, não foi necessário aplicar o critério de colocação estabelecido nos documentos da Oferta, de acordo com os quais os Coordenadores dariam prioridade aos Investidores Institucionais que, no entender dos Coordenadores, em comum acordo com a Emissora, melhor atendessem os objetivos da Oferta, quais sejam, constituir uma base diversificada de investidores, integrada por investidores com diferentes critérios de avaliação das perspectivas da Emissora e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional, remuneração das Debêntures com custo compatível aos objetivos da Emissora, bem como criar condições para o desenvolvimento do mercado local de títulos corporativos de renda fixa, com ênfase em negociações secundárias. |
| **Procedimento de *Bookbuilding*** | Foi adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, junto aos Investidores Institucionais, organizado pelos Coordenadores, nos termos do artigo 23, parágrafos 1° e 2º, e do artigo 44, ambos da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a definição, com a Emissora: (a) da realização da Emissão de 1.615.764 (um milhão seiscentas e quinze mil e setecentas e sessenta e quatro) Debêntures em 2 (duas) séries, sendo 1.454.224 (um milhão quatrocentas e cinquenta e quatro mil e duzentas e vinte e quatro) Debêntures da Primeira Série e 161.540 (cento e sessenta e um mil e quinhentas e quarenta) Debêntures da Terceira Série; (b) da Remuneração da Primeira Série, observado o limite de Juros da Primeira Série descrito acima, e da Remuneração da Terceira Série, observado o limite do Juros da Terceira Série descrito acima; e (c) do exercício do lote das Debêntures Adicionais e do não exercício do lote das Debêntures Suplementares.Sem prejuízo do disposto no item (c) acima, puderam participar do Procedimento de *Bookbuilding* os Investidores Institucionais considerados Pessoas Vinculadas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, sendo que não houve limite máximo para sua participação.**A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* pode ter impactado adversamente a definição da Remuneração, e o investimento nas Debêntures por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas pode ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário. Para mais informações, vide seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures – A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* pode ter impactado adversamente a definição da Remuneração das Debêntures, e o investimento nas Debêntures por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas pode ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário.”, deste Prospecto Definitivo**.O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* foi ratificado por meio de aditamento à Escritura de Emissão, celebrado anteriormente à data de concessão do registro da Oferta pela CVM, independentemente de qualquer aprovação societária adicional da Emissora ou de assembleia geral de debenturistas, e será divulgado por meio do Anúncio de Início, nos termos do artigo 23, parágrafo 2°, da Instrução CVM 400.Considerando que não foi verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais), foi permitida a colocação, pelos Coordenadores, de Debêntures junto a investidores considerados Pessoas Vinculadas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400. **Os Investidores de Varejo e os Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas e que apresentaram Pedido de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas não participaram do Procedimento de *Bookbuilding* e, consequentemente, não fizeram parte da definição da taxa final dos Juros Remuneratórios das Debêntures.**  |
| **Período de Colocação** | Observados os requisitos indicados na Escritura de Emissão e o disposto na seção “Cronograma Estimado das Etapas da Oferta” deste Prospecto Definitivo, as Debêntures serão subscritas e integralizadas até 31 de outubro de 2017 desde que: (a) o Procedimento de *Bookbuilding* tenha sido concluído e o registro da Oferta tenha sido concedido até 26 de outubro de 2017; e (b) desde que o anúncio de início da Oferta (“Anúncio de Início”) tenha sido divulgado até o dia 27 de outubro de 2017 (“Período de Colocação”). Ao final do Período de Colocação, os Coordenadores ou quaisquer de suas sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum, conforme o caso, estarão obrigados a subscrever e integralizar a totalidade das Debêntures objeto da Garantia Firme de colocação que porventura não tenham sido colocadas, conforme procedimento descrito no Contrato de Distribuição. Após a colocação das Debêntures, será divulgado o anúncio de encerramento da Oferta, nos termos do artigo 54-A da Instrução CVM 400 (“Anúncio de Encerramento”). |
| **Forma de Subscrição e Integralização e Preço de Integralização** | As Debêntures serão subscritas e integralizadas por meio do MDA e/ou do DDA, em uma ou mais datas, sendo considerada “Primeira Data de Integralização” a data da primeira subscrição e integralização das Debêntures. O preço de subscrição e integralização das Debêntures na Primeira Data de Integralização será o seu Valor Nominal Unitário e, caso ocorra a integralização das Debêntures em mais de uma data, será o Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração aplicável. |
| **Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica** | As Debêntures serão registradas:**(a)** para distribuição no mercado primário por meio do (i) MDA, administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e/ou (ii) do DDA, administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e **(b)** para negociação no mercado secundário por meio do (i) CETIP21, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; e/ou (ii) do PUMA, sendo que as Debêntures serão negociadas em mercado de balcão organizado e em mercado de bolsa, administrado e operacionalizado pela B3, sendo processadas pela B3 a custódia, a liquidação financeira e a negociação das Debêntures. |
| **Número da Emissão** | A presente Emissão representa a 5ª (quinta) emissão de debêntures da Emissora. |
| **Valor Total da Emissão** | O valor total da Emissão é de R$1.615.764.000,00 (um bilhão seiscentos e quinze milhões e setecentos e sessenta e quatro mil reais), na Data de Emissão, considerando as Debêntures Adicionais. |
| **Quantidade de Debêntures** | Serão emitidas 1.615.764 (um milhão seiscentas e quinze mil e setecentas e sessenta e quatro) Debêntures, sendo (i) 1.454.224 (um milhão quatrocentas e cinquenta e quatro mil e duzentas e vinte e quatro) Debêntures da Primeira Série; e (ii) 161.540 (cento e sessenta e um mil e quinhentas e quarenta) Debêntures da Terceira Série, considerando as Debêntures Adicionais e sem considerar as Debêntures Suplementares, as quais não foram emitidas. |
| **Debêntures Adicionais** | A quantidade de Debêntures inicialmente ofertada, a critério da Emissora e dos Coordenadores, foi aumentada em 7,72% (sete inteiros e setenta e dois centésimos por cento) da quantidade de Debêntures inicialmente ofertada, sem considerar as Debêntures Suplementares (conforme definidas abaixo), ou seja, em 115.764 (cento e quinze mil setecentos e sessenta e quatro) Debêntures, sendo todas as Debêntures Adicionais alocadas como Debêntures da Primeira Série, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, sem a necessidade de novo pedido ou modificação dos termos da Emissão e da Oferta à CVM. Aplicar-se-ão às Debêntures Adicionais os mesmos termos e condições das Debêntures inicialmente ofertadas, observadas as características específicas de cada uma das séries. A critério dos Coordenadores e da Emissora, conforme verificado no Procedimento de *Bookbuilding*, as Debêntures Adicionais foram alocadas como Debêntures da Primeira Série. |
| **Debêntures Suplementares** | Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Adicionais) poderia ter sido, mas não foi, acrescida em até 15% (quinze por cento), ou seja, em até 225.000 (duzentas e vinte e cinco mil) Debêntures suplementares, nas mesmas condições das Debêntures inicialmente ofertadas, destinadas a atender a um excesso de demanda que eventualmente tenha sido constatado no decorrer da Oferta, conforme opção outorgada pela Emissora aos Coordenadores no Contrato de Distribuição, que somente poderia ser exercida pelos Coordenadores em comum acordo com a Emissora. A critério dos Coordenadores e da Emissora, conforme verificado no Procedimento de *Bookbuilding*, as Debêntures Suplementares poderiam ter sido, mas não foram, ser alocadas como Debêntures da Primeira Série e/ou como Debêntures da Terceira Série. Aplicar-se-iam às Debêntures Suplementares os mesmos termos e condições das Debêntures inicialmente ofertadas, ressalvado que as Debêntures Suplementares teriam sido colocadas sob regime de melhores esforços e observadas as características específicas de cada uma das séries. |
| **Valor Nominal Unitário da Debêntures** | As Debêntures terão valor nominal unitário de R$1.000,00 (um mil reais), na Data de Emissão. |
| **Número de Séries** | A Emissão seria realizada em até 3 (três) séries, no sistema de vasos comunicantes, sendo que a existência e a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série foram definidas pelos Coordenadores, em conjunto com a Emissora, após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. Em razão de não ter sido verificada no Procedimento de Bookbuilding demanda de mercado suficiente pelas Debêntures que seriam originalmente da segunda série, referidas Debêntures não serão emitidas, sendo que as Debêntures que seriam originalmente da terceira série continuarão a ser denominadas como “Debêntures da Terceira Série”. Consequentemente, a Emissão será realizada em 2 (duas) séries. Ressalvadas as referências expressas às Debêntures da Primeira Série e às Debêntures da Terceira Série, todas as referências às “Debêntures” devem ser entendidas como referências às Debêntures da Primeira Série e às Debêntures da Terceira Série, em conjunto. |
| **Forma, Emissão de Certificados, Conversibilidade e Comprovação da Titularidade das Debêntures** | As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de certificados e/ou cautelas e não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora e nem permutáveis em ações de emissão de outra sociedade. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador (conforme abaixo definido). Adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, será expedido, por esta, extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures. |
| **Espécie** | As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, caput, da Lei das Sociedades por Ações, com garantia real adicional. |
| **Garantias Reais** | Como garantia do fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações principais e acessórias assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora em relação às Debêntures e demais obrigações assumidas no âmbito da Emissão, incluindo o pagamento do Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário) da totalidade das Debêntures, da Remuneração e dos Encargos Moratórios, devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão e dos demais documentos da Emissão, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário, incluindo sua remuneração, e/ou pelos Debenturistas em decorrência de processo, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures, da Escritura de Emissão e dos demais documentos da Emissão (“Obrigações Garantidas”), a Emissora, nos termos do “Instrumento Particular de Constituição de Garantia de Alienação Fiduciária de Ações e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças” celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário e a Arteris Participações, na qualidade de interveniente (“Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Cessão Fiduciária”),* + - 1. aliena fiduciariamente a totalidade das ações de sua titularidade de emissão da Arteris Participações (“Ações Alienadas” e “Alienação Fiduciária de Ações”, respectivamente); e
			2. cede fiduciariamente (i) a totalidade dos dividendos e juros sobre capital próprio (e respectivos valores financeiros referentes ao pagamento desses proventos) provenientes da totalidade das ações de emissão da Arteris Participações, as quais são detidas pela Emissora; (ii) 100% (cem por cento) dos recursos depositados em determinada conta vinculada, não movimentável livremente pela Emissora, na qual deverão ser depositados todos os recursos mencionados no item (i) acima (“Conta Vinculada Arteris”); e (iii) a Conta Vinculada Arteris (“Cessão Fiduciária Arteris Participações”).

Adicionalmente, as Obrigações Garantidas contarão com a (a) garantia de cessão fiduciária (a.1) da totalidade dos dividendos e juros sobre capital próprio (e respectivos valores financeiros referentes ao pagamento desses proventos) provenientes de 51% (cinquenta e um por cento) das ações de emissão da Intervias, as quais são detidas pela Emissora; e (a.2) de 100% (cem por cento) dos recursos depositados na Conta Vinculada Arteris, na qual também deverão ser depositados todos os recursos mencionados no item (a.1) deste parágrafo; (b) garantia de cessão fiduciária (b.1) da totalidade dos dividendos e juros sobre capital próprio (e respectivos valores financeiros referentes ao pagamento desses proventos) provenientes de 49% (quarenta e nove por cento) das ações de emissão da Intervias, as quais são detidas pela Arteris Participações; (b.2) de 100% (cem por cento) dos recursos depositados em determinada conta vinculada, não movimentável livremente pela Arteris Participações, na qual deverão ser depositados todos os recursos mencionados no item (b.1) deste parágrafo (“Conta Vinculada Arteris Participações” e, em conjunto com a Conta Vinculada Arteris, as “Contas Vinculadas”); e (b.3) da Conta Vinculada Arteris Participações (“Cessão Fiduciária Intervias” e, em conjunto com a Alienação Fiduciária de Ações e com a Cessão Fiduciária Arteris Participações, as “Garantias Reais”), nos termos do “Instrumento Particular de Constituição de Garantia de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças” celebrado entre a (i) Emissora e a Arteris Participações, na qualidade de cedentes; (ii) o Agente Fiduciário; e (iii) a Intervias, na qualidade de interveniente (“Contrato de Cessão Fiduciária” e, em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Cessão Fiduciária, os “Contratos de Garantia”).A administração das Contas Vinculadas e a movimentação dos recursos nelas depositados, conforme descritos nos parágrafos acima, serão realizados nos termos e de acordo com as disposições previstas no “Contrato de Prestação de Serviços de Depositário” celebrado entre a (i) Emissora, (ii) a Arteris Participações, (iii) o Agente Fiduciário; e (iv) o Banco Bradesco S.A., na qualidade de banco administrador das Contas Vinculadas. A eficácia das Garantias Reais está condicionada de forma suspensiva, nos termos do artigo 125 do Código Civil (“Condição Suspensiva”), ao registro dos termos de liberação das cessões fiduciárias constituídas nos termos dos contratos de garantia celebrados no âmbito das Notas Promissórias Comerciais da Companhia (“Ônus Existente”), nos cartórios de registro de títulos e documentos competentes, o que ocorrerá após a data de liquidação das Debêntures. |
| **Data de Emissão** | Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 15 de outubro de 2017. |
| **Prazo e Data de Vencimento** | Ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo Total e/ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o prazo:**(i)** das Debêntures da Primeira Série será de 5 (cinco) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de outubro de 2022;**(ii)** das Debêntures da Terceira Série será de 7 (sete) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de outubro de 2024. |
| **Pagamento do Valor Nominal Unitário**  | Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures e/ou do Resgate Antecipado Facultativo Total, nos termos previstos na Escritura de Emissão: * + - 1. o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, que não será atualizado monetariamente, será amortizado conforme cronograma abaixo:

|  |  |
| --- | --- |
| **Data de Amortização** | **% do Valor Nominal Unitário a ser amortizado** |
| 15 de outubro de 2021 | 50% |
| 15 de outubro de 2022 | Saldo remanescente do Valor Nominal Unitário |

**(b)** o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, que será atualizado pela Atualização Monetária da Terceira Série, será amortizado conforme cronograma abaixo:

|  |  |
| --- | --- |
| **Data de Amortização** | **% do Valor Nominal Unitário atualizado a ser amortizado** |
| 15 de outubro de 2023 | 50% |
| 15 de outubro de 2024 | Saldo remanescente do Valor Nominal Unitário atualizado |

 |
| **Atualização Monetária e Remuneração das Debêntures da Primeira Série** | O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série não será atualizado monetariamente.Sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extragrupo, na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”), capitalizada de um spread ou sobretaxa equivalente a 1,60% (um inteiro e sessenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, definida no Procedimento de Bookbuilding (“Juros da Primeira Série” ou a “Remuneração da Primeira Série”), calculados sob o regime de capitalização composta de forma pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Primeira Integralização das Debêntures da Primeira Série ou a Data de Pagamento dos Juros da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência do Resgate Antecipado Facultativo Total e/ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, a Remuneração da Primeira Série será paga semestralmente, sem carência, a partir da Data de Emissão, no dia 15 dos meses de outubro e abril de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de abril de 2018 e, o último, na Data de Vencimento da Primeira Série (cada uma das referidas datas, uma “Data de Pagamento dos Juros da Primeira Série”). Os Juros da Primeira Série serão calculados de acordo com a fórmula descrita na Escritura de Emissão.**Para mais informações, ver seção “Informações Relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures – Características da Emissão e das Debêntures – Atualização Monetária e Remuneração das Debêntures da Primeira Série” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures – A Taxa DI utilizada para a remuneração das Debêntures da Primeira Série pode ser considerada nula em decorrência da Súmula nº 176 do Superior Tribunal de Justiça” deste Prospecto.** |
| **Atualização Monetária e Remuneração das Debêntures da Terceira Série** | O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série será atualizado pela variação do IPCA, divulgado pelo IBGE, calculado de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, desde a Data de Primeira Integralização das Debêntures da Terceira Série até a Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série, sendo o produto da atualização incorporado ao saldo do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Terceira Série automaticamente (“Atualização Monetária da Terceira Série”). O saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, atualizado pela Atualização Monetária da Terceira Série, será calculado de acordo com a fórmula descrita na Escritura de Emissão.Sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, atualizado pela Atualização Monetária da Terceira Série, incidirão juros remuneratórios prefixados correspondentes a 5,0935% (cinco inteiros e novecentos e trinta e cinco décimos de milésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, sendo que tal taxa estava limitada a 5,0935% (cinco inteiros e novecentos e trinta e cinco décimos de milésimos por cento), correspondente a 0,50% (cinquenta centésimos por cento) ao ano , base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, acrescidos exponencialmente à taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais, com vencimento em 15 de agosto de 2024, que deverá ser a cotação indicativa divulgada pela ANBIMA, apurada no fechamento do Dia Útil imediatamente anterior à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* (“Juros da Terceira Série”, e, em conjunto com a Atualização Monetária da Terceira Série, “Remuneração da Terceira Série”, sendo que a Remuneração da Primeira Série e a Remuneração da Terceira Série, quando referidas indistintamente, “Remuneração”), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Primeira Integralização das Debêntures da Terceira Série ou a Data de Pagamento dos Juros da Terceira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência do Resgate Antecipado Facultativo Total e/ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, os Juros da Terceira Série serão pagos anualmente, sem carência, a partir da Data de Emissão, no dia 15 do mês de outubro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de outubro de 2018 e, o último, na Data de Vencimento da Terceira Série (cada uma das referidas datas, uma “Data de Pagamento dos Juros da Terceira Série”, e, em conjunto com cada Data de Pagamento dos Juros da Primeira Série, a “Data de Pagamento da Remuneração”). Os Juros da Terceira Série serão calculados de acordo com a fórmula descrita na Escritura de Emissão. |
| **Aquisição Facultativa** | A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e (a) a qualquer momento, no que se refere às Debêntures da Primeira Série; e (b) a partir de 15 de novembro de 2019 (ou prazo inferior que venha a ser autorizado pela legislação ou regulamentação aplicáveis), inclusive, nos termos do artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, da Lei nº 12.431, no que se refere às Debêntures da Terceira Série, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, adquirir Debêntures por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora, ou por valor superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observadas as regras expedidas pela CVM.As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures. As Debêntures da Primeira Série adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas. As Debêntures da Terceira Série adquiridas pela Emissora somente poderão ser canceladas, na forma que vier a ser regulamentada pelo CMN, em conformidade com o disposto no artigo 1°, parágrafo 1°, inciso II, e no artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei n° 12.431, observado que, na data de celebração da Escritura de Emissão, o referido cancelamento não é permitido pela Lei n° 12.431.**Para mais informações, ver seções “Informações Relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures – Características da Emissão e das Debêntures – Aquisição Facultativa”, e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures – As Debêntures poderão ser objeto de Aquisição Facultativa, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o que poderá impactar de maneira adversa na liquidez das Debêntures no mercado secundário.” deste Prospecto.** |
| **Vencimento Antecipado** | Observado o disposto na Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures e exigirá da Emissora o pagamento imediato do Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário), acrescido da respectiva Remuneração devida, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Primeira Integralização ou desde a Data de Pagamento de Juros imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, conforme o disposto na Escritura de Emissão, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão, na ocorrência das hipóteses previstas na Escritura de Emissão. **Para mais informações, ver as seções “Informações Relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures – Vencimento Antecipado” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures – As obrigações da Emissora constantes da Escritura de Emissão estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado”, deste Prospecto Definitivo.** |
| **Quóruns de Instalação e Deliberação** | Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, nos termos do artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas (“Assembleia(s) Geral(is) de Debenturistas” ou “AGD”), observado que:* + - * 1. no caso de ocorrência de qualquer dos eventos previstos na Cláusula 6.2.1 Escritura de Emissão, as Assembleias Gerais de Debenturistas serão realizadas separadamente e de forma independente, nos termos das Cláusulas 6.2.1.1 e seguintes da Escritura de Emissão;
				2. quando o assunto a ser deliberado for comum a todas as séries de Debêntures, os Debenturistas de todas as séries deverão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas conjunta, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas de todas as séries, observado que para computo deste quórum serão consideradas todas as Debentures em Circulação; e
				3. quando o assunto a ser deliberado for específico a uma determinada série, os Debenturistas da Primeira Série ou os Debenturistas da Terceira Série, conforme o caso, poderão, a qualquer tempo, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, reunir-se em Assembleias Gerais de Debenturistas específicas (a “Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série” e “Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Série”), que se realizarão em separado, computando-se em separado os respectivos quóruns de convocação, de instalação e de deliberação, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas da Primeira Série ou dos Debenturistas da Terceira Série, conforme o caso.

Para os fins da Escritura de Emissão, o assunto a ser deliberado será considerado específico a determinada série sempre que, e somente se, se referir (a) à declaração de vencimento antecipado, nos termos da Cláusula 6.2.1 da Escritura de Emissão; (b) a deliberações relativas à renúncia ou a perdão temporário a um dos eventos previstos na Cláusula 6.2.1 (pedido de *waiver*) da Escritura de Emissão, conforme Cláusula 9.11(c) da Escritura de Emissão; (c) à alteração da Remuneração aplicável à respectiva série; (d) a alterações de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos na Escritura de Emissão relativos à respectiva série; e/ou (e) a alterações de prazo de vigência das Debêntures da respectiva série.Os procedimentos previstos na Cláusula 9.1 da Escritura de Emissão serão aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas de todas as séries e às Assembleias Gerais de Debenturistas da Primeira Série ou às Assembleias Gerais de Debenturistas da Terceira Série, conforme o caso, e os quóruns aqui previstos deverão ser calculados levando-se em consideração o total de Debêntures de todas as séries ou o total de Debêntures em Circulação da respectiva série, conforme o caso. Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre Assembleia Geral de Acionistas. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada (a) pelo Agente Fiduciário; (b) pela Emissora; (c) por Debenturistas que representem, em conjunto, 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou das Debêntures da respectiva série em Circulação, conforme caso; ou (d) pela CVM. A convocação da Assembleia Geral de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa previstos na Cláusula 4.19 da Escritura de Emissão, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de Assembleias Gerais de Debenturistas constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e da Escritura de Emissão. A Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias, contados da primeira publicação do edital de convocação ou, caso não se verifique quórum para realização da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação, no prazo de 8 (oito) dias contados da primeira publicação do edital de segunda convocação. Nos termos do artigo 71, parágrafo 3°, da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, metade mais uma das Debêntures em Circulação ou das Debêntures da respectiva série em circulação, conforme o caso, e, em segunda convocação, com qualquer quórum, observado o disposto na Cláusula 6.2.1da Escritura de Emissão.O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos demais detentores de Debêntures presentes ou àquele que for designado pela CVM. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto, cujas deliberações serão tomadas pelo Debenturista, sendo admitida constituição de mandatários. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos na Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures, ou das debêntures da respectiva série, conforme o caso, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas. Exceto pelo disposto na Cláusula 9.11 da Escritura de Emissão, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, (a) 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures em Circulação, quando se tratar de deliberações que digam respeito aos Debenturistas de todas as séries, reunidos em uma única Assembleia Geral de Debenturistas; (b) 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures da Primeira Série em Circulação, quando se tratar de deliberações que digam respeito especificamente aos Debenturistas da Primeira Série; e (c) 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures da Terceira Série em Circulação, quando se tratar de deliberações que digam respeito especificamente aos Debenturistas da Terceira Série. No caso de deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação, os quóruns serão de, no mínimo (a) 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures em Circulação na Assembleia Geral de Debenturistas, quando se tratar de deliberações que digam respeito aos Debenturistas de todas as séries, reunidos em uma única Assembleia Geral de Debenturista; (b) 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures da Primeira Série em Circulação na Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, quando se tratar de deliberações que digam respeito especificamente aos Debenturistas da Primeira Série; e (c) 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures da Terceira Série em Circulação presentes na Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Série, quando se tratar de deliberações que digam respeito especificamente aos Debenturistas da Terceira Série, desde que estejam presentes na referida assembleia, no mínimo, 20% (vinte por cento) das Debêntures da Terceira Série em Circulação, ou quórum superior caso assim determinado pela legislação competente. Observado o disposto nas Cláusulas 9.1 e 9.1.1 da Escritura de Emissão, não estão incluídos no quórum de deliberação a que se refere a Cláusula 9.10 da Escritura de Emissão:* + - * 1. os quóruns expressamente previstos em outras Cláusulas da Escritura de Emissão;
				2. qualquer alteração (i) no prazo de vigência das Debêntures; (ii) no quórum de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas; (iii) na Data de Pagamento da Remuneração ou de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos na Escritura de Emissão; (iv) no parâmetro do cálculo da Remuneração de qualquer série; ou (v) nas hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo Total e/ou vencimento antecipado (seja alteração nas hipóteses, exclusão ou inclusão), a(s) qual(is) deverá(ão) ser aprovada(s), de forma segregada para cada uma das séries, por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação, em primeira e segunda convocações e/ou 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Terceira Série em Circulação em primeira convocação e, em segunda convocação, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures da Terceira Série em Circulação. As matérias indicadas nos itens (ii) e (v) poderão ser deliberados e aprovados por debenturistas reunidos em uma única Assembleia Geral de Debenturistas;
				3. as deliberações relativas à renúncia ou a perdão temporário a qualquer dos eventos previstos nas Cláusulas 6.2.1.1 da Escritura de Emissão (pedido de *waiver*), que deverão ser aprovadas (i) em primeira convocação, (A) por Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em Circulação; e (B) por Debenturistas que representem 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures da Terceira Série em Circulação; ou (ii) em segunda convocação, (A) por Debenturistas que representem, no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em Circulação; e (B) por Debenturistas da Terceira Série que representem 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures da Terceira Série em Circulação presentes na respectiva assembleia, desde que presentes na referida assembleia, no mínimo, 20% (vinte por cento) das Debêntures da Terceira Série em Circulação; e
				4. as deliberações relativas aos ativos e/ou direitos dados em Reforço ou Substituição de Garantia (conforme definido no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Cessão Fiduciária ou no Contrato de Cessão Fiduciária, conforme o caso) no âmbito do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Cessão Fiduciária e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária, conforme o caso, deverão ser previamente aceitos pelos Debenturistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures em Circulação, conforme deliberado em Assembleia Geral de Titulares de Debêntures, a seu exclusivo critério, na forma e no prazo previsto na Cláusula 9 da Escritura de Emissão, sendo que a convocação da Assembleia Geral dos Debenturistas deverá ocorrer em até 2 (dois) Dias Úteis contados da ocorrência de qualquer das hipóteses descritas na Cláusula 1.4 do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Cessão Fiduciária e na Cláusula 1.3 do Contrato de Cessão Fiduciária.

Independentemente das formalidades previstas na Lei das Sociedades por Ações e na Escritura de Emissão, serão consideradas regulares as deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem a totalidade dos Debenturistas ou dos Debenturistas da respectiva série, conforme o caso.  |
| **Forma e Local de Pagamento** | Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão serão realizados pela Emissora, (a) no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal Unitário, à Remuneração e aos Encargos Moratórios, e com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na B3, por meio da B3; ou (b) para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3, por meio do Escriturador ou, com relação aos pagamentos que não possam ser realizados por meio do Escriturador, na sede da Emissora, conforme o caso. |
| **Público Alvo da Oferta** | O público alvo da presente Oferta é composto por: * + - * 1. investidores de varejo, aos quais somente poderão ser alocadas Debêntures da Terceira Série, assim considerados, no âmbito da Oferta, pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, que não sejam considerados Investidores Institucionais, que formalizem pedido de reserva durante o período de reserva para os investidores de varejo, nos termos e prazos que venham a ser descritos e detalhados nos documentos da Oferta, observado o Valor Mínimo de Subscrição e o valor máximo de pedido de investimento, que será de R$1.000.000,00 (um milhão de reais) por Investidor de Varejo; e
				2. Investidores Institucionais, observado o Valor Mínimo de Subscrição.
 |
| **Pessoas Vinculadas** | Consideram-se “Pessoas Vinculadas” (i) controladores ou administradores da Emissora ou outras pessoas vinculadas à emissão e distribuição, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º (segundo) grau; (ii) controladores ou administradores das Instituições Participantes da Oferta; (iii) empregados, operadores e demais prepostos das Instituições Participantes da Oferta diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; (iv) agentes autônomos que prestem serviços às Instituições Participantes da Oferta; (v) demais profissionais que mantenham, com as Instituições Participantes da Oferta, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional no âmbito da Oferta; (vi) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelas Instituições Participantes da Oferta; (vii) sociedades controladas, direta ou indiretamente, por pessoas vinculadas às Instituições Participantes da Oferta, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (viii) cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º (segundo) grau das pessoas mencionadas nos itens “ii” a “v”; e (ix) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a pessoas vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros não vinculados.**Para mais informações, vide seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures – A participação de investidores institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* pode ter impactado adversamente a definição da Remuneração das Debêntures, e o investimento nas Debêntures por investidores institucionais que sejam Pessoas Vinculadas pode ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário.”, deste Prospecto.** |
| **Inadequação da Oferta a Certos Investidores** | O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que (a) não tenham profundo conhecimento dos riscos envolvidos na operação ou que não tenham acesso à consultoria especializada; (b) necessitem de liquidez com relação às Debêntures a serem adquiridas, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; e/ou (c) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de sociedades do setor em que a Emissora atua, em particular no setor de transportes. **Para uma avaliação adequada dos riscos associados ao investimento nas Debêntures, os investidores deverão ler a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures”, deste Prospecto Definitivo, bem como as seções relativas aos fatores de risco constantes do item “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência, antes de aceitar a Oferta.** |
| **Fatores de Risco** | **Para uma descrição dos fatores que devem ser considerados antes da decisão de investimento nas Debêntures, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures” deste Prospecto, além de outras informações incluídas neste Prospecto.** |
| **Cronograma Estimado das Etapas da Oferta** | Para informações acerca dos principais eventos e datas relacionados à Oferta, veja a seção “Cronograma Estimado das Etapas da Oferta” deste Prospecto. |
| **Data de Integralização** | As Debêntures serão integralizadas por meio do MDA e/ou do DDA, a partir da data de divulgação do Anúncio de Início, à vista, no ato da subscrição, e em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário. Para informações adicionais acerca dos principais eventos e datas relacionados à Oferta, veja a seção “Cronograma Estimado das Etapas da Oferta” deste Prospecto. |
| **Informações Adicionais** | Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre a Emissora, a Emissão ou a Oferta poderão ser obtidas junto à Emissora, aos Coordenadores e à CVM, nos endereços indicados na seção “Informações Relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures – Informações Adicionais”, deste Prospecto. O pedido de análise prévia da Oferta foi apresentado à ANBIMA em 18 de agosto de 2017, estando a Oferta sujeita à prévia aprovação pela CVM. |

CRONOGRAMA ESTIMADO DAS ETAPAS DA OFERTA

Encontra-se abaixo o cronograma estimado para as principais etapas da Oferta.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **Evento** | **Data (1)(2)(3)** |
| **1.** | Publicação de fato relevante sobre o protocolo do pedido de análise prévia da Oferta na ANBIMA, por meio do procedimento simplificado previsto na Instrução CVM 471Protocolo na ANBIMA do pedido de análise prévia da Oferta por meio do procedimento simplificado previsto na Instrução CVM 471 | 18/08/2017 |
| **2.** | Divulgação do Aviso ao MercadoDisponibilização do Prospecto Preliminar aos Investidores da OfertaInício das apresentações e *Roadshow* | 04/09/2017 |
| **3.** | Comunicado de Alteração das Condições da Oferta e nova Disponibilização do Prospecto Preliminar aos Investidores da Oferta | 11/09/2017 |
| **4.** | Encerramento das apresentações de *Roadshow* | 13/09/2017 |
| **5.** | Início do Período de Reserva para Investidor de VarejoInício do Período de Reserva para Pessoas VinculadasNova divulgação do Aviso ao Mercado com a logomarca dos Participantes Especiais | 18/09/2017 |
| **6.** | Encerramento do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas | 28/09/2017 |
| **7.** | Encerramento do Período de Reserva para Investidor de Varejo | 09/10/2017 |
| **8.** | Início do Procedimento de *Bookbuilding*Encerramento do Procedimento de *Bookbuilding* | 10/10/2017 |
| **9.** | Registro da Oferta pela CVM | 26/10/2017 |
| **10.** | Divulgação do Anúncio de Início com a divulgação do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*Disponibilização deste Prospecto Definitivo | 27/10/2017 |
| **11.** | Subscrição, Integralização e Liquidação Financeira da Primeira Série | 30/10/2017 |
| **12.** | Subscrição, Integralização e Liquidação Financeira da Terceira SérieData de início da negociação das Debêntures da Primeira Série  | 31/10/2017 |
| **13.** | Data de início da negociação das Debêntures da Terceira Série | 01/11/2017 |
| **14.** | Divulgação do Anúncio de Encerramento | 06/11/2017 |

(1) As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, atrasos e antecipações sem aviso prévio, a critério da Emissora e dos Coordenadores. Qualquer modificação no cronograma da distribuição deverá ser comunicada à CVM e poderá ser analisada como modificação da Oferta, seguindo o disposto nos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400.

(2) Caso ocorram alterações das circunstâncias, suspensão, prorrogação, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado. Para informações sobre manifestação de aceitação à Oferta, manifestação de revogação da aceitação à Oferta, modificação da Oferta, suspensão da Oferta e cancelamento ou revogação da Oferta, veja as seções “Informações Relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures - Características da Oferta – Modificação da Oferta” ou “Informações Relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures - Características da Oferta –Suspensão da Oferta” deste Prospecto Definitivo.

(3) Para informações sobre o prazo para exercício da Garantia Firme e venda das Debêntures objeto da Garantia Firme pelos Coordenadores, conforme o caso, veja a seção “Informações Relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures – Contrato de Distribuição – Regime de Colocação” deste Prospecto Definitivo.

Quaisquer comunicados ao mercado relativos à Oferta serão informados por meio de divulgação de aviso na página da Emissora, dos Coordenadores, da B3 e da CVM, nos endereços indicados na página 19 deste Prospecto.

INFORMAÇÕES RELATIVAS À EMISSÃO, À OFERTA E ÀS DEBÊNTURES

Composição do Capital Social

Na data deste Prospecto Definitivo, o capital social da Emissora é de R$5.047.468.639,84 (cinco bilhões, quarenta e sete milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, seiscentos e trinta e nove reais e oitenta e quatro centavos) dividido em 726.415.783 (setecentas e vinte e seis milhões, quatrocentas e quinze mil, setecentas e oitenta e tres) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A tabela abaixo apresenta a distribuição do capital social da Emissora entre os acionistas com participação relevante acima de 5% (cinco por cento) do seu capital social na data deste Prospecto:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Acionista** | **Ações Ordinárias** | **(%) do capital social** |
| Participes en Brasil, S.L. Unipersonal1  | 251.052.681 | 34,5605 |
| Participes en Brasil II, SL2 | 286.757.129 | 39,4756 |
| Brookfield Aylesbury S.A.R.L | 128.606.876 | 17,7043 |
| PDC Participações S.A.3 | 59.999.097 | 8,2596 |
| Total | 726.415.783 | 100,000000 |

1 Sociedade integrante do bloco de controle da Companhia. 2 Sociedade integrante do bloco de controle da Companhia. 3 Sociedade integrante do bloco de controle da Companhia.

Para informações adicionais sobre a composição do capital social da Emissora, bem como sobre o controle da Emissora, veja, respectivamente, os itens “15. Controle e Grupo Econômico” e “17. Capital Social”, incorporado por referência a este Prospecto.

Objeto Social

A Emissora tem por objeto as seguintes atividades: (i) execução por administração, empreitada ou sub-empreitada de construção civil, inclusive serviços auxiliares ou complementares, exceto o fornecimento de mercadorias fora do local de prestação dos serviços; (ii) realização de estudos, cálculos, projetos, ensaios e supervisões relacionados às atividades de engenharia e construção civil; (iii) realização de obras de infraestrutura em geral, compreendendo, sem restrição, serviços de construção civil, terraplanagem em geral, sinalização, reforço, melhoramento, recuperação, manutenção e conservação de estradas e engenharia consultiva em geral; (iv) exploração direta e/ou por meio de consórcios e/ou por meio de participações em outras sociedades, de negócios relativos a obras e/ou serviços públicos no setor de infraestrutura em geral, através de qualquer modalidade de contrato, incluindo, mas não se limitando, a parcerias público-privada, autorizações, permissões e concessões; (v) exploração de serviços de operação e manutenção de infraestrutura de transporte em geral; (vi) locação e administração de bens, móveis ou imóveis, próprios ou de terceiros; e (vii) participação em outras sociedades, simples ou empresárias, como sócia, acionista ou quotista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras.

Autorização Societária Para Realização da Emissão

Nos termos do artigo 59, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, o Conselho de Administração da Emissora, em reunião realizada em 1º de setembro de 2017, aprovou a emissão das Debêntures, no montante total de, inicialmente, R$1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), sem considerar o montante relativo às Debêntures Suplementares e Debêntures Adicionais, bem como a outorga das Garantias Reais, cuja ata foi registrada na JUCESP em 14 de setembro de 2017, sob o nº 415.609/17-3, e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo (“DOESP”) e no jornal Valor Econômico em 12 de setembro de 2017.

Nos termos do artigo 8º, incisos (ix) e (xv) do Estatuto Social da Arteris Participações, a outorga da Cessão Fiduciária Intervias e a celebração do Contrato de Cessão Fiduciária serão realizadas com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Arteris Participações realizada em 1° de setembro de 2017, cuja ata foi registrada na JUCESP em 13 de setembro de 2017, sob nº 415.490/17-0, e publicada no DOESP e no jornal “Diário Comércio, Indústria e Serviços” em 12 de setembro de 2017.

Requisitos

Arquivamento e Publicação da Ata da RCA

A ata da RCA foi registrada na JUCESP. A ata da RCA da Oferta foi publicada no DOESP e no jornal “Valor Econômico”.

Inscrição da Escritura de Emissão e Seus Eventuais Aditamentos

A Escritura de Emissão foi registrada na JUCESP em 25 de setembro de 2017, sob nº ED002254-8/000, e seus eventuais aditamentos serão registrados na JUCESP de acordo com o inciso II e o parágrafo 3° do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

A Escritura de Emissão foi objeto de aditamento para refletir o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* e a quantidade das Debêntures efetivamente emitidas, nos termos e condições aprovados na RCA, e, portanto, sem a necessidade de nova aprovação societária pela Emissora, o qual será inscrito na JUCESP, nos termos da Escritura de Emissão.

Análise Prévia pela ANBIMA e Registro na CVM

O pedido de análise prévia da Oferta foi submetido à ANBIMA por meio do Convênio CVM-ANBIMA de Procedimento Simplificado para Registro de Ofertas Públicas, regulado pela Instrução CVM 471, sendo a Emissão e a Oferta objeto de análise prévia da ANBIMA, para elaboração de parecer técnico, no âmbito do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Atividades Conveniadas, vigente nesta data, e do Convênio CVM-ANBIMA e, posteriormente, da CVM, para a concessão do registro da Oferta.

O registro da Oferta será requerido à CVM, na forma e nos termos da Lei do Mercado de Capitais, da Instrução CVM 400, por meio do procedimento simplificado instituído pela Instrução CVM 471 e pelo Convênio CVM-ANBIMA, e das demais disposições legais, regulatórias e autorregulatórias aplicáveis ora vigentes.

Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica

As Debêntures serão registradas para:

1. para distribuição no mercado primário por meio do (a) MDA, administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e/ou (b) do DDA, administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e
2. para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; e/ou (b) do PUMA, sendo que as Debêntures serão negociadas em mercado de balcão organizado e em mercado de bolsa, administrado e operacionalizado pela B3, sendo processadas pela B3 a custódia, a liquidação financeira e a negociação das Debêntures.

Características da Emissão e das Debêntures

Número da Emissão

Esta é a 5ª (quinta) emissão de debêntures da Emissora.

Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão é de R$1.615.764.000,00 (um bilhão seiscentos e quinze milhões e setecentos e sessenta e quatro mil reais), na Data de Emissão, considerando as Debêntures Adicionais.

Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 1.615.764 (um milhão seiscentas e quinze mil e setecentas e sessenta e quatro) Debêntures, sendo (i) 1.454.224 (um milhão quatrocentas e cinquenta e quatro mil e duzentas e vinte e quatro) Debêntures da Primeira Série; e (ii) 161.540 (cento e sessenta e um mil e quinhentas e quarenta) Debêntures da Terceira Série, considerando as Debêntures Adicionais e sem considerar as Debêntures Suplementares, as quais não foram emitidas.

Debêntures Adicionais

A quantidade de Debêntures inicialmente ofertada foi, a critério da Emissora e dos Coordenadores, aumentada em 7,72% (sete inteiros e setenta e dois centésimos por cento) da quantidade de Debêntures inicialmente ofertada, sem considerar as Debêntures Suplementares (conforme definidas abaixo), ou seja, em 115.764 (cento e quinze mil setecentos e sessenta e quatro) Debêntures, sendo todas as Debêntures Adicionais alocadas como Debêntures da Primeira Série, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, sem a necessidade de novo pedido ou modificação dos termos da Emissão e da Oferta à CVM. Aplicar-se-ão às Debêntures Adicionais os mesmos termos e condições das Debêntures inicialmente ofertadas, ressalvado que as Debêntures Adicionais serão colocadas sob regime de melhores esforços e observadas as características específicas de cada uma das séries. A critério dos Coordenadores e da Emissora, conforme verificado no Procedimento de Bookbuilding, as Debêntures Adicionais foram alocadas como Debêntures da Primeira Série.

Debêntures Suplementares

Sem prejuízo das Debêntures Adicionais, a Emissora concedeu aos Coordenadores a opção de distribuição de um lote suplementar de até 15% (quinze por cento) da quantidade de Debêntures inicialmente ofertada, sem considerar as Debêntures Adicionais, ou seja, de até 225.000 (duzentas e vinte e cinco mil) Debêntures suplementares, nas mesmas condições das Debêntures inicialmente ofertadas, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a qual poderia ter sido, mas não foi, exercida pelos Coordenadores, após consulta e concordância prévia da Emissora. A critério dos Coordenadores e da Emissora, conforme verificado no Procedimento de *Bookbuilding*, as Debêntures Suplementares poderiam ter sido, mas não foram, alocadas como Debêntures da Primeira Série e/ou como Debêntures da Terceira Série. Aplicar-se-iam às Debêntures Suplementares, caso tivessem sido emitidas, os mesmos termos e condições das Debêntures inicialmente ofertadas, ressalvado que as Debêntures Suplementares teriam sido colocadas sob regime de melhores esforços e observadas as características específicas de cada uma das séries.

Valor Nominal Unitário

As Debêntures terão valor nominal unitário de R$1.000,00 (um mil reais), na Data de Emissão.

Número de Séries

A Emissão seria realizada em até 3 (três) séries, no sistema de vasos comunicantes, sendo que a existência e a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série foram definidas pelos Coordenadores, em conjunto com a Emissora, após a conclusão do Procedimento de Bookbuilding. Em razão de não ter sido verificada no Procedimento de Bookbuilding demanda de mercado suficiente pelas Debêntures que seriam originalmente da segunda série, referidas Debêntures não serão emitidas, sendo que as Debêntures que seriam originalmente da terceira série continuarão a ser denominadas como “Debêntures da Terceira Série”. Consequentemente, a Emissão será realizada em 2 (duas) séries. Caso os Coordenadores exerçam a garantia firme, a alocação das Debêntures a serem integralizadas em razão da garantia firme será realizada em qualquer das séries, a exclusivo critério dos Coordenadores.

Para maiores informações sobre o sistema de vasos comunicantes, ver seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures – A Oferta será realizada em até duas séries, sendo que a alocação das Debêntures entre as séries da Emissão será efetuada com base no sistema de vasos comunicantes, o que poderá afetar a liquidez da(s) série(s) com menor demanda” deste Prospecto Definitivo.

Forma, Emissão de Certificados, Conversibilidade e Comprovação da Titularidade das Debêntures

As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de certificados e/ou cautelas, e não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora e nem permutáveis em ações de emissão de outra sociedade.

Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, será expedido, por esta, extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.

Espécie

As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, caput, da Lei das Sociedades por Ações, com garantia real adicional.

**Garantias Reais**

Como garantia do fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações principais e acessórias assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora em relação às Debêntures e demais obrigações assumidas no âmbito da Emissão, incluindo o pagamento do Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário) da totalidade das Debêntures, da Remuneração e dos Encargos Moratórios, devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão e dos demais documentos da Emissão, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário, incluindo sua remuneração, e/ou pelos Debenturistas em decorrência de processo, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures, da Escritura de Emissão e dos demais documentos da Emissão, a Emissora, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Cessão Fiduciária,

* + - 1. aliena fiduciariamente a totalidade das ações de sua titularidade de emissão da Arteris Participações; e
			2. cede fiduciariamente (i) a totalidade dos dividendos e juros sobre capital próprio (e respectivos valores financeiros referentes ao pagamento desses proventos) provenientes da totalidade das ações de emissão da Arteris Participações, as quais são detidas pela Emissora; (ii) 100% (cem por cento) dos recursos depositados em determinada conta vinculada, não movimentável livremente pela Emissora, na qual deverão ser depositados todos os recursos mencionados no item (i) acima (“Conta Vinculada Arteris”); e (iiii) a Conta Vinculada Arteris (“Cessão Fiduciária Arteris Participações”).

Adicionalmente, as Obrigações Garantidas contarão com a (a) garantia de cessão fiduciária (a.1) da totalidade dos dividendos e juros sobre capital próprio (e respectivos valores financeiros referentes ao pagamento desses proventos) provenientes de 51% (cinquenta e um por cento) das ações de emissão da Intervias, as quais são detidas pela Emissora; e (a.2) de 100% (cem por cento) dos recursos depositados na Conta Vinculada Arteris, na qual também deverão ser depositados todos os recursos mencionados no item (a.1) deste parágrafo; (b) garantia de cessão fiduciária (b.1) da totalidade dos dividendos e juros sobre capital próprio (e respectivos valores financeiros referentes ao pagamento desses proventos) provenientes de 49% (quarenta e nove por cento) das ações de emissão da Intervias, as quais são detidas pela Arteris Participações; (b.2) de 100% (cem por cento) dos recursos depositados em determinada conta vinculada, não movimentável livremente pela Arteris Participações, na qual deverão ser depositados todos os recursos mencionados no item (b.1) deste parágrafo; e (b.3) da Conta Vinculada Arteris Participações, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária.

A administração das Contas Vinculadas e a movimentação dos recursos nelas depositados, conforme descritos nos parágrafos acima, serão realizados nos termos e de acordo com as disposições previstas no “Contrato de Prestação de Serviços de Depositário” celebrado entre a (i) Emissora, (ii) a Arteris Participações, (iii) o Agente Fiduciário; e (iv) o Banco Bradesco S.A., na qualidade de banco administrador das Contas Vinculadas. A eficácia das Garantias Reais está condicionada de forma suspensiva, nos termos do artigo 125 do Código Civil, ao registro dos termos de liberação das cessões fiduciárias constituídas nos termos dos contratos de garantia celebrados no âmbito das Notas Promissórias Comerciais da Companhia, nos cartórios de registro de títulos e documentos competentes, o que ocorrerá após a data de liquidação das Debêntures.

Em atenção ao inciso II, art. 1º, Anexo I do Código de Ofertas Públicas, a Emissora esclarece que, tendo em vista a natureza variável do bens que compõem as Garantias Reais, isto é, dividendos a serem (ou não) distribuídos pela Emissora, em montante(s) a ser(em) definido(s) em cada assembleia geral de acionistas, não há como auferir o percentual de cobertura sobre o Valor Total da Emissão.

Data de Emissão das Debêntures

A data de emissão das Debêntures será 15 de outubro de 2017.

*Prazo e Data de Vencimento*

Ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo Total e/ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, (a) as Debêntures da Primeira Série terão prazo de 5 (cinco) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de outubro de 2022; e (b) as Debêntures da Terceira Série terão prazo de 7 (sete) anos, contados da Data de Emissão, vencedo-se, portanto, em 15 de outubro de 2024.

*Pagamento do Valor Nominal Unitário*

Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência do Resgate Antecipado Facultativo Total e/ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão:

* + - 1. o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, que não será atualizado monetariamente, será amortizado conforme cronograma abaixo:

|  |  |
| --- | --- |
| **Data de** **Amortização** | **% do Valor Nominal Unitário** **a ser amortizado** |
| 15 de outubro de 2021 | 50% |
| 15 de outubro de 2022 | Saldo remanescente do Valor Nominal Unitário |

* + - 1. o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, que será atualizado pela Atualização Monetária da Terceira Série (conforme abaixo definida), será amortizado conforme cronograma abaixo:

|  |  |
| --- | --- |
| **Data de** **Amortização** | **% do Valor Nominal Unitário atualizado** **a ser amortizado** |
| 15 de outubro de 2023 | 50% |
| 15 de outubro de 2024 | Saldo remanescente do Valor Nominal Unitário atualizado |

Atualização Monetária e Remuneração das Debêntures da Primeira Série

* + 1. A remuneração de cada uma das Debêntures da Primeira Série será a seguinte:
			1. *atualização monetária*: o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série não será atualizado monetariamente.
			2. *juros remuneratórios*: sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over* extragrupo, na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na internet (http://www.cetip.com.br), capitalizada de um *spread* ou sobretaxa equivalente a 1,60% (um inteiro e sessenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, definida no Procedimento de *Bookbuilding*, calculados sob o regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Primeira Integralização das Debêntures da Primeira Série ou a Data de Pagamento dos Juros da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência do Resgate Antecipado Facultativo Total e/ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, a Remuneração da Primeira Série será paga semestralmente, sem carência, a partir da Data de Emissão, no dia 15 dos meses de outubro e abril de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de abril de 2018 e, o último, na Data de Vencimento da Primeira Série. A Remuneração da Primeira Série será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

**J = VNe x (FatorJuros – 1)**

onde:

J = valor unitário da Remuneração da Primeira Série devida, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* (Juros da Primeira Série), calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

******

onde:

Fator DI = produtório das Taxas DI, desde a Data de Primeira Integralização das Debêntures da Primeira Série ou a Data de Pagamento dos Juros da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

****

onde:

n DI = número total de Taxas DI, consideradas na apuração do produtório, sendo "n" um número inteiro;

k = número de ordem das Taxas DI, variando de "1" até "n";

TDIk = Taxa DI, de ordem "k", expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:



onde:

DIk = Taxa DI, de ordem "k", divulgada pela B3, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = Juros da Primeira Série, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:



onde:

*spread* = sobretaxa da primeira série equivalente a 1,6000, definida através do Procedimento de *Bookbuilding,* informada com 4 (quatro) casas decimais; e

n = número de dias úteis entre a Data de Primeira Integralização das Debêntures da Primeira Série ou a Data de Pagamento dos Juros da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo "n" um número inteiro.

Observações:

1. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela B3.
2. O fator resultante da expressão (1 + TDIk) é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.
3. Efetua-se o produtório dos fatores (1 + TDIk), sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
4. Estando os fatores acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.
5. O fator resultante da expressão (Fator DI x FatorSpread) deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

Veja o fator de risco “A Taxa DI utilizada para a remuneração das Debêntures da Primeira Série pode ser considerada nula em decorrência da Súmula nº 176 do Superior Tribunal de Justiça” na seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures”, deste Prospecto, para informações sobre o risco de utilização da Taxa DI.

Atualização Monetária e Remuneração Debêntures da Terceira Série

* + - 1. *atualização monetária*: O Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série será atualizado pela variação do IPCA, divulgado pelo IBGE, calculado de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, desde a primeira Data de Integralização das Debêntures da Terceira Série até a Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série, sendo o produto da atualização incorporado ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série automaticamente, e calculado de acordo com a seguinte fórmula:

***VNa=VNe x C***

onde:

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

C = Fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:



onde:

n = Número total de índices considerados na atualização monetária, sendo “n” um número inteiro;

NIk = Valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria Data de Aniversário das Debêntures da Terceira Série, após a Data de Aniversário respectiva, o “NIk” corresponderá ao valor do número índice do IPCA do mês de atualização;

NIk-1 = Valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês “k”;

dup = Número de Dias Úteis entre a Primeira Data de Integralização das Debêntures da Terceira Série (ou a última Data de Aniversário das Debêntures da Terceira Série) e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do número-índice do IPCA, sendo “dup” um número inteiro; e

dut = Número de Dias Úteis contidos entre a última Data de Aniversário das Debêntures da Terceira Série e a próxima Data de Aniversário das Debêntures, sendo “dut” um número inteiro.

Observações:

1. O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo IBGE;
2. A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor sem necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade;
3. Considera-se como “Data de Aniversário” todo dia 15 de cada mês. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversário consecutivas;
4. O fator resultante da expressão NIk /(NIk-1 ^(dup/dut) é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e
5. O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.
	* + 1. *juros remuneratórios*: sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, atualizado pela Atualização Monetária das Debêntures da Terceira Série, incidirão juros remuneratórios prefixados correspondentes a 5,0935% (cinco inteiros e novecentos e trinta e cinco décimos de milésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, sendo que tal taxa estava limitada a 5,0935% (cinco inteiros e novecentos e trinta e cinco décimos de milésimos por cento), correspondente a 0,50% (cinquenta centésimos por cento) ao ano , base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, acrescidos exponencialmente à taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+, com vencimento em 15 de agosto de 2024, que deverá ser a cotação indicativa divulgada pela ANBIMA, apurada no fechamento do Dia Útil imediatamente anterior à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding,* calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Primeira Integralização das Debêntures da Terceira Série ou a Data de Pagamento dos Juros da Terceira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência do Resgate Antecipado Facultativo Total e/ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura, os Juros da Terceira Série serão pagos anualmente, sem carência, a partir da Data de Emissão, no dia 15 do mês de outubro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de outubro de 2018 e, o último, na Data de Vencimento da Terceira Série (cada uma das referidas datas, uma “Data de Pagamento dos Juros da Terceira Série”, e, em conjunto com cada Data de Pagamento dos Juros da Primeira Série, a “Data de Pagamento da Remuneração”). Os Juros da Terceira Série serão calculados de acordo com a seguinte fórmula:

J = {VNa x [FatorJuros-1]}

onde:

J = valor unitário dos juros devidos no final de cada período de capitalização das Debêntures da Terceira Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado (ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso) das Debêntures da Terceira Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:



onde:

taxa = 5,0935; e

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Primeira Integralização das Debêntures da Terceira Série ou a última Data de Pagamento dos Juros da Terceira Série, conforme o caso, e a data atual, sendo “DP” um número inteiro.

Indisponibilidade da Taxa DI e do IPCA

*Indisponibilidade da Taxa DI*

Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração da Remuneração da Primeira Série, será aplicada, em sua substituição, a última Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades entre a Emissora e os titulares das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso, quando da posterior divulgação da Taxa DI que vier a se tornar disponível.

Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) Dias Úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação, ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, será utilizado seu substituto legal. Na falta de um substituto legal, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e na Escritura), para que os Debenturistas da Primeira Série deliberem, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro de remuneração a ser aplicado (“Taxa Substitutiva DI”). Até a deliberação da Taxa Substitutiva DI, a última Taxa DI divulgada será utilizada na apuração do Fator DI, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os Debenturistas da Primeira Série, caso tenha ocorrido pagamento de Remuneração da Primeira Série até a data de deliberação da Taxa Substitutiva DI.

Na hipótese de não instalação, em primeira e segunda convocações, da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série prevista na Cláusula 4.24.2 da Escritura de Emissão ou, caso instalada, não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva DI entre a Emissora e os Debenturistas da Primeira Série, conforme quórum previsto na Cláusula 9.10 da Escritura de Emissão, a Emissora deverá resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures da Primeira Série, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de encerramento da respectiva assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série (ou, caso não seja instalada em primeira e segunda convocações, na data em que deveria ter ocorrido), ou em outro prazo que venha a ser definido em referida assembleia, pelo Valor Nominal Unitário ou pelo saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso, acrescido da Remuneração da Primeira Série devida até a data do efetivo resgate, calculada pro rata temporis, a partir da Data de Primeira Integralização das Debêntures da Primeira Série, ou da última Data de Pagamento dos Juros da Primeira Série, conforme o caso, observado o disposto abaixo.

As Debêntures da Primeira Série resgatadas antecipadamente nos termos do parágrafo anterior serão canceladas pela Emissora. Para o cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série a serem resgatadas, para cada dia do período em que ocorra a ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série de que trata a Cláusula 4.24.2 da Escritura de Emissão, referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo da Remuneração da Primeira Série e/ou de quaisquer obrigações pecuniárias previstas na Escritura, conforme aplicável, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos aqui previstos, quando do cálculo da Remuneração da Primeira Série e/ou de quaisquer obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão, conforme aplicável, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

*Indisponibilidade do IPCA*

Caso o IPCA não esteja disponível quando da apuração da Atualização Monetária das Debêntures da Terceira Série, será utilizado, em sua substituição, a variação correspondente ao último IPCA divulgado oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades entre a Emissora e os Debenturistas da Terceira Série, conforme o caso, quando da posterior divulgação do IPCA que vier a se tornar disponível.

Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação do IPCA por mais de 5 (cinco) Dias Úteis após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação (“Período de Ausência do IPCA”), ou no caso de impossibilidade de aplicação do IPCA às Debêntures da Terceira Série, por proibição legal ou judicial, será utilizado seu substituto legal ou, na sua falta, será utilizado o Índice Geral de Preços do Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (“FGV” e “IGP-M”, respectivamente) ou, na sua falta será utilizado seu substituto legal. Na falta do substituto legal do IGP-M, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas de cada uma das séries (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e na Escritura), para que os Debenturistas da Terceira Série deliberem, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá observar a regulamentação aplicável (inclusive, mas não se limitando aos requisitos previstos no parágrafo 1ºdo artigo 2º da Lei n° 12.431) e refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época (“Taxa Substitutiva”). Até a deliberação da Taxa Substitutiva, a última variação disponível do IPCA ou IGP-M, conforme o caso, divulgada oficialmente será utilizada na apuração do fator “C”, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os Debenturistas caso tenha ocorrido pagamento da Atualização Monetária até a data de deliberação da Taxa Substitutiva.

Caso o IPCA ou o IGP-M, conforme for o caso, venha a ser divulgado antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Série, referidas assembleias não serão mais realizadas, e o IPCA ou o IGP-M, conforme for o caso, a partir da data de sua divulgação, passará a ser novamente utilizado para o cálculo da Atualização Monetária das Debêntures da Terceira Série. Até a data de divulgação da IPCA ou do IGP-M nos termos aqui previstos, será utilizada a última variação disponível do IPCA ou o IGP-M, conforme for o caso, divulgada oficialmente para fins de cálculo da Atualização Monetária das Debêntures da Terceira Série.

Não havendo acordo sobre a Taxa Substitutiva ao IPCA entre a Emissora e os Debenturistas da Terceira Série conforme quórum previsto na Cláusula 9.10 da Escritura de Emissão, na Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Série de que trata a Cláusula 4.24.7 da Escritura de Emissão, (i) a totalidade das Debêntures da Terceira Série deverão ser resgatadas no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data da realização das respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas convocadas para este fim, sendo que, no caso das Debêntures da Terceira Série, se já tiver transcorrido o período de 4 (quatro) anos a contar da Data de Emissão, conforme determina a Resolução CMN n° 4.476/16 (ou prazo inferior que venha a ser autorizado pela legislação ou regulamentação aplicáveis) ou na Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série, o que ocorrer primeiro, ou (ii) a Taxa Substitutiva será indicada por uma Instituição Autorizada, se, na data da realização da Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Série, não tiver transcorrido o período de 4 (quatro) anos a contar da Data de Emissão, conforme determina a Resolução CMN n° 4.476/16 (ou prazo inferior que venha a ser autorizado pela legislação ou regulamentação aplicáveis). Neste caso a Emissora deverá indicar nas Assembleias Gerais de Debenturistas da Terceira Série, três instituições financeiras que (a) tenham classificação de risco mínima, em escala nacional, igual ao rating soberano da República Federativa do Brasil, conferidas pela Standard & Poors, Fitch Ratings ou equivalente pela Moody’s e (b) declarem não estar impedidas ou em posição de conflito para a contratação, cabendo aos Debenturistas da Terceira Série decidir pela escolha de 1 (uma) das Instituições Autorizadas (“Instituição Autorizada”).

Na hipótese de a Taxa Substitutiva vir a ser determinada pela Instituição Autorizada escolhida antes de decorrido o período de 4 (quatro) anos a contar da Data de Emissão, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures da Terceira Série na data em que o referido prazo seja alcançado, nos termos da Resolução CMN n° 4.476/16 (ou em prazo inferior que venha a ser autorizado pela legislação ou regulamentação aplicáveis).

Na alternativa estabelecida acima, para fins de cálculo da Atualização Monetária das Debêntures será utilizada para cálculo de cada mês a Taxa Substitutiva determinada pela Instituição Autorizada.

No caso de não instalação, em segunda convocação, da Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Série previstas na Cláusula 4.24.7 da Escritura de Emissão, (i) a totalidade das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, deverão ser resgatadas no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data em que deveriam ter sido realizadas as respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas em segunda convocação, sendo que, no caso das Debêntures da Terceira Série, se já tiver transcorrido o período de 4 (quatro) anos a contar da Data de Emissão, conforme determina a Resolução CMN n° 4.476/16 (ou prazo inferior que venha a ser autorizado pela legislação ou regulamentação aplicáveis) ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, ou (ii) caso, na data em que deveriam ter sido realizadas a Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Série em segunda convocação, ainda não tenha decorrido o período de 4 (quatro) anos a contar da Data de Emissão (ou prazo inferior que venha a ser autorizado pela legislação ou regulamentação aplicáveis), a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures da Terceira Série na data em que o referido prazo seja alcançado, nos termos da Resolução CMN n° 4.476/16 (ou em prazo inferior que venha a ser autorizado pela legislação ou regulamentação aplicáveis). Nas hipóteses previstas nos itens (i) e (ii), será aplicado, para fins de cálculo da Remuneração da Terceira Série, até que seja realizado o resgate antecipado, o último IPCA ou IGP-M, conforme o caso.

Distribuição Parcial

Não será admitida a distribuição parcial das Debêntures.

Repactuação

As Debêntures não serão objeto de repactuação.

Direito de Preferência

Não há direito de preferência dos atuais acionaistas da Emissora na subscrição das Debêntures.

Resgate Antecipado Facultativo Total

A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas, realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures de cada série (“Resgate Antecipado Facultativo Total”): (a) a partir de 15 de outubro de 2020, no que se refere às Debêntures da Primeira Série; e (b) a partir de 15 de outubro de 2021, no que se refere às Debêntures da Terceira Série.

O Resgate Antecipado Facultativo Total somente poderá ocorrer mediante o envio de comunicação individual a cada um dos Debenturistas, ao Agente Fiduciário e a B3, ou, alternativamente, a publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas, em conjunto, observados, nesse caso, os termos da Cláusula 4.19 da Escritura de Emissão (em qualquer caso, “Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total”), com antecedência mínima de 4 (quatro) Dias Úteis da data prevista para realização do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total (“Data do Resgate Antecipado Facultativo Total”). A Data do Resgate Antecipado Facultativo Total deverá corresponder, necessariamente, a um Dia Útil.

Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, os Debenturistas farão jus ao pagamento do Valor Nominal Unitário (no caso das Debêntures da Primeira Série) ou Valor Nominal Unitário Atualizado (no caso das Debêntures da Terceira Série) ou do saldo do Valor Nominal Unitário (no caso das Debêntures), conforme o caso, acrescido da respectiva Remuneração nos termos da Escritura de Emissão, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Primeira Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total; e, ainda, de prêmio de resgate (“Prêmio de Resgate”):

**(a)** com relação às Debêntures da Primeira Série, correspondente a 0,40% (quarenta centésimos por cento) ao ano, *pro rata temporis*, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis sobre o valor resgatado, considerando a quantidade de Dias Úteis a transcorrer entre a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total e a Data de Vencimento das Debêntures de Primeira Série, de acordo com a seguinte metodologia de cálculo:

$$P=[(1+i)^{\frac{DU}{252}}-1] x Vne$$

Sendo que:

P = Prêmio de Resgate, calculado com 8 casas decimais, sem arredondamento.

i = 0,40%.

DU = número de Dias Úteis entre a Data do Resgate Antecipado, inclusive, e a Data de Vencimento, exclusive.

Vne = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da respectiva Remuneração nos termos da Escritura, calculada pro rata temporis desde a Data de Primeira Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior até a data efetiva do Resgate Antecipado Facultativo Total.

**(b)** com relação às Debêntures da Terceira Série, calculado como a diferença, caso positiva, entre (1) o valor determinado conforme fórmula abaixo e (2) o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, acrescido da respectiva Remuneração, desde a Data de Primeira Integralização ou a Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total da respectiva série:



Que corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa projetados das Debêntures da Terceira Série, na Data do Resgate Antecipado Facultativo Total, utilizando-se como taxa de desconto, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis *pro rata temporis*, a menor entre (i) a Remuneração das Debêntures da Terceira Série, deduzida a sobretaxa (*spread*), equivalente a 0,50% (cinquenta por centésimos por cento) ao ano; e (ii) as taxas internas de retorno do Tesouro IPCA+, com vencimento aproximado equivalente à *duration* remanescente na Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, conforme cotações indicativas divulgadas pela ANBIMA em sua página na Internet (http://www.anbima.com.br) apuradas pela média aritmética do fechamento do primeiro, segundo e terceiro Dias Úteis imediatamente anteriores à Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Terceira Série (excluindo-se a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das respectivas Debêntures), deduzida a sobretaxa (*spread*), equivalente a 0,50% (cinquenta por centésimos por cento) ao ano, observado que somente as parcelas de amortização e juros que venceriam após a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total deverão ser consideradas na apuração de tal valor presente (a “Taxa NTN-B Antecipação Terceira Série”).

Mais especificamente, tal valor presente deverá ser calculado conforme abaixo:

VNek = com relação a cada data de pagamento “k”, agendado mas ainda não realizado, das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, valor nominal unitário da parcela de amortização de principal correspondente a tal data, acrescido dos Juros da Terceira Série calculado nos termos da Escritura;

n = número total de pagamentos agendados e ainda não realizados das Debêntures da Terceira Série, sendo “n” um número inteiro;

FVPk = para as Debêntures da Terceira Série menor valor entre: [(1 + Taxa NTN-B Antecipação Terceira Série) x (1-0,0050)] (nk/252)ou [(1 + Remuneração das Debêntures da Terceira Série) x (1-0,0050)] (nk/252);

nk = número de Dias Úteis entre a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, e a data de vencimento programada de cada pagamento “k” vincenda;

CResgate = Fator da variação acumulada do IPCA calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado desde a Data de Primeira Integralização até a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Terceira Série.

Na Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total deverá constar: (a) a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total; e (b) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo Total.

Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e (a) a qualquer momento, no que se refere às Debêntures da Primeira Série em Circulação; e (b) a partir de 15 de novembro de 2019 (ou prazo inferior que venha a ser autorizado pela legislação ou regulamentação aplicáveis), inclusive, nos termos do artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, da Lei nº 12.431, no que se refere às Debêntures da Terceira Série em Circulação, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, adquirir Debêntures em Circulação por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora, ou por valor superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observadas as regras expedidas pela CVM.

As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em circulação. As Debêntures da Primeira Série em Circulação adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas. As Debêntures da Terceira Série em Circulação adquiridas pela Emissora somente poderão ser canceladas, na forma que vier a ser regulamentada pelo CMN, em conformidade com o disposto no artigo 1°, parágrafo 1°, inciso II, e no artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei n° 12.431, observado que, na data de celebração da Escritura de Emissão, o referido cancelamento não é permitido pela Lei n° 12.431.

**Veja o fator de risco “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures – As Debêntures poderão ser objeto de Aquisição Facultativa, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o que poderá impactar de maneira adversa na liquidez das Debêntures no mercado secundário” deste Prospecto.**

Eventos de Vencimento Antecipado

O Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, observados os prazos de cura estabelecidos individualmente nos subitens abaixo, quando for o caso, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures e exigirá da Emissora o pagamento imediato do Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário), acrescido da respectiva Remuneração devida, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Primeira Integralização ou desde a Data de Pagamento de Juros imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, conforme o disposto na Escritura de Emissão, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses (“Eventos de Vencimento Antecipado”):

* + - * 1. mora ou inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária decorrente da presente Escritura e/ou dos Contratos de Garantia, não sanado dentro do prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data do respectivo inadimplemento, sendo que o prazo previsto neste inciso não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;
				2. não cumprimento, pela Emissora, pela Intervias e/ou pela Arteris Participações, conforme o caso, de qualquer obrigação não pecuniária decorrente da presente Escritura e/ou dos Contratos de Garantia, não sanado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento, sendo que o prazo previsto neste inciso não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;
				3. declaração de vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias (i) da Emissora, ainda que na condição de garantidora, de valor mínimo, individual ou conjuntamente considerado, equivalente a R$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas; ou (ii) da Intervias, de valor mínimo, individual ou conjuntamente considerado, equivalente a R$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas. Os valores mencionados neste item deverão ser atualizados com base na variação positiva do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M no período compreendido entre a Data de Emissão e a respectiva data de verificação;
				4. inadimplemento de quaisquer obrigações pecuniárias perante terceiros da (i) Emissora, de valor mínimo, individual ou conjuntamente considerado, equivalente a R$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas; ou (ii) da Intervias, de valor mínimo, individual ou conjuntamente considerado, equivalente a R$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, desde que, em qualquer dos casos, o inadimplemento não seja sanado no prazo de cura previsto no respectivo contrato, se houver. Os valores mencionados neste item deverão ser atualizados com base na variação positiva do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M no período compreendido entre a Data de Emissão e a respectiva data de verificação;
				5. caso a Abertis Infraestructuras S.A. (“Abertis”) e/ou a Brookfield Asset Managements Inc. (“Brookfield”) deixem de deter, direta ou indiretamente, o controle da Emissora e/ou da Intervias, sem prévia aprovação dos Debenturistas da respectiva série, conforme o caso, nos termos da Cláusula 9.11(c) da Escritura;
				6. no caso de (i) decretação de falência (ou qualquer procedimento similar aplicável) da Emissora e/ou de qualquer de suas controladas; (ii) pedido de autofalência (ou qualquer pedido similar aplicável) da Emissora e/ou de qualquer de suas controladas; ou (iii) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou de qualquer de suas controladas, exceto nos casos ressalvados no item (j) abaixo ou a extinção ou liquidação da Autovias S.A., Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. e/ou Vianorte S.A., após o término do respectivo contrato de concessão;
				7. no caso de (i) pedido de falência (ou qualquer pedido similar aplicável) da Emissora e/ou de qualquer de suas controladas formulado por terceiros, não elidido no prazo legal aplicável, ou (ii) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial (ou qualquer pedido similar aplicável) da Emissora e/ou de qualquer de suas controladas, independentemente do deferimento do respectivo pedido;
				8. (i) protestos de títulos contra (1) a Emissora cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas; e/ou (2) a Intervias, cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, ou (ii) caso a Emissora e/ou a Intervias sejam negativadas em qualquer cadastro dos órgãos de proteção ao crédito, como SERASA e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo (CCF) ou Sistema de Informações de Crédito do Banco Central do Brasil e, em qualquer dos casos mencionados, que não sejam comprovadamente cancelados ou suspensos, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data em que a Emissora e/ou a Intervias, conforme aplicável, tiver ciência da respectiva ocorrência, ou for demandada em processo de execução e não garantir o juízo ou não liquidar a dívida no prazo estipulado judicialmente. Os valores mencionados neste item deverão ser atualizados com base na variação positiva do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M no período compreendido entre a Data de Emissão e a respectiva data de verificação;
				9. não cumprimento, nos prazos legais aplicáveis, de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado e/ou de qualquer decisão arbitral e/ou administrativa não sujeita a recurso contra (i) a Emissora, cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas; e/ou (ii) a Intervias, cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas. Os valores mencionados neste item deverão ser atualizados com base na variação positiva do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M no período compreendido entre a Data de Emissão e a respectiva data de verificação;
				10. (i) cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações, liquidação, dissolução, venda de participação ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora e/ou suas controladas (que não a Intervias e/ou a Arteris Participações, conforme previsto no item (ii) abaixo), sem prévia aprovação dos Debenturistas da respectiva série, conforme o caso, nos termos da Cláusula 9.11(c), da Escritura de Emissão, exceto se (1) no caso das controladas (que não Intervias e/ou a Arteris Participações, conforme previsto no item (ii) abaixo), não houver alteração do controle, direto ou indireto, nos termos do artigo 116 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), ou (2) no caso de cisão da Emissora, tal evento não cause um impacto negativo no EBITDA Ajustado Consolidado (conforme definido abaixo) em excesso a 20% (vinte por cento), considerando conjuntamente, na avaliação deste percentual, a eventual alienação de quaisquer outros ativos pela Emissora; ou (ii) cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações, liquidação, dissolução, venda de participação ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Intervias e/ou a Arteris Participações, sem prévia aprovação dos Debenturistas da respectiva série, conforme o caso, nos termos da Cláusula 9.11(c), da Escritura de Emissão;
				11. qualquer alteração no objeto social da Emissora, sem prévia aprovação dos Debenturistas da respectiva série, conforme o caso, nos termos da Cláusula 9.11(c), da Escritura de Emissão, salvo se, na hipótese de alteração no objeto social, as atividades resultantes da alteração forem diretamente relacionadas aos respectivos objetos sociais vigentes e a atividade principal da Emissora não seja alterada;
				12. redução de capital social, resgate ou amortização de ações de emissão da Emissora, da Arteris Participações e/ou da Intervias, nos termos do parágrafo 3º do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as exceções previstas em referida lei, sem prévia aprovação dos Debenturistas da respectiva série, conforme o caso, nos termos da Cláusula 9.11(c), da Escritura de Emissão;
				13. não observância, pela Emissora e/ou pela Intervias, dos índices financeiros mencionados abaixo (“Índices Financeiros”), acompanhados trimestralmente, a serem calculados com base nas informações financeiras consolidadas da Emissora e individuais da Intervias, ao final de cada trimestre, a partir do trimestre encerrado em 30 de setembro de 2017, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures:

|  |  |
| --- | --- |
|  | **Índice** |
| Emissora: Dívida Líquida Consolidada/EBITDA Ajustado Consolidado – Direito de Outorga Fixo Pago Consolidado | Inferior ou igual a 4,25 |
| Intervias: Dívida Líquida da Intervias/EBITDA Ajustado da Intervias – Direito de Outorga Fixo Pago da Intervias | Inferior ou igual a 3,50 |
| Intervias: Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) | Maior ou igual a 1,20 |
| Emissora: (EBITDA Ajustado Consolidado - Direito de Outorga Fixo Pago Consolidado) / Despesas Financeiras  | Maior ou igual a 1,30 |

Onde:

**i.** considera-se como “Dívida Líquida Consolidada”, a soma dos saldos dos empréstimos, financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas, incluindo, sem limitação, o saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos, conforme aplicável, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras auditadas da Emissora, conforme aplicável, classificadas no passivo circulante e exigível de longo prazo consolidado da Emissora, conforme aplicável, menos as disponibilidades. Os casos de avais, fianças e outras garantias prestadas mantidas fora do balanço da Emissora, conforme aplicável, considerar-se-ão como dívida.

**ii.** considera-se como “EBITDA Ajustado Consolidado”, o lucro (prejuízo) líquido consolidado da Emissora antes do imposto sobre a renda e da contribuição social, adicionando-se (a) despesas não operacionais; (b) despesas financeiras; (c) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto), e (d) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (1) receitas não operacionais; e (2) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice.

**iii.** considera-se como “Direito de Outorga Fixo Pago Consolidado”, a soma dos pagamentos dos últimos 12 (doze) meses realizados ao poder concedente referentes ao direito de outorga fixo, conforme indicado nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, deduzidos os pagamentos realizados ao poder concedente no âmbito da Rodovia dos Calçados.

**iv.** considera-se “EBITDA Ajustado da Intervias”, o lucro (prejuízo) líquido antes do imposto sobre a renda e da contribuição social da Intervias, adicionando-se (a) despesas não operacionais; (b) despesas financeiras; (c) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto), e (d) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (1) receitas não operacionais; e (2) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice.

**v.** considera-se como “Dívida Líquida da Intervias”, a soma dos saldos dos empréstimos, financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas, incluindo, sem limitação, o saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos em que a Intervias seja parte, conforme aplicável, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras auditadas da Intervias, conforme aplicável, classificadas no passivo circulante e exigível de longo prazo da Intervias, conforme aplicável, menos as disponibilidades. Os casos de avais, fianças e outras garantias prestadas mantidas fora do balanço da Intervias, conforme aplicável, considerar-se-ão como dívida.

**vi.** considera-se como “Direito de Outorga Fixo Pago da Intervias”, a soma dos pagamentos dos últimos 12 (doze) meses realizados ao poder concedente referentes ao direito de outorga fixo, conforme indicado nas demonstrações financeiras individuais da Intervias.

**vii.** considera-se como “Despesas Financeiras”, o conjunto das despesas financeiras consolidadas da Emissora, conforme indicado nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora.

**viii.** considera-se como “ICSD”, o resultado da seguinte equação:



Onde:

“Disponibilidade” significa os saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras registrados no ativo circulante;

”FCAO” significa o Fluxo de Caixa de Atividades Operacionais conforme indicado nas demonstrações financeiras auditadas da Emissora nos últimos 12 (doze) meses; e

“Dívida de Curto Prazo” significa a soma do saldo dos empréstimos e financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas, incluindo, sem limitação, as debêntures, o saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos em que a Emissora seja parte, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras auditadas da Emissora, classificadas no passivo circulante da Emissora. Para os casos de avais, fianças e outras garantias prestadas mantidas fora do balanço da Emissora, considerar-se-ão como dívida de curto prazo as coobrigações vincendas nos 12 (doze) meses subsequentes ao período de apuração do índice de cobertura do serviço da dívida (não serão considerados os passivos relacionados a credores pela Concessão).

* + - * 1. caso a Intervias ou a Arteris Participações deixe de fazer a distribuição de 100% (cem por cento) do seu lucro líquido ajustado na forma de dividendos e/ou juros sobre capital próprio;
				2. caso a Emissora venha a alienar, empenhar, oferecer em garantia ou constituir qualquer tipo de ônus (assim definido como hipoteca, penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame ou ônus, arresto, sequestro ou penhora, judicial ou extrajudicial, voluntário ou involuntário, ou outro ato que tenha o efeito prático similar a qualquer das expressões acima (“Ônus”) e/ou gravame em favor de qualquer terceiro sobre as Ações Alienadas ou sobre os demais bens e direitos objeto das Garantias Reais, com exceção das garantias a serem constituídas no âmbito dos Contratos de Garantias, nos termos da Escritura;
				3. (a) concessão de operações financeiras pela Emissora a quaisquer terceiros, ressalvadas as operações financeiras entre a Emissora e suas respectivas sociedades controladas (nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) (exceto a Arteris Participações), sendo incluídos a aquisição de títulos e valores mobiliários emitidos por tais sociedades controladas (exceto a Arteris Participações); e (b) concessão e/ou contratação de operações financeiras pela Arteris Participações junto a quaisquer terceiros e/ou sociedades integrantes do seu grupo econômico, sendo incluídos a aquisição de títulos e valores mobiliários;
				4. realização de quaisquer pagamentos, pela Emissora, de dividendos ou quaisquer distribuições de lucros a seus acionistas, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, até o pagamento das Debêntures, quando a Emissora estiver inadimplente com relação a qualquer de suas obrigações decorrentes das Debêntures ou dos Contratos de Garantia, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo legal obrigatório, ainda que sob forma de juros sobre capital próprio, previsto no estatuto social da Emissora;
				5. destinação, pela Emissora, dos recursos obtidos com a Emissão de forma diversa à prevista na Cláusula 3.2 da Escritura de Emissão;
				6. inveracidade ou descumprimento de quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora na Escritura e/ou em quaisquer documentos no âmbito da Oferta que afete material e adversamente a percepção de risco das Debêntures, da Emissora ou das Garantias Reais, e, no caso de incorreção de tais declarações ou garantias, desde que não sejam devidamente sanadas no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que a Emissora tomar ciência de referida incorreção;
				7. perda, suspensão, transferência, desapropriação, confisco ou qualquer outro ato de qualquer entidade governamental de qualquer jurisdição que resulte na perda, pela Emissora e/ou por qualquer de suas controladas, (i) da concessão, subvenção, alvará, licença ou autorização detida pela Emissora e/ou por qualquer de suas controladas; ou (ii) da propriedade e/ou da posse, direta ou indireta, de seus ativos, que, em ambos os casos, resulte em uma redução de, no mínimo, 20% (vinte por cento) da receita bruta consolidada da Emissora referente à parcela do recolhimento de pedágio calculada com base na exclusão, do último demonstrativo financeiro disponível antes de tal evento, da parcela da receita bruta diretamente relacionada à perda, suspensão, transferência, desapropriação ou confisco em questão;
				8. intervenção em qualquer concessão da Emissora ou de suas controladas pelo respectivo poder concedente que resulte em uma redução de, no mínimo, 20% (vinte por cento) da receita bruta consolidada da Emissora referente à parcela do recolhimento de pedágio calculada com base na exclusão, do último demonstrativo financeiro disponível antes de tal evento, da parcela da receita bruta diretamente relacionada à intervenção;
				9. com relação às Garantias Reais: (i) se não forem constituídas de acordo com os procedimentos previstos nos Contratos de Garantia; ou (ii) se a concessão detida pela Intervias for extinta, por qualquer motivo, sem que a Cessão Fiduciária Intervias seja substituída nos termos do previstos no Contrato de Cessão Fiduciária; (iii) se os Contratos de Garantia não for(em) reforçado(s) ou substituído(s) de acordo com os procedimentos legais aplicáveis e dentro do prazo estabelecido para tal fim nos respectivos Contratos de Garantia, a partir da data de recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito que lhe fizer o Agente Fiduciário; ou (iv) caso qualquer aditamento em quaisquer dos Contratos de Garantia não seja devidamente registrado nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos, nos prazos estabelecidos nos respectivos Contratos de Garantia;
				10. caso a Emissora transfira ou por qualquer forma ceda ou prometa ceder a terceiros os direitos e obrigações assumidos nos termos da Escritura, sem prévia aprovação dos Debenturistas da respectiva série, conforme o caso, nos termos da Cláusula 9.11(c), da Escritura de Emissão;
				11. caso esta Escritura ou as Garantias Reais sejam anuladas ou de qualquer forma deixem de existir ou sejam rescindidas;
				12. se a Emissora deixar de ser registrada como uma companhia aberta perante a CVM;
				13. cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência de ativos da Emissora e/ou de qualquer das suas controladas por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, de ativos que representem de forma individual ou agregada mais de 20% (vinte por cento) da receita consolidada da Emissora, sem prévia aprovação dos Debenturistas da respectiva série, conforme o caso, nos termos da Cláusula 9.11(c), da Escritura de Emissão;
				14. caso (i) haja uma alteração do objeto social da Arteris Participações; ou (ii) a Arteris Participações contraia dívidas de qualquer natureza;
				15. invalidade, nulidade ou inexequibilidade da Escritura (e/ou de qualquer de suas disposições) e/ou dos Contratos de Garantia (e/ou de qualquer de suas disposições);
				16. questionamento judicial, pela Emissora, por qualquer controladora e/ou controlada, da Escritura e/ou dos Contratos de Garantia;
				17. questionamento judicial, por qualquer pessoa não mencionada no item (cc) acima, da Escritura e/ou dos Contratos de Garantia, que não tenha seus efeitos suspensos pela Emissora no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data em que a Emissora tomar ciência do ajuizamento de tal questionamento judicial;
				18. transformação da forma societária da Emissora de modo que ela deixe de ser uma sociedade por ações, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações; ou
				19. atuação pela Emissora e/ou pela Arteris Participações em desconformidade com as normas que lhe são aplicáveis que versam sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, na forma da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, conforme alterada, a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, a *U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977* e a *UK Bribery Act*, conforme aplicável (“Leis Anticorrupção”).

A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Vencimento Antecipado descritos nos itens (a), (c), (d), (e), (f), (g), (h), (i), (j), (l), (n), (o), (p), (q), (v), (w), (x), (z), (aa), (bb), (dd) e (ee) acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

A ocorrência dos Eventos de Vencimento Antecipado descritos nos itens (b), (k), (m), (r), (s), (t), (u), (y), (cc) e (ff) acarretará o vencimento não automático das Debêntures, devendo o Agente Fiduciário convocar, assim que ciente, Assembleia Geral de Debenturistas de cada uma das séries das Debêntures visando a deliberar sobre o não vencimento antecipado das Debêntures de cada uma das séries, no modo e prazos estipulados na Escritura de Emissão (“Vencimento Antecipado Mediante AGD”). Na Assembleia Geral de Debenturistas instalada em primeira convocação, os Debenturistas da Primeira Série poderão optar, por deliberação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos titulares das Debêntures da Primeira Série em Circulação, e, no caso das Debêntures da Terceira Série, por deliberação de, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures da Terceira Série em Circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures da respectiva série. No caso de Assembleia Geral de Debenturistas instalada em segunda convocação, os Debenturistas da Primeira Série poderão optar, por deliberação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos titulares das Debêntures da Primeira Série em Circulação e, no caso das Debêntures da Terceira Série, por deliberação de 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debentures da Terceira Série em Circulação presentes, desde que estejam presentes na referida assembleia, no mínimo, 20% (vinte por cento) das Debêntures da Terceira Série em Circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures da respectiva série, sendo certo que tal decisão terá caráter irrevogável e irretratável. Na hipótese (a) da não instalação, em segunda convocação, das Assembleias Gerais de Debenturistas mencionadas neste item; ou (b) de não ser aprovada a declaração de vencimento antecipado prevista na Cláusula 6.2.1 da Escritura de Emissão; ou (c) em caso de suspensão dos trabalhos para deliberação em data posterior, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado de todas as obrigações decorrentes das Debêntures da respectiva série, nos termos da Escritura, sem prejuízo de novas convocações que possam vir a ser realizadas em razão de novo(s) Evento(s) de Vencimento Antecipado.

Observado o disposto nas Cláusulas acima, cada Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 6.2.1.2 da Escritura de Emissão será instalada, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, 50% das Debêntures em Circulação da respectiva série e, em segunda convocação, com qualquer quórum.

Nos casos de eventos de Vencimento Antecipado Mediante AGD, o Agente Fiduciário deverá comunicar, por escrito, mediante carta protocolada ou com aviso de recebimento expedido pelos Correios (“AR”), eventual vencimento antecipado das Debêntures à Emissora, à B3 e ao Banco Liquidante, especificando qual(is) a(s) série(s) vencida(s), no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contados da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas na qual foi deliberado o vencimento antecipado das Debêntures**.**

Nos casos de eventos de Vencimento Antecipado Mediante AGD, declarado o vencimento antecipado das Debêntures de determinada(s) série(s), o seu pagamento deverá ser efetuado em até 10 (dez) dias corridos contados do recebimento pela Emissora da carta mencionada na Cláusula 6.2.1.4 da Escritura de Emissão, evidenciado pelo protocolo ou AR, fora do âmbito da B3.

Caso a Emissora não efetue o pagamento previsto no parágrafo anterior, além da Remuneração devida aplicável à(s) série(s) vencida(s), os Encargos Moratórios serão acrescidos ao Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures da(s) série(s) vencida(s), incidentes desde a data de término do prazo acima referido até a data de seu efetivo pagamento.

Caso o pagamento previsto no parágrafo anterior seja realizado por meio da B3, esta deve ser comunicada imediatamente após a declaração do vencimento antecipado, de acordo com os termos e condições do manual de operações

**Para mais informações acerca do Vencimento Antecipado das Debêntures, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures – As obrigações da Emissora constantes da Escritura de Emissão estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado.” deste Prospecto.**

Agente Fiduciário

O agente fiduciário da Emissão é a **Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, 2º andar, cj. 202, inscrita no CNPJ sob nº 22.610.500/0001-88, website: http://www.vortxbr.com, representada pelo Sr. Flavio Scarpelli e pela Sra. Eugênia Queiroga, telefone: (11) 3030-7177, correio eletrônico: agentefiduciario@vortx.com.br (“Agente Fiduciário”). Para os fins do disposto na Instrução CVM 583, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário na 4ª emissão de notas promissórias comerciais, em série única, a qual conta com garantia real, para distribuição pública da Emissora, para distribuição pública nos termos da Instrução CVM 476, no valor total de R$650.000.000,00. Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento.

Banco Liquidante e Escriturador

O banco liquidante da Emissão e o escriturador das Debêntures será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo “Cidade de Deus”, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara, CEP 06029-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante e/ou o Escriturador na prestação dos serviços relativos às Debêntures.

Encargos Moratórios

Ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão, adicionalmente ao pagamento da Remuneração aplicável, calculada pro rata temporis desde a Data de Primeira Integralização da respectiva série ou a data de pagamento da Remuneração aplicável imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, incidirão, sobre todos e quaisquer valores em atraso, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (a) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (b) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento).

Decadência dos Direitos aos Acréscimos

O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas na Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

Publicidade

Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas deverão ser obrigatoriamente divulgados sob a forma de “Aviso aos Debenturistas” na página da Emissora na rede mundial de computadores (http://ri.arteris.com.br), sendo a divulgação comunicada ao Agente Fiduciário e à B3. Eventuais republicações do Aviso ao Mercado serão também publicadas no jornal “Valor Econômico”.

Assembleia Geral de Debenturistas

Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, nos termos do artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas, observado que:

* + - * 1. no caso de ocorrência de qualquer dos eventos previstos na Cláusula 6.2.1 da Escritura de Emissão, as Assembleias Gerais de Debenturistas serão realizadas separadamente e de forma independente, nos termos das Cláusulas 6.2.1.1 e seguintes da Escritura de Emissão;
				2. quando o assunto a ser deliberado for comum a todas as séries de Debêntures, os Debenturistas de todas as séries deverão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas conjunta, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas de todas as séries, observado que para computo deste quórum serão consideradas todas as Debentures em Circulação; e
				3. quando o assunto a ser deliberado for específico a uma determinada série, os Debenturistas da Primeira Série ou os Debenturistas da Terceira Série, conforme o caso, poderão, a qualquer tempo, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, reunir-se em Assembleias Gerais de Debenturistas específicas, que se realizarão em separado, computando-se em separado os respectivos quóruns de convocação, de instalação e de deliberação, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas da Primeira Série ou dos Debenturistas da Terceira Série, conforme o caso.

Para os fins da Escritura de Emissão, o assunto a ser deliberado será considerado específico a determinada série sempre que, e somente se, se referir (a) à declaração de vencimento antecipado, nos termos da Cláusula 6.2.1 da Escritura de Emissão; (b) a deliberações relativas à renúncia ou a perdão temporário a um dos eventos previstos na Cláusula 6.2 (pedido de *waiver*) da Escritura de Emissão, conforme Cláusula 9.11(c) da Escritura de Emissão; (c) à alteração da Remuneração aplicável à respectiva série; (d) a alterações de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos na Escritura de Emissão relativos à respectiva série; e/ou (e) a alterações de prazo de vigência das Debêntures da respectiva série.

Os procedimentos previstos na Cláusula 9.1 da Escritura de Emissão serão aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas de todas as séries e às Assembleias Gerais de Debenturistas da Primeira Série ou às Assembleias Gerais de Debenturistas da Terceira Série, conforme o caso, e os quóruns aqui previstos deverão ser calculados levando-se em consideração o total de Debêntures de todas as séries ou o total de Debêntures em Circulação da respectiva série, conforme o caso.

Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre Assembleia Geral de Acionistas.

A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada (a) pelo Agente Fiduciário; (b) pela Emissora; (c) por Debenturistas que representem, em conjunto, 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou das Debêntures da respectiva série em Circulação, conforme caso; ou (d) pela CVM.

A convocação da Assembleia Geral de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa previstos na Cláusula 4.19 da Escritura de Emissão, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de Assembleias Gerais de Debenturistas constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e da Escritura de Emissão.

A Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias, contados da primeira publicação do edital de convocação ou, caso não se verifique quórum para realização da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação, no prazo de 8 (oito) dias contados da primeira publicação do edital de segunda convocação.

Nos termos do artigo 71, parágrafo 3°, da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, metade mais uma das Debêntures em Circulação ou das Debêntures da respectiva série em circulação, conforme o caso, e, em segunda convocação, com qualquer quórum, observado o disposto na Cláusula 6.2.1 da Escritura de Emissão.

O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos demais detentores de Debêntures presentes ou àquele que for designado pela CVM.

Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto, cujas deliberações serão tomadas pelo Debenturista, sendo admitida constituição de mandatários. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos na Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures, ou das debêntures da respectiva série, conforme o caso, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

Exceto pelo disposto na Cláusula 9.11 da Escritura de Emissão, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, (a) 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures em Circulação, quando se tratar de deliberações que digam respeito aos Debenturistas de todas as séries, reunidos em uma única Assembleia Geral de Debenturistas; (b) 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures da Primeira Série em Circulação, quando se tratar de deliberações que digam respeito especificamente aos Debenturistas da Primeira Série; e (c)  50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures da Terceira Série em Circulação, quando se tratar de deliberações que digam respeito especificamente aos Debenturistas da Terceira Série. No caso de deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação, os quóruns serão de, no mínimo (a) 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures em Circulação na Assembleia Geral de Debenturistas, quando se tratar de deliberações que digam respeito aos Debenturistas de todas as séries, reunidos em uma única Assembleia Geral de Debenturista; (b) 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures da Primeira Série em Circulação na Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, quando se tratar de deliberações que digam respeito especificamente aos Debenturistas da Primeira Série; e (c) 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures da Terceira Série em Circulação presentes na Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Série, quando se tratar de deliberações que digam respeito especificamente aos Debenturistas da Terceira Série, desde que estejam presentes na referida assembleia, no mínimo, 20% (vinte por cento) das Debêntures da Terceira Série em Circulação, ou quórum superior caso assim determinado pela legislação competente.

Observado o disposto nas Cláusulas 9.1 e 9.1.1 da Escritura de Emissão, não estão incluídos no quórum de deliberação a que se refere a Cláusula 9.10 da Escritura de Emissão:

* + - * 1. os quóruns expressamente previstos em outras Cláusulas da Escritura de Emissão;
				2. qualquer alteração (i) no prazo de vigência das Debêntures; (ii) no quórum de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas; (iii) na Data de Pagamento da Remuneração ou de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos na Escritura de Emissão; (iv) no parâmetro do cálculo da Remuneração de qualquer série; ou (v) nas hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo Total e/ou vencimento antecipado (seja alteração nas hipóteses, exclusão ou inclusão), a(s) qual(is) deverá(ão) ser aprovada(s), de forma segregada para cada uma das séries, por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação, em primeira e segunda convocações, e/ou 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Terceira Série em Circulação em primeira convocação e, em segunda convocação, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures da Terceira Série em Circulação. As matérias indicadas nos itens (ii) e (v) poderão ser deliberados e aprovados por debenturistas reunidos em uma única Assembleia Geral de Debenturistas;
				3. as deliberações relativas à renúncia ou a perdão temporário a qualquer dos eventos previstos nas Cláusulas 6.2.1.1 da Escritura de Emissão (pedido de *waiver*), que deverão ser aprovadas (i) em primeira convocação, (A) por Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em Circulação; e (B) por Debenturistas que representem 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures da Terceira Série em Circulação; ou (ii) em segunda convocação, (A) por Debenturistas que representem, no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em Circulação; e (B) por Debenturistas da Terceira Série que representem 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures da Terceira Série em Circulação presentes na respectiva assembleia, desde que presentes na referida assembleia, no mínimo, 20% (vinte por cento) das Debêntures da Terceira Série em Circulação; e
				4. as deliberações relativas aos ativos e/ou direitos dados em Reforço ou Substituição de Garantia (conforme definido no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Cessão Fiduciária ou no Contrato de Cessão Fiduciária, conforme o caso) no âmbito do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Cessão Fiduciária e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária, conforme o caso, deverão ser previamente aceitos pelos Debenturistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures em Circulação, conforme deliberado em Assembleia Geral de Titulares de Debêntures, a seu exclusivo critério, na forma e no prazo previsto na Cláusula 9 da Escritura de Emissão, sendo que a convocação da Assembleia Geral dos Debenturistas deverá ocorrer em até 2 (dois) Dias Úteis contados da ocorrência de qualquer das hipóteses descritas na Cláusula 1.4 do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Cessão Fiduciária e na Cláusula 1.3 do Contrato de Cessão Fiduciária.

Independentemente das formalidades previstas na Lei das Sociedades por Ações e na Escritura de Emissão, serão consideradas regulares as deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem a totalidade dos Debenturistas ou dos Debenturistas da respectiva série, conforme o caso.

Imunidade ou Isenção de Debenturistas

As Debêntures da Primeira Série não gozarão do tratamento tributário previsto na Lei n° 12.431.

As Debêntures da Terceira Série gozarão do tratamento tributário previsto no artigo 2º da Lei n° 12.431. Caso qualquer Debenturista da Terceira Série tenha tratamento tributário diferente daquele previsto na Lei nº 12.431, ou caso os Debenturistas da Primeira Série tenham imunidade ou isenção tributária, estes deverão encaminhar ao Escriturador, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes das datas previstas de pagamento das Debêntures, documentação comprobatória do referido tratamento ou dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor, como se não gozasse do referido tratamento tributário ou não fosse imune ou gozasse de isenção tributária. Caso a documentação comprobatória do referido tratamento tributário ou da imunidade ou isenção de que trata este item não seja suficiente para comprová-los, o pagamento será realizado com o desconto da alíquota dos tributos incidentes, nos termos da legislação tributária em vigor e da Lei nº 12.431.

Caso a Emissora não utilize os recursos obtidos com a colocação das Debêntures da Terceira Série na forma prevista neste Prospecto, dando causa ao seu desenquadramento nos termos da Lei n° 12.431, esta será responsável pela multa a ser paga nos termos da Lei n° 12.431, equivalente a 20% (vinte por cento) do valor não alocado nos Projetos.

Considerando que as Portarias foram expedidas até a data de divulgação do Anúncio de Início, as Debêntures da Terceira Série serão emitidas.

Características da Oferta

Regime de Colocação

As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição, nos termos da Lei do Mercado de Capitais, da Instrução CVM 400 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, nos termos do Contrato de Distribuição, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários. Nos termos do Contrato de Distribuição, os Coordenadores promoverão a distribuição pública das Debêntures sob o regime de garantia firme de colocação de forma individual e não solidária no valor total de R$1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), na Data de Emissão, sem considerar as Debêntures Adicionais, que serão e, no caso das Debêntures Suplementares, teriam sido, colocadas sob o regime de melhores esforços.

Coleta de Intenções de Investimento (“Procedimento de *Bookbuilding”)*

Foi adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, junto aos Investidores Institucionais, organizado pelos Coordenadores, nos termos do artigo 23, parágrafos 1° e 2º, e do artigo 44, ambos da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a definição, com a Emissora:

**(a)** da realização da Emissão de 1.615.764 (um milhão seiscentas e quinze mil e setecentas e sessenta e quatro) Debêntures em 2 (duas) séries, sendo 1.454.224 (um milhão quatrocentas e cinquenta e quatro mil e duzentas e vinte e quatro) Debêntures da Primeira Série e 161.540 (cento e sessenta e um mil e quinhentas e quarenta) Debêntures da Terceira Série, observados os percentuais e limites previstos da Oferta de Varejo ;

**(b)** da Remuneração da Primeira Série e da Remuneração da Terceira Série; e

**(c)** do exercício das Debêntures Adicionais e do não exercício das Debêntures Suplementares .

Sem prejuízo do disposto no item (c) acima, poderão participar do Procedimento de *Bookbuilding* os Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, não havendo limite máximo para sua participação.

**A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* pode ter impactado adversamente a definição da Remuneração das Debêntures, e o investimento nas Debêntures por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas pode ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário. Para mais informações, vide seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures – A participação de investidores institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* pode ter impactado adversamente a definição da Remuneração das Debêntures, e o investimento nas Debêntures por investidores institucionais que sejam Pessoas Vinculadas pode ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário.”, deste Prospecto.**

Tendo em vista que não foi verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais), as intenções de investimento e/ou pedidos de reserva realizados por investidores considerados Pessoas Vinculadas não foram automaticamente canceladas. **Os Investidores de Varejo e os Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas e que apresentaram Pedido de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas não participaram do Procedimento de Bookbuilding e, consequentemente, não fizeram parte da definição da taxa final dos Juros Remuneratórios das Debêntures.**

Plano de Distribuição

Observadas as disposições da regulamentação aplicável, os Coordenadores realizarão a Oferta conforme o plano de distribuição adotado em conformidade com o disposto no artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, o qual leva em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores e da Emissora, as quais assegurarão (a) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo; (b) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus respectivos clientes; e (c) que os representantes de venda das Instituições Participantes da Oferta recebam previamente exemplares (i) do Prospecto Preliminar; e (ii) deste Prospecto Definitivo, o qual incorpora por referência o Formulário de Referência da Companhia.

A Oferta não contará com esforços de colocação no exterior.

O Plano de Distribuição foi fixado nos seguintes termos: (a) as Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição, com intermediação dos Coordenadores; (b) a Oferta terá como público alvo: (i) os Investidores de Varejo, observado que aos Investidores de Varejo só poderão ser colocadas Debêntures da Terceira Série; e (ii) os Investidores Institucionais; (c) após o protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM, a divulgação do Aviso ao Mercado e a disponibilização do Prospecto Preliminar aos Investidores da Oferta, foram realizadas Apresentações para Potenciais Investidores; (d) os materiais publicitários ou documentos de suporte às Apresentações para Potenciais Investidores eventualmente utilizados foram, conforme o caso, submetidos à aprovação prévia da CVM, nos termos do artigo 50 da Instrução CVM 400, ou encaminhados à CVM previamente à sua utilização, nos termos do artigo 50, parágrafo 5º, da Instrução CVM 400; (e) após as Apresentações para Potenciais Investidores e anteriormente à obtenção do registro da Oferta na CVM, os Coordenadores realizaram o Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos acima indicados;(f) concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, os Coordenadores consolidaram as intenções de investimento dos Investidores da Oferta para subscrição das Debêntures; (g) desde que todas as condições precedentes listadas no Contrato de Distribuição tenham sido satisfeitas ou tenham sido expressamente renunciadas pelos Coordenadores, e observados os demais termos e condições do Contrato de Distribuição, a Oferta somente terá início após (I) o atendimento dos requisitos a que se refere a Cláusula Segunda da Escritura de Emissão; (II) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (III) o registro para distribuição e negociação das Debêntures na B3, (IV) a divulgação do Anúncio de Início; (V) a disponibilização do Prospecto Definitivo aos Investidores da Oferta, nos termos da Instrução CVM 400; e (VI) publicação, no Diário Oficial da União, das Portarias emitidas pelo Ministério dos Transportes em razão da emissão das Debêntures da Terceira Série; (h) iniciada a Oferta: (I) os Investidores de Varejo que manifestaram interesse na subscrição das Debêntures durante o Período de Reserva (conforme abaixo definido) por meio de preenchimento do Pedido de Reserva; (II) os investidores da Oferta que sejam considerados Pessoas Vinculadas que optaram em subscrever as Debêntures durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas por meio de preenchimento do Pedido de Reserva e desde que não seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) à quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Adicionais e as Debêntures Suplementares); e/ou (III) os Investidores Institucionais que encaminharam suas ordens de investimento nas Debêntures e tiveram suas ordens alocadas, deverão assinar o boletim de subscrição, na respectiva Data de Integralização, sendo certo que a integralização das Debêntures somente ocorrerá após a assinatura do boletim de subscrição e será efetuada pelo Preço de Integralização; (i) a colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do MDA e/ou do DDA, ambos administrados e operacionalizados pela B3, bem como com o Plano de Distribuição; (j) não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures, bem como não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures; e (k) não será constituído fundo de amortização para a Emissão.

Forma e Local de Pagamento

Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão serão realizados pela Emissora, (a) no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal Unitário, à Remuneração e aos Encargos Moratórios, e com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na B3, por meio da B3; ou (b) para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3, por meio do Escriturador ou, com relação aos pagamentos que não possam ser realizados por meio do Escriturador, na sede da Emissora, conforme o caso.

Pessoas Vinculadas

Consideram-se “Pessoas Vinculadas” (i) controladores ou administradores da Emissora ou outras pessoas vinculadas à emissão e distribuição, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º (segundo) grau; (ii) controladores ou administradores das Instituições Participantes da Oferta; (iii) empregados, operadores e demais prepostos das Instituições Participantes da Oferta diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; (iv) agentes autônomos que prestem serviços às Instituições Participantes da Oferta; (v) demais profissionais que mantenham, com as Instituições Participantes da Oferta, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional no âmbito da Oferta; (vi) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelas Instituições Participantes da Oferta; (vii) sociedades controladas, direta ou indiretamente, por pessoas vinculadas às Instituições Participantes da Oferta, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (viii) cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º (segundo) grau das pessoas mencionadas nos itens “ii” a “v”; e (ix) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a pessoas vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros não vinculados.

Público Alvo

O público alvo da presente Oferta é composto por:

* + - * 1. investidores de varejo, aos quais somente poderão ser alocadas Debêntures da Terceira Série, assim considerados, no âmbito da Oferta, pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, que não sejam considerados Investidores Institucionais, que formalizem pedido de reserva durante o período de reserva para os investidores de varejo, nos termos e prazos que venham a ser descritos e detalhados nos documentos da Oferta, observado o Valor Mínimo de Subscrição e o Valor Máximo do Pedido de Reserva por investidor de varejo (“Investidor de Varejo”);

investidores institucionais, assim considerados, (i) “Investidores Profissionais”, assim definidos no artigo 9-A da Instrução CVM 554: (I) instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (II) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (III) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (IV) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R$10.000.000,00 (dez milhões de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor profissional mediante termo próprio, nos termos do Anexo 9-A da Instrução CVM 554; (V) fundos de investimento; (VI) clubes de investimento, cuja carteira seja gerida por administrador de carteira autorizado pela CVM; (VII) agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (VIII) investidores não residentes; e (ii) “Investidores Qualificados”, assim definidos no artigo 9-B da Instrução CVM 554: (I) investidores profissionais; (II) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R$1.000.000,00 (um milhão de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio, nos termos do Anexo 9-B da Instrução CVM 554; (III) pessoas naturais que tenham sido aprovadas em exames de qualificação técnica ou possuam certificações aprovadas pela CVM como requisitos para o registro de agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários, em relação a seus recursos próprios; e (IV) clubes de investimento cuja carteira seja gerida por um ou mais cotistas que sejam investidores qualificados, observado o Valor Mínimo de Subscrição (“Investidor Institucional”).

Oferta de Varejo Exclusivamente para as Debêntures da Terceira Série

|  |
| --- |
| O montante inicial de 150.000 (cento e cinquenta mil) Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais), ou seja, 10% (dez por cento) do Valor Total da Emissão foi destinado, prioritariamente, à colocação pública para os Investidores de Varejo que preencheram e apresentaram às Instituições Participantes da Oferta um ou mais pedidos de reserva (“Pedido de Reserva”) de maneira irrevogável e irretratável, de acordo com as condições a seguir expostas e no período compreendido entre o 18 de setembro de 2017 a 9 de outubro de 2017 (“Período de Reserva”), ou no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas (conforme definido abaixo), conforme o caso, observados os procedimentos indicados neste Prospecto, observado que os Investidores de Varejo somente puderam investir em Debêntures da Terceira Série (“Oferta de Varejo”). Cada um dos Investidores de Varejo e dos Investidores de Varejo considerados Pessoas Vinculadas interessados na Oferta deverá efetuar Pedido de Reserva, desde que na mesma Instituição Participante da Oferta.Caso o total de Debêntures da Terceira Série correspondente aos Pedidos de Reserva admitidos excedesse a quantidade de Debêntures prioritariamente destinada à Oferta de Varejo, qual seja, 150.000 (cento e cinquenta mil) Debêntures, os Coordenadores, em comum acordo com a Emissora, poderiam ou não manter a quantidade de Debêntures da Terceira Série inicialmente destinada à Oferta de Varejo ou elevar ou não tal quantidade a um patamar compatível com os objetivos da Oferta (nesse caso, estando a quantidade de Debêntures da Terceira Série limitada a R$1.200.000.000,00), de forma a atender, total ou parcialmente, os referidos Pedidos de Reserva admitidos, observado que, caso a quantidade de Debêntures da Terceira Série destinada à Oferta de Varejo não fosse suficiente para atender totalmente os Pedidos de Reserva dos investidores, as Debêntures da Terceira Série destinadas à Oferta de Varejo seriam rateadas entre os investidores, proporcionalmente ao montante de Debêntures da Terceira Série indicado nos respectivos Pedidos de Reserva admitidos, não sendo consideradas frações de Debêntures. **A Oferta de Varejo foi limitada às Debêntures da Terceira Série, tendo sido vedada a colocação de Debêntures da Primeira Série aos Investidores de Varejo.**Os investidores da Oferta considerados Pessoas Vinculadas apresentaram Pedido de Reserva durante o período de 18 de setembro de 2017 a 28 de setembro de 2017 (“Período de Reserva para Pessoas Vinculadas”), o qual precedeu o encerramento do Procedimento de *Bookbuilding* em pelo menos 7 (sete) Dias Úteis. Como condição à eficácia do Pedido de Reserva, cada Investidor de Varejo indicou obrigatoriamente no Pedido de Reserva se é ou não Pessoa Vinculada. As Pessoas Vinculadas que realizaram seu Pedido de Reserva após o encerramento do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, ficaram sujeitas ao disposto abaixo. Os Pedidos de Reserva que foram efetuados pelos investidores durante o Período de Reserva e o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, de maneira irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nos itens (ii) e (iv) abaixo e nas hipóteses de divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e deste Prospecto Definitivo, modificação, suspensão, cancelamento, ou revogação da Oferta (conforme descritas abaixo), observaram as condições do próprio Pedido de Reserva, de acordo com as seguintes condições e observados os procedimentos e normas de liquidação da B3:* + - 1. durante o Período de Reserva e o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, cada um dos investidores da Oferta interessados em participar da Oferta realizou a reserva de Debêntures da Terceira Série, mediante preenchimento de um ou mais Pedidos de Reserva junto às Instituições Participantes da Oferta, observados o Valor Mínimo de Subscrição e o Valor Máximo dos Pedidos de Reservas, ficando a seu exclusivo critério a realização de mais de um Pedido de Reserva desde que na mesma Instituição Participante da Oferta;
			2. no Pedido de Reserva, os Investidores de Varejo tiveram a faculdade, como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva e aceitação da Oferta, de estipular uma taxa mínima para os Juros das Debêntures da Terceira Série. O Pedido de Reserva foi automaticamente cancelado caso (a) a taxa de juros referente às Debêntures da Terceira Série, fixada após o Procedimento de *Bookbuilding*, tenha sido inferior à taxa estabelecida pelo Investidor de Varejo, ou (b) o Investidor de Varejo tenha estipulado como taxa mínima para as Debêntures da Terceira Série uma taxa superior à taxa máxima estipulada no Aviso ao Mercado e na Escritura de Emissão;
			3. a quantidade de Debêntures da Terceira Série adquiridas, o respectivo valor do investimento dos Investidores de Varejo e a Data de Integralização e o horário limite foram informados a cada Investidor de Varejo até o dia útil imediatamente anterior à data de divulgação do Anúncio de Início pela Instituição Participante da Oferta que recebeu o respectivo Pedido de Reserva, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva ou por telefone, fac-símile ou correspondência, devendo o pagamento ser feito de acordo com o item (iv) abaixo, limitado ao valor do Pedido de Reserva e ressalvada a possibilidade de rateio prevista abaixo;
			4. os Investidores de Varejo deverão efetuar o pagamento do valor indicado no item (iii) acima junto à Instituição Participante da Oferta com que tenham realizado o respectivo Pedido de Reserva, em recursos imediatamente disponíveis, até às 11h00 da Data de Integralização. Não havendo pagamento pontual, a Instituição Participante da Oferta junto ao qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado irá garantir a liquidação por parte do Investidor de Varejo e o Pedido de Reserva será automaticamente cancelado por tal Instituição Participante da Oferta;
			5. na Data Integralização, cada Instituição Participante da Oferta junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado, entregará a cada Investidor de Varejo o número de Debêntures da Terceira Série alocado a tal Investidor de Varejo, ressalvadas a possibilidade de cancelamento do Pedido de Reserva conforme descrito no item (ii) acima e a possibilidade de rateio; e
			6. os Investidores de Varejo deverão realizar a integralização das Debêntures da Terceira Série mediante o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, de acordo com o procedimento descrito acima.

Os Investidores de Varejo não participaram do Procedimento de *Bookbuilding* e, consequentemente, não fizeram parte da definição dos Juros das Debêntures da Terceira Série.Considerando que não foi verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais), foi permitida a colocação, pelos Coordenadores, de Debêntures junto a investidores considerados Pessoas Vinculadas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400.Considerando que o total de Debêntures da Terceira Série correspondente aos Pedidos de Reserva admitidos excedeu a quantidade de Debêntures prioritariamente destinada à Oferta de Varejo, qual seja, 150.000 (cento e cinquenta mil) Debêntures, os Coordenadores, em comum acordo com a Emissora, puderam manter a quantidade de Debêntures da Terceira Série inicialmente destinada à Oferta de Varejo ou elevar tal quantidade a um patamar compatível com os objetivos da Oferta (nesse caso, estando a quantidade de Debêntures da Terceira Série limitada a R$1.200.000.000,00), de forma a atender, total ou parcialmente, os referidos Pedidos de Reserva admitidos, observado que, caso a quantidade de Debêntures da Terceira Série destinada à Oferta de Varejo não fosse suficiente para atender totalmente os Pedidos de Reserva dos investidores, as Debêntures da Terceira Série destinadas à Oferta de Varejo seriam rateadas entre os investidores, proporcionalmente ao montante de Debêntures da Terceira Série indicado nos respectivos Pedidos de Reserva admitidos, não sendo consideradas frações de Debêntures.Foi recomendado aos Investidores de Varejo interessados na realização de Pedido de Reserva (i) a leitura cuidadosa dos termos e condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente no que se referia aos procedimentos relativos à liquidação da Oferta e às informações constantes dos Prospectos e do Formulário de Referência da Emissora; (ii) que fosse verificado com a Instituição Participante da Oferta de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, se essa, a seu exclusivo critério, exigiria a manutenção de recursos em conta corrente nela aberta e/ou mantida, para fins de garantia do Pedido de Reserva, conforme o caso; (iii) que fosse verificado com a Instituição Participante da Oferta de sua preferência, antes da realização do seu Pedido de Reserva, a possibilidade de débito antecipado da reserva por parte da Instituição Participante da Oferta; e (iv) que entrassem em contato com a Instituição Participante da Oferta de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Participante da Oferta para a realização do Pedido de Reserva ou, se fosse o caso, para a realização do cadastro na Instituição Participante da Oferta, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Participante da Oferta e a possibilidade de realizar mais de um pedido de reserva na Instituição Participante da Oferta escolhida. |

Oferta Institucional

Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, as Debêntures remanescentes foram destinadas aos Investidores Institucionais, sendo que não foram admitidas reservas antecipadas e foram observados os seguintes procedimentos:

* + - 1. os Investidores Institucionais interessados em subscrever Debêntures apresentaram suas intenções de investimento aos Coordenadores, na data de realização do *Bookbuilding*, conforme cronograma indicado neste Prospecto, indicando a quantidade de Debêntures a ser adquirida em diferentes níveis de taxa de juros, inexistindo recebimento de reserva ou limites máximos de investimento, observado o Valor Mínimo de Subscrição;
			2. somente serão consideradas as ordens daqueles investidores que preencherem os requisitos para participar da Oferta Institucional;
			3. cada Investidor Institucional interessado em participar da Oferta Institucional assumiu a obrigação de verificar se estava cumprindo com os requisitos para participar da Oferta Institucional, para então apresentar suas ordens de investimento durante o Procedimento de *Bookbuilding*;
			4. considerando que não foi verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais), foi permitida a colocação de Debêntures perante Investidores Institucionais considerados Pessoas Vinculadas;
			5. considerando que as intenções de investimento apresentadas pelos Investidores Institucionais não excederam o total de Debêntures remanescentes após o atendimento da Oferta de Varejo, não foi necessário aplicar qualquer procedimento de rateio;
			6. até o final do Dia Útil imediatamente anterior à data de divulgação do Anúncio de Início, os Coordenadores informaram aos Investidores Institucionais, por meio do seu respectivo endereço eletrônico ou por telefone ou fac-símile: (i) a Data de Integralização e horário limite, (b) a Remuneração definida no Procedimento de *Bookbuilding*; e (iii) a quantidade de Debêntures alocadas ao referido investidor. Os Investidores Institucionais integralizarão as Debêntures, à vista, em moeda nacional, em recursos imediatamente disponíveis, na Data de Integralização, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da B3; e
			7. duas mil Debêntures da Terceira Série, destinadas à Oferta Institucional, foram destinadas à colocação ao Formador de Mercado (conforme abaixo definido), a fim de lhe possibilitar a atuação como formador de mercado (*market maker*) das Debêntures da Terceira Série, garantindo a existência e a permanência de ofertas firmes diárias de compra e venda para as Debêntures da Terceira Série durante a vigência do contrato que a Emissora celebrou com o Formador de Mercado e nos termos da legislação aplicável. As intenções de investimento do Formador de Mercado foram apresentadas na taxa de juros apurada no Procedimento de *Bookbuilding*, não havendo, portanto, qualquer influência por parte do Formador de Mercado na definição dos Juros das Debêntures durante o Procedimento de *Bookbuilding.*

**Os investidores deverão ler a seção “Fatores de Risco Relacionados com a Oferta e as Debêntures - A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* pode ter impactado adversamente a definição da Remuneração das Debêntures, e o investimento nas Debêntures por investidores institucionais que sejam Pessoas Vinculadas pode ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário.” deste Prospecto Definitivo.**

Critério de Rateio da Oferta de Varejo

Considerando que o total de Debêntures da Terceira Série correspondente aos Pedidos de Reserva admitidos excedeu a quantidade de Debêntures prioritariamente destinada à Oferta de Varejo, qual seja, 150.000 (cento e cinquenta mil) Debêntures, os Coordenadores, em comum acordo com a Emissora, elevaram tal quantidade a um patamar compatível com os objetivos da Oferta (nesse caso, estando a quantidade de Debêntures da Terceira Série limitada a R$1.200.000.000,00), de forma a ter atendido, total ou parcialmente, os referidos Pedidos de Reserva admitidos, observado que, caso a quantidade de Debêntures da Terceira Série destinada à Oferta de Varejo não tivesse sido suficiente para atender totalmente os Pedidos de Reserva dos investidores, as Debêntures da Terceira Série destinadas à Oferta de Varejo deveriam ter sido rateadas entre os investidores, proporcionalmente ao montante de Debêntures da Terceira Série indicado nos respectivos Pedidos de Reserva admitidos, não sendo consideradas frações de Debêntures. Todos os Pedidos de Reserva realizados no âmbito da Oferta foram integralmente atendidos, não tendo havido rateio

Critério de Colocação da Oferta Institucional

Considerando que as intenções de investimento apresentadas pelos Investidores Institucionais não excederam o total de Debêntures remanescentes após o atendimento da Oferta de Varejo, não foi necessário aplicar o critério de colocação estabelecido nos documentos da Oferta, de acordo com os quais os Coordenadores dariam prioridade aos Investidores Institucionais que, no entender dos Coordenadores, em comum acordo com a Emissora, melhor atendessem os objetivos da Oferta, quais sejam, constituir uma base diversificada de investidores, integrada por investidores com diferentes critérios de avaliação das perspectivas da Emissora e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional, remuneração das Debêntures com custo compatível aos objetivos da Emissora, bem como criar condições para o desenvolvimento do mercado local de títulos corporativos de renda fixa, com ênfase em negociações secundárias.

Período de Colocação

Observados os requisitos indicados na Escritura de Emissão e o disposto na seção “Cronograma Estimado das Etapas da Oferta” deste Prospecto Definitivo, as Debêntures serão subscritas e integralizadas até 31 de outubro de 2017 desde que: (a) o Procedimento de Bookbuilding tenha sido concluído e o registro da Oferta tenha sido concedido até 26 de outubro de 2017; e (b) desde que o anúncio de início da Oferta (“Anúncio de Início”) tenha sido divulgado até o dia 27 de outubro de 2017 (“Período de Colocação”). Ao final do Período de Colocação, os Coordenadores ou quaisquer de suas sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum, conforme o caso, estarão obrigados a subscrever e integralizar a totalidade das Debêntures objeto da Garantia Firme de colocação que porventura não tenham sido colocadas, conforme procedimento descrito no Contrato de Distribuição. Após a colocação das Debêntures, será divulgado o Anúncio de Encerramento. Modificação da Oferta

Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM 400, havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pela Emissora e inerentes à própria Oferta, a CVM poderá acolher pleito de modificação da Oferta. O pleito de modificação da Oferta presumir-se-á deferido caso não haja manifestação da CVM em sentido contrário no prazo de 10 (dez) Dias Úteis, contado do seu protocolo na CVM. Tendo sido deferida a modificação, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento do ofertante, prorrogar o prazo da Oferta por até 90 (noventa) dias. É sempre permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos investidores ou para renúncia a condição da Oferta estabelecida pela Emissora. Caso a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400: (a) a modificação deverá ser divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação da Oferta; (b) os Coordenadores deverão se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o investidor está ciente de que a Oferta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições; e (c) os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão ser comunicados diretamente, por correio eletrônico, correspondência física ou qualquer outra forma de comunicação passível de comprovação, a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, até às 16h00 do 5º (quinto) Dia Útil subsequente à data em que foi comunicada ao investidor a modificação da Oferta, o interesse em revogar sua aceitação à Oferta, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos eventualmente incidentes sobre movimentação financeira sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio, caso venham a ser criados, e se a alíquota for superior a zero, no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados da data da respectiva revogação.

Suspensão da Oferta

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM: (a) poderá suspender, a qualquer tempo, a Oferta se: (i) estiver se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro da Oferta; ou (ii) for havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro da Oferta; e (b) deverá suspender a Oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão da Oferta não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da Oferta e cancelar o respectivo registro. A Emissora deverá dar conhecimento da suspensão aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, ao menos pelos meios utilizados para a divulgação da Oferta, facultando-lhes a possibilidade de revogar a aceitação até às 16h00 do 5º (quinto) Dia Útil subsequente à data em que foi comunicada ao investidor a suspensão da Oferta, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, o referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos eventualmente incidentes sobre movimentação financeira sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio, caso venham a ser criados, e se a alíquota for superior a zero, no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados da data da respectiva revogação.

Cancelamento ou Revogação da Oferta

Nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400, a CVM poderá cancelar, a qualquer tempo, a Oferta que: (a) estiver se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro da Oferta; ou (b) for havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro da Oferta. Adicionalmente, a rescisão do Contrato de Distribuição também importará nocancelamento do registro da Oferta. Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM 400, havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pela Emissora e inerentes à própria Oferta, a CVM poderá acolher pleito de revogação da Oferta.

Em caso de cancelamento ou revogação da Oferta ou caso o investidor revogue sua aceitação e, em ambos os casos, se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos eventualmente incidentes sobre movimentação financeira sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio, caso venham a ser criados, e se a alíquota for superior a zero, no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados da data do cancelamento da Oferta ou respectiva revogação, conforme o caso.

Classificação de Risco

Foi contratada como agência de classificação de risco da Oferta a *Fitch Ratings* para realizar a classificação de risco (*rating*) das Debêntures, a qual deverá ser equivalente a, no mínimo “[AA-] (exp) (bra)”, ou classificação de risco(*rating*) equivalente em caso de substituição da *Fitch Ratings* pela *Standard & Poor’s* ou da *Moody’s América Latina*. Durante o prazo de vigência das Debêntures, a Emissora deverá manter contratada a *Fitch Ratings* ou a *Standard & Poor’s* ou a *Moody’s América Latina* para a atualização da classificação de risco (*rating*) das Debêntures, sendo que, em caso de substituição de qualquer uma dessas agências, deverá ser observado o procedimento previsto na Cláusula 7.1 (vii) da Escritura de Emissão.

Formador de Mercado

A Emissora contratou a XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. para exercer a atividade de formador de mercado (“Formador de Mercado”), nos termos da Instrução da CVM nº 384, de 17 de março de 2003, a qual atuará na B3, levando em conta d ademanda dos investidores em tal plataforma de negociação e buscando fomentar a liquidez exclusivamente das Debêntures da Terceira Série no mercado secundário, observado as peculiaridades de cada uma das plataformas mencionadas abaixo. Pelos serviços de formação de mercado, o Formador de Mercado fará jus a uma remuneração mensal, de R$8.000,00 (oito mil reais), corrigidos anualmente pelo IPCA, a ser paga líquida de qualquer retenção, dedução e/ou antecipação de qualquer tributo, taxa, contribuição e/ou comissão bancária.

Duas mil Debêntures da Terceira Série, destinadas à Oferta Institucional, foram destinadas à colocação ao Formador de Mercado, a fim de lhe possibilitar a atuação como formador de mercado (market maker) das Debêntures da Terceira Série, garantindo a existência e a permanência de ofertas firmes diárias de compra e venda para as Debêntures da Terceira Série durante a vigência do contrato que a Emissora venha a celebrar com o Formador de Mercado e nos termos da legislação aplicável. As intenções de investimento do Formador de Mercado devem ser apresentadas na taxa de juros apurada no Procedimento de *Bookbuilding*, não havendo, portanto, qualquer influência por parte do Formador de Mercado na definição dos juros das Debêntures durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

A frequência da atuação do Formador de Mercado deverá ser diária, sendo as ofertas direcionadas para todos os participantes, sem restrição de contrapartes e sendo obrigatória a aceitação de fechamento, inclusive parcial.

Os serviços a serem prestados pelo Formador de Mercado compreendem:

1. colocação diária de ordens firmes de compra e venda das Debêntures por meio do CETIP21 ("Plataforma Cetip") e do PUMA Trading System ("Plataforma B3") em conjunto denominadas "Plataformas de Negociação" e individualmente "Plataforma de Negociacão") em valor total conjunto não inferior a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) na compra e R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) na venda em condições normais de mercado;
2. exposição das ordens de compra ou venda, durante, no mínimo, 240 (duzentos e quarenta) minutos contínuos em cada Plataforma de Negociação no período de negociação compreendido entre 9:00 horas e 17:00 horas, obedecidos os procedimentos adotados pela B3. O Formador de Mercado envidará os melhores esforços para atuar 120 (cento e vinte) minutos contínuos no período da manhã e 120 (cento e vinte) minutos contínuos no período da tarde, consideradas as duas plataformas de negociação em conjunto, conforme aplicável;
3. *spread* máximo entre o preço de ofertas de compra e de venda será de 0,30% (trinta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis;
4. a aquisição das Debêntures necessárias para a prática das atividades de Formador de Mercado na B3 com recursos próprios, em mercado primário, será no valor total máximo de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais);
5. a quantidade máxima acumulada, assim entendida como o total de compras subtraído do total de vendas das quantidades de Debêntures no mercado secundário que a Formador de Mercado fica obrigada a comprar, com recursos próprios, é de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) ("Limite de Atuacão do Formador de Mercado consideradas as duas Plataformas de Negociação em conjunto; e
6. confeccão de um relatório trimestral, o qual deverá conter (a) a discriminação do volume de negociações das quantidades de Debêntures ocorridas nas Plataformas de Negociação; (b) o percentual operado por meio do Formador de Mercado em relação ao total negociado nas Plataformas de Negociação; e (c) o número total de negócios realizados com as quantidades de Debêntures nas Plataformas de Negociação, bem como o número de negócios realizados em decorrência de suas respectivas atuações em cumprimento dos serviços aqui descritos.

Inadequação da Oferta a Certos Investidores

O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que (a) não tenham profundo conhecimento dos riscos envolvidos na operação ou que não tenham acesso à consultoria especializada; (b) necessitem de liquidez com relação às Debêntures a serem adquiridas, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; e/ou (c) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de sociedades do setor em que a Emissora atua, em particular no setor de transportes.

Para uma avaliação adequada dos riscos associados ao investimento nas Debêntures, os investidores deverão ler a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures”, deste Prospecto Definitivo, bem como as seções relativas aos fatores de risco constantes do item “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência, antes de aceitar a Oferta.

Prazo e Forma de Subscrição e Integralização e Preço de Integralização

Respeitadas (i) as disposições do Contrato de Distribuição; (ii) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (iii) a divulgação do Anúncio de Início; e (iv) a disponibilização, aos investidores, do Prospecto Definitivo, que incorpora por referência o Formulário de Referência, elaborado pela Emissora em conformidade com a Instrução CVM 480, as Debêntures serão subscritas nos termos e prazos do cronograma indicado na seção “Cronograma Estimado das Etapas da Oferta” deste Prospecto, o qual observa o prazo regulamentar de até 6 (seis) meses contados da data de publicação do Anúncio de Início, conforme artigo 18 da Instrução CVM 400, observada a possibilidade de alteração do cronograma da Emissão, de acordo com o artigo 25 da Instrução CVM 400.

As Debêntures serão subscritas e integralizadas por meio do MDA e/ou do DDA, a partir da data de divulgação do Anúncio de Início, à vista, no ato da subscrição, e em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário.

Contrato de Distribuição

Regime de Colocação

Observados os termos e condições do Contrato de Distribuição, os Coordenadores realizaram a distribuição pública das Debêntures (sem considerar as Debêntures Adicionais, que serão e, no caso das Debêntures Suplementares, teriam sido, colocadas sob o regime de melhores esforços) sob o regime de garantia firme de colocação, de forma individual e não solidária entre os Coordenadores, no montante de R$1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), na seguinte proporção (“Garantia Firme”):

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Coordenador:** | **Percentual da Garantia Firme:** | **Montante da Garantia Firme (*em Reais*):** |
| BTG Pactual | 28,00% | 420.000.000,00 |
| BB-BI | 17,50% | 262.500.000,00 |
| BBI | 17,50% | 262.500.000,00 |
| Itaú BBA | 25,00% | 375.000.000,00 |
| XP investimentos | 12,00% | 180.000.000,00 |
| **Total:** | **100,00%** | **R$1.500.000.000,00** |

Caso os Coordenadores exerçam a Garantia Firme, a alocação das Debêntures que serão integralizadas em razão da Garantia Firme será realizada (i) em uma ou mais de qualquer das séries, a exclusivo critério de cada um dos Coordenadores e (ii) na respectiva taxa teto da(s) série(s) alocada(s), até o integral exercício da Garantia Firme, de acordo com as respectivas opções exercidas dos Coordenadores.

As Debêntures Adicionais serão e, no caso das Debêntures Suplementares, teriam sido, colocadas sob o regime de melhores esforços .

Remuneração dos Coordenadores

A título de remuneração pelos serviços de coordenação, estruturação, e distribuição pública, referentes à Oferta, bem como pela prestação da Garantia Firme, os Coordenadores farão jus a um comissionamento (“Comissionamento”) proporcional a sua garantia firme de acordo com o detalhamento abaixo:

 **(i)** Comissão de Estruturação: a este título, a Emissora pagará aos Coordenadores, em até 1 (um) dia útil da Data de Liquidação (conforme definida abaixo), uma comissão global de 0,10% (dez centésimos por cento), incidente sobre o Valor Total da Emissão, calculado com base no Preço de Integralização. A Comissão de Estruturação será paga aos Coordenadores na proporção da Garantia Firme prestada por cada um deles;

**(ii)** Comissão de Distribuição: a este título, a Emissora pagará aos Coordenadores, em até 1 dia útil da Data de Liquidação, uma comissão global de 0,10% (dez centésimos por cento), incidente sobre o montante total de Debêntures efetivamente colocado e/ou subscrito, calculado com base no Preço de Integralização. A Comissão de Distribuição será paga aos Coordenadores na proporção da Garantia Firme prestada por cada um deles;

**(iii)** Prêmio de Garantia Firme: a este título, a Emissora pagará aos Coordenadores, em ate 1 dia útil Data de Liquidação, uma comissão global de 0,10% (dez centésimos por cento), incidente sobre o montante total objeto de Garantia Firme, independentemente de seu exercício, calculado com base no Preço de Integralização (sendo que a parcela da prestação de garantia firme será devida ainda que a garantia firme de colocação não seja exercida). O Prêmio de Garantia Firme será pago aos Coordenadores na proporção da Garantia Firme prestada por cada um destes;

Adicionalmente à comissão mencionada acima, cada Coordenador fará jus a uma comissão de sucesso, a ser paga aos Coordenadores na proporção da Garantia Firme prestada por cada um destes, de acordo com a seguinte fórmula:

Valor Nominal Unitário \* Quantidade de Debêntures emitidas na respectiva série \* ((sobretaxa máxima de cada uma das séries apresentadas no Procedimento de Bookbuilding) – (Remuneração da Primeira Série e/ou Remuneração da Terceira Série, conforme definido no Processo de Bookbuilding) \* Prazo Médio \* Comissão de Sucesso (equivalente a 30% (trinta por cento)).

Para fins do disposto acima, “Prazo Médio” significa o prazo médio de pagamentos calculado pela divisão do montante de amortização pelo valor total de emissão sendo esta divisão multiplicada pelos dias úteis entre a Data de Emissão e data do respectivo pagamento.

O comissionamento previsto acima será devido e deverá ser pago aos Coordenadores pela Emissora na primeira das seguintes datas: (i) em até 1 dia útil da data da liquidação financeira das Debêntures ou (ii) data em que o Contrato de Distribuição for resilido.

Será devido também um comissionamento de distribuição a ser paga aos Coordenadores na proporção da Garantia Firme prestada por cada um destes equivalente a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, com base no prazo médio incidente sobre o volume efetivamente distribuído de Debêntures da Terceira Série, com base no preço de integralização e, até 1 dia útil da data da liquidação financeira das Debêntures, sendo certo que tal comissão poderá ser repassada, no todo ou em parte, conforme definido pelos Coordenadores, aos Participantes Especiais.

O pagamento do Comissionamento aos Coordenadores deverá ser à vista, em moeda corrente nacional, líquido de deduções e retenções fiscais de qualquer natureza, incluindo-se quaisquer outros tributos que porventura venham a incidir sobre a operação da espécie, bem como quaisquer majorações das alíquotas dos tributos já existentes.

A Emissora arcará com o custo de todos os tributos, atuais, incidentes sobre os pagamentos, comissionamento e reembolso devidos aos Coordenadores no âmbito da Emissão. A Emissora deverá fazer os pagamentos devidos líquidos de deduções e retenções fiscais de qualquer natureza, incluindo-se quaisquer outros tributos que porventura venham a incidir sobre as operações da espécie da Emissão, bem como quaisquer majorações das alíquotas dos tributos já existentes. Dessa forma, todos os pagamentos relativos ao Comissionamento serão acrescidos dos valores relativos ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, à Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, de forma que os Coordenadores recebam o Comissionamento como se tais tributos não fossem incidentes (*gross up*). Os Coordenadores concordam que a obrigação constante desta Cláusula 8.5 não se aplica à retenção de Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IR e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL devida sobre os pagamentos feitos a título de Comissionamento (*gross up*).

Liquidação Financeira

A liquidação financeira das operações de integralização das Debêntures, com a respectiva prestação de contas e pagamentos (“Liquidação Financeira”), dar-se-á na Data de Integralização.

Fundo de Liquidez e Estabilização

Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preços para as Debêntures. Em conformidade com o disposto nos Códigos ANBIMA, os Coordenadores recomendaram à Emissora a contratação de formador de mercado.

Informações Adicionais

Os Coordenadores recomendam aos investidores, antes de tomar qualquer decisão de investimento relativa à Oferta, a consulta deste Prospecto.

Este Prospecto Definitivo está disponível nos seguintes endereços e páginas da Internet:

1. **Emissora:** Rua Avenida Presidente Juscelino Kubitscheck, nº 1.455, 9º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, http://ri.arteris.com.br/ (neste website, em “Divulgações e Resultados”, clicar em “Demais Documentos” e depois selecionar o “Prospecto Definitivo”)
2. **Coordenador Líder**: Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 14º andar, São Paulo, SP, https://www.btgpactual.com/home/investment-bank (neste website, clicar em “Mercado de Capitais - Download” depois em “2017” e a procurar “Distribuição Pública de Debêntures da 5ª Emissão da Arteris S.A.” e, a seguir, clicar em “Prospecto Definitivo”).
3. **Itaú BBA**: Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3500, 1º, 2º, 3º, 4º (parte) e 5º (parte) andares, São Paulo, SP, http://www.itau.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas (em tal página clicar em “Arteris S.A.”, posteriormente, na seção “2017” e na subseção “5ª Emissão de Debêntures”, clicar em “Arteris S.A. – Prospecto Definitivo da 5ª Emissão de Debêntures”).
4. **BB-BI**: <http://www.bb.com.br/ofertapublica> (neste website, em “Ofertas em Andamento”, acessar “Arteris S.A. ” e depois acessar “Leia o Aviso ao Mercado” ou “Leia o Anúncio de Início” ou “Leia o Anúncio de Encerramento” e eventuais outros avisos).
5. **Bradesco BBI**: Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.064, 10º andar, São Paulo, SP, <https://www.bradescobbi.com.br/Site/Home/Default.aspx> (neste website, clicar no link “Veja todas as Ofertas Públicas”, depois selecionar o tipo de oferta “Debêntures”, posteriormente acessar “Arteris S.A. – 5ª Emissão” e depois acessar “Prospecto Definitivo”).
6. **XP Investimentos**: Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.600, 10º andar, http://www.xpi.com.br/investimentos/oferta-publica.aspx (neste website, acessar o item “Debênture Arteris – 5ª Emissão de Debêntures da Arteris S.A.” – “Prospecto Definitivo”).
7. **B3**: <http://www.cetip.com.br>  (neste website, no campo superior à esquerda “COMUNICADOS E DOCUMENTOS”, clicar em “Publicação de Ofertas Públicas”, posteriormente consultar os arquivos referentes a Oferta).
8. **CVM**: Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar, Rio de Janeiro, RJ, e Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares, CEP 01333-010, São Paulo, SP, www.cvm.gov.br (neste website no campo, “Informações de Regulados”, clicar em “Companhias” e em seguida clicar em “Consulta a Informações de Companhias”, na sequência clicar em “Informações Periódicas e Eventuais de Companhias” e digitar “Arteris S.A.”, em seguida clicar em “Arteris S.A.”, selecionar “Documentos de Oferta de Distribuição Pública” e acessar “download” no link disponível para o Prospecto de Distribuição Pública - Prospecto Definitivo com a data mais recente).
9. **ANBIMA**: http://cop.anbima.com.br (em tal página acessar, “Acompanhar Análise de Ofertas” e, em seguida acessar protocolo “ARTERIS” e clicar no link referente ao Prospecto Definitivo).

O Aviso ao Mercado, o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento e eventuais anúncios de retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à Oferta serão disponibilizados, até o encerramento da Oferta, nos termos do artigo 54-A da Instrução CVM 400, nas páginas na rede mundial de computadores da Emissora, dos Coordenadores, da B3 da CVM e da ANBIMA nos seguintes endereços e páginas da Internet (sendo que eventuais republicações do Aviso ao Mercado serão também publicadas no jornal “Valor Econômico”):

1. **Emissora:** http://ri.arteris.com.br/ (neste website, em “Divulgações e Resultados”, clicar em “Demais Documentos” e depois selecionar o “Aviso ao Mercado”, “Anúncio de Início” e “Anúncio de Encerramento”, e eventuais outros avisos)
2. **Coordenador Líder**: https://www.btgpactual.com/home/investment-bank (neste website, clicar em “Mercado de Capitais - Download” depois em “2017” e a procurar “Distribuição Pública de Debêntures da 5ª Emissão da Arteris S.A.” e, a seguir, clicar em “Aviso ao Mercado”, “Anúncio de Início” ou “Anúncio de Encerramento” e eventuais outros avisos).
3. **Itaú BBA**: http://www.itau.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas (em tal página clicar em “Arteris S.A.”, posteriormente, na seção “2017” e na subseção “5ª Emissão de Debêntures”, clicar em “Arteris S.A. – Aviso ao Mercado da 5ª Emissão de Debêntures” ou “Arteris S.A. – Anúncio de Início da 5ª Emissão de Debêntures” ou “Arteris S.A. – Anúncio de Encerramento da 5ª Emissão de Debêntures” e eventuais outros avisos).
4. **BB-BI**: <http://www.bb.com.br/ofertapublica> (neste website, em “Ofertas em Andamento”, acessar “Debêntures Arteris ” e depois acessar “Leia o Aviso ao Mercado” ou “Leia o Anúncio de Início” ou “Leia o Anúncio de Encerramento” e eventuais outros avisos).
5. **Bradesco BBI**: <https://www.bradescobbi.com.br/Site/Home/Default.aspx> (neste website, clicar no link “Veja todas as Ofertas Públicas”, depois selecionar o tipo de oferta “Debêntures”, posteriormente acessar “Arteris S.A. – 5ª Emissão” e depois acessar “Aviso ao Mercado”, “Anúncio de Início” e “Anúncio de Encerramento” e eventuais outros avisos).
6. **XP Investimentos**: http://www.xpi.com.br/investimentos/oferta-publica.aspx (neste website, clicar em “Debênture Arteris – 5ª Emissão de Debêntures da Arteris S.A.” – “Aviso ao Mercado”, “Anúncio de Início” ou “Anúncio de Encerramento” e eventuais outros avisos).
7. **B3**: <http://www.cetip.com.br>  (neste website, no campo superior à esquerda “COMUNICADOS E DOCUMENTOS”, clicar em “Publicação de Ofertas Públicas”, posteriormente consultar os arquivos referentes à Oferta).
8. **CVM**: www.cvm.gov.br (neste website no campo, “Informações de Regulados”, clicar em “Companhias” e em seguida clicar em “Consulta a Informações de Companhias”, na sequência clicar em “Informações Periódicas e Eventuais de Companhias” e digitar “Arteris S.A.”, em seguida clicar em “Arteris S.A.”, selecionar “Documentos de Oferta de Distribuição Pública” e acessar “download” no link disponível para os arquivos referentes à Oferta).
9. **ANBIMA**: http://cop.anbima.com.br (em tal página, acessar “Acompanhar Análise de Ofertas” e, em seguida acessar protocolo “Arteris” e, em seguida, no link do aviso, do anúncio ou do comunicado).

CUSTOS ESTIMADOS DA OFERTA

A tabela abaixo demonstra o custo estimado da Oferta, calculada com base no valor da Oferta na Data de Emissão, assumindo a colocação da totalidade das Debêntures, considerando as Debêntures Adicionais:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Comissões e Despesas** | **Montante (em R$)** | **Valor por Debênture** | **% em relação ao Valor****Total da Oferta** |
| **Volume da Oferta** | **1.615.764.000,00** | **1.615.764,00** | **100,000** |
|  |  |  |  |
| Comissão de Estruturação (1) | 1.615.764,00  | 1,00 | 0,10% |
| Comissão de Distribuição(1) | 1.615.764,00  | 1,00 | 0,10% |
| Prêmio de Garantia Firme(1) | 1.615.764,00  | 1,00 | 0,10% |
| Comissão de Sucesso(6) | -  | 0,00 | 0,00% |
| Comissão de Colocação(5) | 2.625.025,00  | 1,62 | 0,16% |
| **Tributos sobre o Comissionamento** | 767.921,00  | 0,48 | 0,05% |
| **Total de Comissões(2)** | 8.240.238,00  | 5,10 | 0,51% |
| Taxa de registro na CVM | 849.873,00  | 0,53 | 0,05% |
| Taxa de registro na ANBIMA | 113.400,00  | 0,07 | 0,01% |
| Registro na B3(3) | 50.000,00  | 0,03 | 0,00% |
| Advogados | 490.000,00  | 0,30 | 0,03% |
| Auditores | 944.246,00  | 0,58 | 0,06% |
| Classificação de Risco | 80.000,00  | 0,05 | 0,00% |
| Formador de Mercado (Mensal) | 8.000,00  | 0,00 | 0,00% |
| Agente Fiduciário (Anual) | 10.000,00  | 0,01 | 0,00% |
| Banco Mandatário e Escriturador (Anual) | 30.000,00  | 0,02 | 0,00% |
| Outros**(4)** | 40.000,00  | 0,02 | 0,00% |
| **Total dos Custos** | 10.855.757,00  | 6,72 | 0,67% |
| **Valor Líquido para a Companhia** | 1.604.908.243,00  | 993,28 | 99,33% |

(1) Calculado conforme descrito no item “Remuneração dos Coordenadores” acima.

(2) Sem considerar o exercício das Debêntures Suplementares, as quais não foram emitidas.

(3) Valor a ser definido conforme o volume de Debêntures custodiadas na B3.

(4) Inclui despesas com taxa de registro da Escritura de Emissão, impressão de prospectos, reuniões de *roadshow,* fotocópias no âmbito da Oferta, entre outros.

(5) A Comissão de Colocação equivale a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, com base no prazo médio de 6,5 anos incidente sobre o volume efetivamente distribuído de Debêntures da Terceira Série, com base no preço de integralização ie, até 1 dia útil da data da liquidação financeira das Debêntures. Para fins deste item, utilizamos como montante o valor relativo à emissão das Debêntures da Terceira Série, de R$161.540.000.

(6) A Comissão de Sucesso é calculada da seguinte forma: Valor Nominal Unitário \* Quantidade de Debêntures emitidas na respectiva série \* ((sobretaxa máxima de cada uma das séries apresentadas no Procedimento de Bookbuilding) – (Remuneração da Primeira Série e/ou Remuneração da Terceira Série, conforme definido no Processo de Bookbuilding) \* Prazo Médio \* Comissão de Sucesso (equivalente a 30% (trinta por cento)). “Prazo Médio” significa o prazo médio de pagamentos calculado pela divisão do montante de amortização pelo valor total de emissão sendo esta divisão multiplicada pelos dias úteis entre a Data de Emissão e data do respectivo pagamento.

### *Custo Unitário*

A tabela abaixo apresenta o custo unitário de distribuição das Debêntures objeto desta Oferta:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Valor Nominal Unitário (em R$)** | **Custo Unitário da Distribuição****(em R$)** | **% em relação ao preço unitário** | **Valor Líquido Unitário****(em R$)**(1) |
| Por Debênture | 1.000,00 | 6,72 | 0,67% | 993,28 |

(1) Líquido de comissões e de todas as despesas da Oferta

RELACIONAMENTO ENTRE A EMISSORA E OS COORDENADORES

Relacionamento entre a Emissora e o Coordenador Líder

Para atendimento ao disposto no item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, são descritas abaixo as relações da Emissora (e das sociedades de seu grupo econômico, conforme aplicável) com o Coordenador Líder e seu conglomerado econômico, além do relacionamento referente à presente Oferta:

* + - * 1. o BTG Pactual foi coordenador líder da 4ª emissão de notas promissórias comerciais, em série única, a qual conta com garantia real, para distribuição pública da Emissora, realizada nos termos da Instrução CVM 476, no valor total de R$650.000.000,00, com a emissão de 520 cártulas em 9 de agosto de 2017, com data de vencimento para 05 de fevereiro de 2018, com taxa de juros de 110% do DI. Para atuar nesta oferta o BTG Pactual recebeu remuneração equivalente a R$396.683,45;
				2. o BTG Pactual foi coordenador líder da 4ª emissão de debêntures simples, em série única, da espécie com garantia real, para distribuição pública da Autopista Fernão Dias S.A., realizada nos termos da Instrução CVM 476, no valor total de R$65.000.000,00, com a emissão de 65.000 debêntures em 15 de agosto de 2016, com data de vencimento para 15 de setembro de 2026, com taxa de juros de 7.5284%. Para atuar nesta oferta o BTG Pactual recebeu remuneração equivalente a R$50.000,00;
				3. o BTG Pactual foi coordenador líder da 4ª emissão de debêntures simples, em série única, da espécie quirografária com garantia fidejussória adicional pela Arteris S.A., para distribuição pública da Autovias S.A., realizada nos termos da Instrução CVM 476, no valor total de R$100.000.000,00, com a emissão de 10.000 debêntures em 10 de março de 2017, com data de vencimento para 10 de setembro de 2018, com taxa de juros de DI, acrescida de 1,40%. Para atuar nesta oferta o BTG Pactual recebeu remuneração equivalente a R$435.000,00;
				4. o BTG Pactual foi coordenador líder da 3ª emissão de debêntures simples, em série única, da espécie quirografária com garantia fidejussória adicional pela Arteris S.A., para distribuição pública da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A., realizada nos termos da Instrução CVM 476, no valor total de R$100.000.000,00, com a emissão de 10.000 debêntures em 10 de março de 2017, com data de vencimento para 10 de março de 2019, com taxa de juros de DI, acrescida de 1,25%. Para atuar nesta oferta o BTG Pactual recebeu remuneração equivalente a R$477.000,00;
				5. a Emissora realizou, em 12 de dezembro de 2016, operações de câmbio de compra, as quais envolveram o valor agregado de aproximadamente R$ 789.500.000,00, o que originou o recebimento pelo BTG Pactual de remuneração no valor de R$45.661,20;
				6. a Emissora e outras sociedades do seu grupo econômico investiram ou investem em fundos de investimento administrados pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM, tendo gerado taxas de administração, nos últimos 12 meses, no montante agregado de R$181.147,28;

Nos últimos 12 (doze) meses, o Coordenador Líder e/ou empresas integrantes do seu conglomerado econômico não participaram de operações de reestruturações societárias envolvendo a Emissora e não realizaram qualquer aquisição de títulos e valores mobiliários de emissão da Emissora.

O BTG Pactual, nesta data, não detém valores mobiliários de emissão da Emissora. Todavia, considerando que a Emissora é companhia aberta com ações e outros valores mobiliários negociados em bolsa e mercado de balcão organizado, a BTG Pactual e as empresas integrantes do seu conglomerado econômico, em razão do desenvolvimento normal de seus negócios, podem vir a adquirir direta ou indiretamente valores mobiliários de emissão da Emissora, inclusive por meio de fundos de investimento por ele geridos.

Exceto pelo disposto acima, a Emissora não possui qualquer outro relacionamento relevante com o BTG Pactual ou com o seu conglomerado econômico. A Emissora, na data deste Prospecto, declara que, no seu entendimento, não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do BTG Pactual como Coordenador Líder da Oferta.

O BTG Pactual poderá, no futuro, manter relacionamento comercial com a Emissora, oferecendo seus produtos e/ou serviços para realização de investimentos, emissões de valores mobiliários, fusões e aquisições, financiamento, consultoria financeira e/ou em quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Emissora e de sociedades controladas pela Emissora, podendo vir a contratar com o BTG Pactual ou qualquer outra sociedade de seu conglomerado econômico tais produtos e/ou serviços necessários à condução das atividades da Emissora.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures – Contrato de Distribuição – Comissionamento dos Coordenadores" deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga, pela Emissora ao BTG Pactual ou às sociedades do seu conglomerado econômico no contexto da Oferta, nem qualquer remuneração dependente da Remuneração das Debêntures, não havendo qualquer conflito de interesses envolvendo o BTG Pactual ou qualquer outra sociedade de seu conglomerado econômico com a Emissora referente à atuação desta como Coordenador da Oferta.

Relacionamento entre a Emissora e o Bradesco BBI

Em atendimento ao disposto no item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, além do relacionamento referente a presente Oferta, o Bradesco BBI:

* foi coordenador no âmbito da 4ª emissão de notas promissórias comerciais, em série única, a qual conta com garantia real, para distribuição pública da Emissora, nos termos da Instrução CVM 476, no valor total de R$650.000.000,00, com a emissão de 520 cártulas em 9 de agosto de 2017, com data de vencimento para 05 de fevereiro de 2018, com taxa de juros de 110% do DI, tendo recebido como comissionamento o valor bruto de R$251.798,56;
* é titular de duas notas promissórias no âmbito da 4ª emissão de notas promissórias comerciais, em série única, a qual conta com garantia real, para distribuição pública da Emissora, para distribuição pública nos termos da Instrução CVM 476, no valor total de R$650.000.000,00, com a emissão de 520 cártulas em 9 de agosto de 2017, com data de vencimento para 05 de fevereiro de 2018, com taxa de juros de 110% do DI, no valor de R$2.500.000,00. Adicionalmente, considerando que a Emissora é companhia aberta com ações e outros valores mobiliários negociados em bolsa e mercado de balcão organizado, o Bradesco BBI e as empresas integrantes do seu conglomerado econômico, em razão do desenvolvimento normal de seus negócios, podem vir a adquirir direta ou indiretamente valores mobiliários de emissão da Emissora, inclusive por meio de fundos de investimento por ele geridos; e
* provê cartões de crédito para o grupo econômico da Emissora, com limite global no montante de R$2.600.000,00.

Nos últimos 12 (doze) meses, o Bradesco BBI e/ou empresas integrantes do seu conglomerado econômico não participaram de operações de reestruturações societárias envolvendo a Emissora e não realizaram qualquer aquisição de títulos e valores mobiliários de emissão da Emissora, com exceção das duas notas promissórias adquiridas no âmbito da 4ª emissão de notas promissórias comerciais mencionada acima.

Exceto pelo disposto acima, a Emissora não possui qualquer outro relacionamento relevante com o Bradesco BBI ou com o seu conglomerado econômico. Na opinião da Emissora, não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Bradesco BBI como instituição intermediária de sua Oferta.

Conforme descrito na seção “Destinação dos Recursos”, os recursos líquidos captados pela Companhia por meio das Debêntures, incluindo os recursos obtidos com a alocação das Debêntures Adicionais, serão utilizados para realização, pela Companhia, do resgate antecipado total da Notas Promissórias Comerciais da Companhia. **Dessa forma, a participação do Bradesco BBI na Oferta pode caracterizar conflito de interesses, conforme descrito na seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures – Poderá haver conflito de interesses entre o Bradesco BBI e os investidores da Oferta, tendo em vista que o Bradesco BBI é credor da Companhia no âmbito das Notas Promissórias Comerciais da Companhia, que serão resgatadas pela Companhia com os recursos obtidos por meio da integralização das Debêntures”, na página 108 deste Prospecto.**

O Bradesco BBI poderá, no futuro, manter relacionamento comercial com a Emissora, oferecendo seus produtos e/ou serviços para realização de investimentos, emissões de valores mobiliários, fusões e aquisições, financiamento, consultoria financeira e/ou em quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Emissora e de sociedades controladas pela Emissora, podendo vir a contratar com o Bradesco BBI ou qualquer outra sociedade de seu conglomerado econômico tais produtos e/ou serviços necessários à condução das atividades da Emissora.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto em “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” deste Prospecto Definitivo, não há qualquer outra remuneração a ser paga, pela Emissora ao Bradesco BBI ou a sociedades do seu conglomerado econômico no contexto da Oferta.

Relacionamento entre a Emissora e o Itaú BBA

Para atendimento ao disposto no item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, são descritas abaixo as relações da Emissora (e das sociedades de seu grupo econômico, conforme aplicável) com o Itaú BBA e seu conglomerado econômico, além do relacionamento referente à presente Oferta.

Além do relacionamento relativo à Oferta, o IBBA e/ou sociedades de seu conglomerado econômico mantêm relacionamento comercial com a Emissora e/ou sociedades de seu conglomerado econômico, incluindo operações financeiras dentre as quais se destacam nos últimos 12 (doze) meses, bem como posições em aberto, na data deste Prospecto, as seguintes:

* O IBBA foi coordenador no âmbito da 4ª (quarta) emissão de notas promissórias comerciais, em série única, a qual conta com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução CVM 476, no valor total de R$650.000.000,00, com a emissão de 520 cártulas em 9 de agosto de 2017, com data de vencimento para 05 de fevereiro de 2018 e taxa de juros de 110% do DI, tendo recebido como remuneração o valor de R$354.181,67;
* Serviços de cash management, especificamente (i) cash aplic. aut. com volume médio de R$6.561.798,00, (ii) cobrança com volume médio de R$1.372.855,00, (iii) Adiantamento de recebíveis de cartões de crédito (Dav.) com volume médio de R$17.060.937,00, (iv) folha de pagamentoscom volume médio de R$ 16.719.741,00, (v)fornecedores com volume médio de R$587.608.799,00, e (vi) tributos com volume médio de R$41.016.432,00.
* Contratos de Fiança bancária no valor total de aproximadamente R$3.990.503,57, emitidas em 12/09/2016, 28/03/2017 e 21/06/2017, com vencimentos em 23/08/2018, 28/03/2018 e 21/06/2018 e comissão de R$5.000,00 antecipada e única e R$1.500,00, postecipada e trimestral, 3% a.a., antecipada e trimestral, sem garantia. Afiançada: Arteris S.A.
* Empréstimo concedido à Autopista Fernão Dias S.A. no âmbito do FINAME, no valor de, aproximadamente, R$449.722.000,36 celebrado em 25/07/2014 com vencimento em 15/06/2019, garantido por aval e alienação fiduciária de máquinas e equipamentos da Emissora, e taxa média de 6% a.a.
* Aplicações da Arteris S.A. e AutoPista Fernão Dias S.A. em Compromissada, no valor atualizado de, aproximadamente, R$80.000.000,00, com vencimento em 8 de setembro de 2017 e taxa de juros de 60% do CDI.

O Itaú BBA e/ou sociedades de seu conglomerado econômico nos últimos 12 (doze) meses não participaram de operações de reestruturações societárias envolvendo a Emissora e/ou sociedades de seu grupo econômico e não realizaram qualquer aquisição de títulos e valores mobiliários de emissão da Emissora.

O Itaú BBA, nesta data, não detém valores mobiliários de emissão da Emissora. Todavia, considerando que a Emissora é companhia aberta com ações e outros valores mobiliários negociados em bolsa e mercado de balcão organizado, a Itaú BBA e as sociedades de seu conglomerado econômico, em razão do desenvolvimento normal de seus negócios, podem vir a adquirir direta ou indiretamente valores mobiliários de emissão da Emissora, inclusive por meio de fundos de investimento por ele geridos.

Exceto pelo disposto acima, a Emissora e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Itaú BBA ou seu conglomerado econômico. Na opinião da Emissora, não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Itaú BBA como instituição intermediária de sua Oferta.

O Itaú BBA poderá no futuro manter relacionamento comercial com a Emissora e/ou suas Controladas, oferecendo seus produtos e/ou serviços no assessoramento para realização de investimentos, fusões e aquisições, financiamento e/ou em quaisquer outras operações de banco de investimento, podendo vir a contratar com o Itaú BBA ou qualquer outra sociedade de seu conglomerado econômico tais produtos e/ou serviços de banco de investimento necessárias à condução das atividades da Emissora.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto em “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” deste Prospecto Definitivo, não há qualquer outra remuneração a ser paga, pela Emissora ao Itaú BBA ou a sociedades do seu conglomerado econômico no contexto da Oferta, não havendo qualquer conflito de interesses envolvendo o Itaú BBA ou qualquer outra sociedade de seu conglomerado econômico com a Emissora ou qualquer outra sociedade do seu grupo econômico referente à atuação deste como instituição intermediária da Oferta.

Relacionamento entre a Emissora e o BB-BI

Para atendimento ao disposto no item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, são descritas abaixo as relações da Emissora com o BB-BI e seu conglomerado econômico, além do relacionamento referente a presente Oferta.

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, a Emissora e outras empresas de seu grupo econômico mantém relacionamento comercial com o Banco do Brasil S.A., acionista controlador do BB-BI, que consiste nas seguintes transações relacionadas à prestação de serviços bancários em geral:

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Modalidade** | **Valor (saldo)** | **Garantias** | **Data da Contratação** | **Vencimento** | **Remuneração** |
| **1.** | Finame  | R$ 142.118,00  | Alienação dos bens | 08/10/14 | 15/10/17 | 6% |
| **2** | Finame | R$ 43.500,00 | Alienação dos bens | 30/10/14 | 15/11/17 | 6% |

Ademais, o conglomerado econômico Banco do Brasil S.A. presta ainda serviços de vale benefícios para a Emissora e empresas de seu grupo.

O BB-BI ou entidade do seu conglomerado econômico não adquiriu ou vendeu valores mobiliários de emissão da Emissora desde a contratação para a coordenação desta Oferta.

O BB-BI, nesta data, não detém valores mobiliários de emissão da Emissora. Todavia, considerando que a Emissora é companhia aberta com ações e outros valores mobiliários negociados em bolsa e mercado de balcão organizado, a BB-BI e/ou as entidades de seu grupo econômico, em razão do desenvolvimento normal de seus negócios, podem vir a adquirir direta ou indiretamente valores mobiliários de emissão da Emissora, inclusive por meio de fundos de investimento por ele geridos.

O BB-BI atuou como coordenador no âmbito da 4ª emissão de notas promissórias da Emissora por meio de oferta com esforços restritos de distribuição, no montante de R$ 650.000.000,00, na qual o BB-BI era um dos coordenadores. Em 09 de agosto de 2017 foram emitidas 520 cártulas, com data de vencimento para 05 de fevereiro de 2018, com taxa de juros de 110% do DI. Para atuar nesta oferta, o BB-BI recebeu remuneração equivalente a R$ 239.959,49 e não adquiriu nenhuma das notas promissórias emitidas.

Não há quaisquer títulos ou obrigações com o BB-BI concedendo direito de subscrição de ações representativas do capital social da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, bônus de subscrição e/ou opções.

O BB-BI ou entidade do seu conglomerado econômico não participou em operações de reestruturações societárias envolvendo a Emissora ocorridas nos últimos 12 meses.

Na data deste Prospecto, além do disposto acima e do relacionamento referente à Oferta, a Emissora não tinha qualquer outro relacionamento com o BB-BI ou entidade do seu conglomerado econômico. O BB-BI poderá no futuro manter relacionamento comercial com a Emissora, oferecendo seus produtos e/ou serviços no assessoramento para realização de investimentos, fusões e aquisições, financiamento e/ou em quaisquer outras operações de banco de investimento, podendo a Emissora vir a contratar com o BB-BI ou qualquer outra sociedade de seu conglomerado econômico tais produtos e/ou serviços de banco de investimento necessárias à condução das atividades da Emissora.

A Emissora entende que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do BB-BI como instituição intermediária de sua Oferta.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto em “Informações Sobre a Oferta – Custos Estimados da Oferta” deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga, pela Emissora ao BB-BI ou a sociedades do seu conglomerado econômico no contexto da Oferta.

**Relacionamento entre a Emissora e a XP Investimentos**

Em atendimento ao disposto no item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, além do relacionamento referente a presente Oferta, a XP Investimentos foi coordenadora no âmbito da 4ª emissão de notas promissórias comerciais, em série única, a qual conta com garantia real, para distribuição pública da Emissora, para distribuição pública nos termos da Instrução CVM 476, no valor total de R$650.000.000,00, com a emissão de 520 cártulas em 09 de agosto de 2017, com data de vencimento para 5 de fevereiro de 2018 e taxa de juros de 110% do DI. Para atuar nesta oferta, a XP Investimentos recebeu remuneração equivalente a R$170.007,21 e não adquiriu nenhuma das notas promissórias emitidas.

A XP Investimentos, nesta data, não detém, diretamente, valores mobiliários de emissão da Emissora.

Além disso, considerando que a Emissora é companhia aberta com ações e outros valores mobiliários negociados em bolsa e mercado de balcão organizado, a XP Investimentos e as empresas de seu grupo econômico, em razão do desenvolvimento normal de seus negócios, podem vir a adquirir direta ou indiretamente valores mobiliários de emissão da Emissora, inclusive por meio de fundos de investimento por ele geridos.

Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, XP Investimentos e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Debêntures; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação da XP Investimentos no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

A XP Investimentos e/ou empresas de seu conglomerado econômico nos últimos 12 (doze) meses não participaram de operações de reestruturações societárias envolvendo a Emissora e/ou empresas de seu grupo econômico.

Exceto pelo disposto acima, a Emissora e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com a XP Investimentos ou seu conglomerado econômico. Na opinião da Emissora, não há qualquer conflito de interesse referente à atuação da XP Investimentos como instituição intermediária de sua Oferta.

A XP Investimentos poderá no futuro manter relacionamento comercial com a Emissora e/ou suas Controladas, oferecendo seus produtos e/ou serviços no assessoramento para realização de investimentos, fusões e aquisições, financiamento e/ou em quaisquer outras operações relacionadas, podendo vir a contratar com a XP Investimentos ou qualquer outra sociedade de seu conglomerado econômico tais produtos e/ou serviços necessárias à condução das atividades da Emissora.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto em “Informações Sobre a Oferta – Custos Estimados da Oferta” deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga, pela Emissora à XP Investimentos ou a sociedades do seu conglomerado econômico no contexto da Oferta.

FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS DEBÊNTURES

*Esta seção contempla, exclusivamente, os fatores de risco diretamente relacionados às Debêntures e à Oferta e não descreve todos os fatores de risco relativos à Emissora e suas atividades, os quais o investidor deve considerar antes de adquirir Debêntures no âmbito da Oferta.*

*O investimento nas Debêntures envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento nas Debêntures, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto e no Formulário de Referência, incluindo os riscos mencionados abaixo e os riscos constantes da seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência e as demonstrações financeiras da Emissora e respectivas notas explicativas. A leitura deste Prospecto não substitui a leitura do Formulário de Referência. Os negócios, a situação financeira, os resultados operacionais, o fluxo de caixa, a liquidez e/ou os negócios atuais e futuros da Emissora podem ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco mencionados abaixo e na seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência. O preço de mercado das Debêntures e a capacidade de pagamento da Emissora podem ser adversamente afetados em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder parte substancial ou a totalidade de seu investimento nas Debêntures.*

***Recomenda-se aos investidores interessados que contatem seus consultores jurídicos e financeiros antes de investir nas Debêntures.***

*Os potenciais investidores podem perder parte substancial ou todo o seu investimento. Os riscos descritos abaixo e na seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência são aqueles que a Emissora e os Coordenadores conhecem e que acreditam que atualmente podem afetar de maneira adversa as Debêntures e a Oferta, podendo riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidos pela Emissora e pelos Coordenadores, ou que estes considerem atualmente irrelevantes, também prejudicar as atividades, situação financeira e resultados operacionais da Emissora, a Oferta e/ou as Debêntures de maneira significativa.*

*Os fatores de risco relacionados à Emissora, seus controladores, seus acionistas, suas controladas, seus investidores e ao seu ramo de atuação estão disponíveis em seu Formulário de Referência, no item “4. Fatores de Risco”, anexo a este Prospecto.*

*Para os fins desta seção, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Emissora, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, na situação financeira, nos resultados operacionais, no fluxo de caixa, na liquidez e/ou nos negócios atuais e futuros da Emissora, bem como no preço das Debêntures. Expressões similares incluídas nesta seção devem ser compreendidas nesse contexto.*

***As Debêntures são da espécie quirografária.***

As Debêntures não contarão com qualquer garantia ou preferência em relação aos nossos demais credores, pois são da espécie quirografária. Dessa forma, na hipótese de falência da Emissora, os Debenturistas estarão subordinados aos nossos demais credores e somente preferirão aos titulares de créditos subordinados aos demais credores, se houver, e acionistas da Emissora em relação à ordem de recebimento de seus créditos. Em caso de falência, não podemos garantir que os Debenturistas receberão a totalidade ou mesmo parte dos seus créditos.

***Caso seja verificada a implementação da Condição Suspensiva, a Emissão passará a contar com Garantias Reais. As Garantias Reais podem ser insuficientes para quitar o saldo devedor das Debêntures em caso de inadimplemento das obrigações da Emissora com relação à Emissão.***

Caso seja verificada a implementação da Condição Suspensiva, as Debêntures contarão com as Garantias Reais. Estando em vigor as Garantias Reais, no caso de a Emissora não cumprir suas obrigações no âmbito da Emissão, os Debenturistas dependerão do processo de excussão das Garantias Reais, judicial ou extrajudicialmente, o qual pode ser demorado e cujo sucesso está sujeito a diversos fatores que estão fora do controle da Emissora. Dessa forma, não há como garantir que os titulares das Debêntures receberão a totalidade ou mesmo parte dos seus créditos.

***As Debêntures apenas passarão a contar com Garantias Reais após a implementação da Condição Suspensiva. Caso a Condição Suspensiva não seja implementada, as Debêntures poderão vencer antecipadamente.***

Caso não seja verificada a implementação da Condição Suspensiva, as Debêntures poderão vencer antecipadamente, nos termos dos documentos da Oferta. Nesse caso, não há como garantir que os titulares das Debêntures receberão a totalidade ou mesmo parte dos seus créditos.

***A Taxa DI utilizada para a remuneração das Debêntures da Primeira Série pode ser considerada nula em decorrência da Súmula nº 176 do Superior Tribunal de Justiça.***

A Súmula nº 176, editada pelo Superior Tribunal de Justiça, enuncia que é nula a cláusula contratual que sujeita o devedor à taxa de juros divulgada pela ANBIMA/CETIP. A referida súmula não vincula as decisões do Poder Judiciário e decorreu do julgamento de ações judiciais em que se discutia a validade da aplicação da Taxa DI divulgada pela ANBIMA/CETIP em contratos utilizados em operações bancárias ativas.

Há a possibilidade de, numa eventual disputa judicial, a Súmula nº 176 vir a ser aplicada pelo Poder Judiciário para considerar que a Taxa DI não é válida como fator de remuneração das Debêntures da Primeira Série. Em se concretizando esta hipótese, o índice que vier a ser indicado pelo Poder Judiciário para substituir a Taxa DI poderá conceder aos Debenturistas uma remuneração inferior à Taxa DI, prejudicando a rentabilidade das Debêntures da Primeira Série.

***A volatilidade do mercado de capitais brasileiro e a baixa liquidez do mercado secundário brasileiro de debêntures pode dificultar a venda das Debêntures e afetar o valor a ser recebido por seus titulares.***

O investimento em valores mobiliários negociados em países de economia emergente, tais como o Brasil, envolve frequentemente um maior grau de risco se comparado a investimentos em valores mobiliários de empresas localizadas em mercados de títulos internacionais. O mercado de capitais brasileiro é significativamente menor, menos líquido, mais concentrado e geralmente mais volátil do que alguns mercados internacionais, como o dos Estados Unidos.

Atualmente, o mercado secundário brasileiro apresenta baixa liquidez para negociações de debêntures. Os subscritores das Debêntures não têm nenhuma garantia de que no futuro terão um mercado líquido em que possam negociar a alienação desses títulos, caso queiram optar pelo desinvestimento. Isso pode trazer dificuldades aos titulares de Debêntures que queiram vendê-las no mercado secundário.

***A percepção de riscos em outros países, especialmente em outros países de economia emergente, poderá afetar o valor de mercado de títulos e de valores mobiliários brasileiros, incluindo as Debêntures.***

O investimento em títulos de mercados emergentes, entre os quais se inclui o Brasil, envolve um risco maior do que os investimentos em títulos de emissores de países desenvolvidos, podendo esses investimentos ser tidos como sendo de natureza especulativa. Os investimentos em valores mobiliários brasileiros, tais como as Debêntures, estão sujeitos a riscos econômicos e políticos desses países que podem afetar a capacidade dos emissores destes valores mobiliários de cumprir com suas obrigações. Eventos econômicos e políticos nesses países podem, ainda, ter como consequência restrições a investimentos estrangeiros e/ou à repatriação de capital investido. A Emissora não pode garantir que não ocorrerão no Brasil eventos políticos ou econômicos que poderão interferir nas atividades da Emissora, conforme descrito acima.

***O eventual rebaixamento na classificação de risco atualmente atribuída às Debêntures poderá dificultar a captação de recursos pela Emissora, bem como acarretar a redução de liquidez das Debêntures para negociação no mercado secundário.***

Para se realizar uma classificação de risco (*rating*), certos fatores relativos à Emissora são levados em consideração, tais como sua condição financeira, sua administração e seu desempenho. São analisadas, também, as características das Debêntures, assim como as obrigações assumidas pela Emissora e os fatores político-econômicos que podem afetar a condição financeira da Emissora. Dessa forma, as avaliações representam uma opinião quanto às condições da Emissora de honrar seus compromissos financeiros, tais como pagamento do principal e juros nos prazos estipulados. Um eventual rebaixamento em classificações de risco obtidas com relação à Oferta e/ou à Emissora durante a vigência das Debêntures poderá afetar negativamente o preço dessas Debêntures e sua negociação no mercado secundário.

Adicionalmente, alguns dos principais investidores que adquirem valores mobiliários por meio de ofertas públicas no Brasil (tais como entidades de previdência complementar) estão sujeitos a regulamentações específicas que condicionam seus investimentos em valores mobiliários a determinadas classificações de risco. Assim, o rebaixamento de classificações de risco obtidas com relação às Debêntures pode obrigar esses investidores a alienar suas Debêntures no mercado secundário, podendo vir a afetar negativamente o preço dessas Debêntures e sua negociação no mercado secundário.

***Poderá haver conflito de interesses entre o Bradesco BBI e os investidores da Oferta, tendo em vista que o Bradesco BBI é credor da Companhia no âmbito das Notas Promissórias Comerciais da Companhia, que serão resgatadas pela Companhia com os recursos obtidos por meio da integralização das Debêntures.***

As Notas Promissórias Comerciais da Companhia foram parcialmente subscritas e integralizadas pelo Bradesco BBI, no montante de R$2,5 milhões. Dessa forma, o Bradesco BBI pode ter conflito de interesse vinculado à conclusão da Oferta, uma vez que parte dos recursos líquidos captados pela Companhia por meio da Oferta serão destinados ao resgate antecipado total das Notas Promissórias Comerciais da Companhia. Para mais informações, veja as seções “Destinação dos Recursos” e “Relacionamento entre a Companhia e os Coordenadores”, nas páginas 114 e 102 deste Prospecto, respectivamente.

***A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding pode ter impactado adversamente a definição da Remuneração das Debêntures, e o investimento nas Debêntures por investidores institucionais que sejam Pessoas Vinculadas pode ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário.***

Foi aceita a participação de Investidores Institucionaisque sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, não havendo limite para sua participação. Considerando que não foi verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Debêntures (sem considerar as Debêntures Adicionais e as Debêntures Suplementares), foi permitida a colocação de Debêntures perante Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, não tendo havido limite máximo para sua participação.

Dessa forma, a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* pode ter resultado em má formação da taxa final da remuneração das Debêntures. Além disso, a participação de investidores que sejam Pessoas Vinculadas pode ter um efeito adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário, uma vez que as Pessoas Vinculadas podem optar por manter suas Debêntures fora de circulação, influenciando a liquidez. Não temos como garantir que referidas Pessoas Vinculadas não optarão por manter suas Debêntures fora de circulação.

Assim sendo, a participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* pode ter impactado adversamente a definição da Remuneração das Debêntures, e o investimento nas Debêntures por Investidores Institucionais ou Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas pode ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário.

***As informações acerca do futuro da Emissora contidas neste Prospecto podem não ser precisas.***

Este Prospecto Definitivo contém informações acerca das perspectivas do futuro da Emissora, as quais refletem as opiniões da Emissora em relação ao desenvolvimento futuro. Não há garantias de que o desempenho futuro da Emissora será consistente com tais informações. Os eventos futuros poderão diferir sensivelmente das tendências aqui indicadas, dependendo de vários fatores discutidos nesta seção e na seção “Fatores de Risco” e “Riscos de Mercado”, constantes da seção 4 do Formulário de Referência da Emissora, e em outras seções deste Prospecto Definitivo.

As expressões “acredita que”, “espera que” e “antecipa que”, bem como outras expressões similares, identificam informações acerca das perspectivas do futuro da Emissora que não representam qualquer garantia quanto a sua ocorrência. Os potenciais investidores são advertidos a examinar com toda a cautela e diligência as informações contidas neste Prospecto Definitivo e a não tomar decisões de investimento unicamente baseados em previsões futuras ou expectativas. Não assumimos qualquer obrigação de atualizar ou revisar quaisquer informações acerca das perspectivas de nosso futuro, exceto pelo disposto na regulamentação aplicável, e a não concretização das perspectivas do futuro da Emissora divulgadas podem gerar um efeito negativo relevante em nossos resultados e operações.

***A Oferta será realizada em 2 (duas) séries, sendo que a alocação das Debêntures entre as séries foi definida no Procedimento de Bookbuilding, o que poderá afetar a liquidez da(s) série(s) com menor demanda.***

O número de Debêntures a ser alocado em cada série da Emissão foi definido de acordo com a demanda das Debêntures pelos investidores institucionais apurada em Procedimento de *Bookbuilding*, observado que a alocação das Debêntures entre as séries ocorreu por meio do Sistema de Vasos Comunicantes, não tendo sido alocadas as Debêntures da segunda série, de acordo com o plano de distribuição elaborado pelos Coordenadores, o que poderá afetar a liquidez da(s) série(s) com menor demanda.

Por fim, os Debenturistas das séries com menor volume alocado poderão enfrentar dificuldades para aprovação de temas de seu interesse em Assembleias Gerais de Debenturistas de todas as séries.

***Caso as Debêntures da Terceira Série deixem de satisfazer determinadas características que a enquadrem como Debêntures Incentivadas, a Emissora não pode garantir que elas continuarão a receber o tratamento tributário diferenciado previsto na Lei nº 12.431.***

Nos termos da Lei n° 12.431, foi reduzida para 0% a alíquota do imposto de renda incidente sobre os rendimentos auferidos por pessoas residentes ou domiciliadas no exterior que tenham se utilizado dos mecanismos de investimento da Resolução CMN 4.373 e que não sejam residentes ou domiciliados em País de Tributação Favorecida (“Pessoas Residentes no Exterior”) em decorrência da titularidade de, dentre outros, debêntures que atendam a determinadas características (“Debêntures Incentivadas”), como as Debêntures da Terceira Série dessa Oferta, e que tenham sido objeto de oferta pública de distribuição por pessoas jurídicas de direito privado não classificadas como instituições financeiras e regulamentadas pelo CMN ou CVM, como a Emissora.

Adicionalmente, a Lei n° 12.431 estabeleceu que os rendimentos auferidos por pessoas físicas residentes ou domiciliadas no Brasil (“Pessoas Físicas Residentes no Brasil” e, em conjunto com as Pessoas Residentes no Exterior, “Pessoas Elegíveis”) em decorrência de sua titularidade de Debêntures Incentivadas, como as Debêntures da Terceira Série, que tenham sido emitidas por concessionárias, permissionárias, autorizatárias ou arrendatárias, constituídas sob a forma de sociedade por ações de propósito específico, para implementar projetos de investimento na área de infraestrutura, como a Emissora, sujeitam-se à incidência do imposto sobre a renda na fonte à alíquota de 0%, desde que os projetos de investimento na área de infraestrutura sejam considerados como prioritários na forma regulamentada pelo Governo Federal.

São consideradas Debêntures Incentivadas as debêntures que, além dos requisitos descritos acima, apresentem, cumulativamente, as seguintes características: (1) sejam remuneradas por taxa de juros prefixada, vinculada a índice de preço ou à taxa referencial, (2) não admitam a pactuação total ou parcial de taxa de juros pós-fixada, (3) apresentem prazo médio ponderado superior a quatro anos, (4) não admitam a sua recompra pelo respectivo emissor ou parte a ele relacionada nos dois primeiros anos após a sua emissão, tampouco a sua liquidação antecipada por meio de resgate ou pré-pagamento nos quatro primeiros anos após sua emissão, sendo vedada sua liquidação antecipada parcial das debêntures por meio de resgate ou pré-pagamento, (5) não estabeleçam compromisso de revenda assumido pelo respectivo titular, (6) apresentem prazo de pagamento periódico de rendimentos, se existente, com intervalos de, no mínimo, 180 dias, (7) comprove-se a sua negociação em mercados regulamentados de valores mobiliários no Brasil, e (8) os recursos captados com as Debêntures Incentivadas sejam alocados em projetos de investimento na área de infraestrutura considerados como prioritários na forma regulamentada pelo Governo Federal.

Dessa forma, caso as Debêntures da Terceira Série deixem de satisfazer qualquer uma das características relacionadas nos itens (1) a (8) do parágrafo anterior, não podemos garantir que as Debêntures da Terceira Série continuarão a receber o tratamento tributário diferenciado previsto na Lei n° 12.431. Nessa hipótese, não podemos garantir que os rendimentos auferidos em decorrência da titularidade das Debêntures pelas Pessoas Elegíveis continuarão a ser tributados a alíquota de 0%, passando a ser tributados a alíquota variável de 15% a 22,5% para Pessoas Físicas Residentes no Brasil e 15% ou 25%, conforme as Pessoas Residentes do Exterior sejam ou não residentes ou domiciliados em País de Tributação Favorecida. Da mesma forma, não podemos garantir que os rendimentos auferidos desde a Data de Integralização das Debêntures da Terceira Série não serão cobrados pelas autoridades brasileiras competentes, acrescido de juros calculados segundo a taxa SELIC e multa.

Além disso, não podemos garantir que a Lei n° 12.431 não será novamente alterada, questionada, extinta ou substituída por leis mais restritivas, o que poderia afetar ou comprometer o tratamento tributário diferenciado previsto na Lei n° 12.431 conferido às Debêntures.

Adicionalmente, na hipótese de não aplicação dos recursos oriundos das Debêntures da Terceira Série nos Projetos, é estabelecida uma penalidade de 20% sobre o valor não destinado aos Projetos, sendo mantido o tratamento tributário diferenciado previsto na Lei n° 12.431 aos investidores nas Debêntures da Terceira Série que sejam Pessoas Elegíveis. Não podemos garantir que teremos recursos suficientes para o pagamento dessa penalidade ou, se tivermos, que isso não terá um efeito adverso para a Emissora. Considerando que as Portarias foram expedidas até a data de divulgação do Anúncio de Início, as Debêntures da Terceira Série serão emitidas.

***As Debêntures poderão ser objeto de Aquisição Facultativa, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o que poderá impactar de maneira adversa na liquidez das Debêntures no mercado secundário.***

Conforme descrito na Escritura de Emissão, de acordo com informações descritas na Seção “Informações Relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures – Características da Emissão e das Debêntures – Aquisição Facultativa”, deste Prospecto, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério e (a) a qualquer momento, no que se refere às Debêntures da Primeira Série em circulação; e (b) a partir de 15 de novembro de 2019 (ou prazo inferior que venha a ser autorizado pela legislação ou regulamentação aplicáveis), inclusive, nos termos do artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, da Lei nº 12.431, no que se refere às Debêntures da Terceira Série em circulação, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, adquirir Debêntures em circulação por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora, ou por valor superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observadas as regras expedidas pela CVM.

Caso a Emissora adquira Debêntures em Circulação, por meio de Aquisição Facultativa, os Debenturistas poderão sofrer prejuízos financeiros em decorrência de tal aquisição, e ter seu horizonte de investimento reduzido, não havendo qualquer garantia de que existirão, no momento da aquisição, outros ativos no mercado de risco e retorno semelhantes às Debêntures. Além disso, a realização de aquisição antecipada poderá ter impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário, uma vez que conforme o caso, parte considerável das Debêntures poderão ser retiradas de negociação.

***As Debêntures poderão ser objeto de Resgate Antecipado Facultativo Total, nos termos previstos na Escritura de Emissão.***

De acordo com as informações descritas na Seção “Informações Relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures – Características da Emissão e das Debêntures – Resgate Antecipado Facultativo Total”, a Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos na Escritura, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas, realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures: (a) a partir de 15 de outubro de 2020, no que se refere às Debêntures da Primeira Série em Circulação; e (b) a partir de 15 de outubro de 2021, no que se refere às Debêntures da Terceira Série em Circulação.

Caso a Emissora adquira Debêntures em Circulação, por meio do Resgate Antecipado Facultativo Total, os Debenturistas poderão sofrer prejuízos financeiros em decorrência de tal resgate antecipado, e ter seu horizonte de investimento reduzido, não havendo qualquer garantia de que existirão, no momento da aquisição, outros ativos no mercado de risco e retorno semelhantes às Debêntures. Além disso, a atual legislação tributária referente ao imposto sobre a renda determina alíquotas diferenciadas em decorrência do prazo de aplicação, o que poderá implicar em uma alíquota superior a que seria aplicada caso as Debêntures fossem liquidadas apenas na data de seu respectivo vencimento.

***As Debêntures poderão ser objeto de Resgate Obrigatório na hipótese em que a Emissora e os Debenturistas não cheguem a um acordo quanto à Taxa Substitutiva do IPCA ou do DI ou a(s) Assembleia(s) Geral de Debenturistas convocada(s) especificamente para deliberar sobre a(s) taxa(s) substitutiva(s) não seja(m) instalada(s).***

Poderá ocorrer o Resgate Obrigatório das Debêntures, observado o disposto na Seção “Informações Relativas À Emissão, À Oferta E Às Debêntures – Indisponibilidade da Taxa DI e IPCA” deste Prospecto Definitivo, nas hipóteses (i) em que a Emissora e os Debenturistas não cheguem a um acordo quanto Taxa Substitutiva do IPCA ou do DI; ou (ii) em que a Assembleia(s) Geral de Debenturistas convocada(s) especificamente para deliberar sobre a(s) taxa(s) substitutiva(s) não seja(m) instalada(s) em segunda convocação. Os Debenturistas poderão sofrer prejuízos financeiros em decorrência do Resgate Obrigatório, que deverá observar o disposto na Seção “Informações Relativas À Emissão, À Oferta E Às Debêntures – Indisponibilidade da Taxa DI e IPCA” deste Prospecto Definitivo, não havendo qualquer garantia de que existirão, no momento do Resgate Obrigatório, outros ativos no mercado de risco e retorno semelhantes às Debêntures. Além disso, a atual legislação tributária referente ao imposto sobre a renda determina alíquotas diferenciadas em decorrência do prazo de aplicação, o que poderá implicar em uma alíquota superior a que seria aplicada caso as Debêntures fossem liquidadas apenas na data de seu respectivo vencimento.

***As obrigações da Emissora constantes da Escritura de Emissão estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado.***

A Escritura de Emissão estabelece diversas hipóteses que podem ensejar o vencimento antecipado das obrigações com relação às Debêntures. Não há garantias de que a Emissora disporá de recursos suficientes em caixa para fazer face ao pagamento integral da dívida representada pelas Debêntures na ocorrência de vencimento antecipado de suas obrigações no âmbito da Oferta, hipótese que poderá acarretar um impacto negativo relevante aos Debenturistas, incluindo a sua capacidade de receber pontual e integralmente os valores que lhes forem devidos nos termos da Escritura de Emissão, e a nós. Para descrição completa dos Eventos de Vencimento Antecipado, ver seção “Informações Relativas à Emissão, a Oferta e às Debêntures – Características da Emissão e das Debêntures – Eventos de Vencimento Antecipado” deste Prospecto Definitivo.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Estimamos receber em decorrência da Oferta recursos líquidos no montante de aproximadamente R$1.604.908.243,00 (um bilhão, seiscentos e quatro milhões, novecentos e oito mil, duzentos e quarenta e três), após dedução das comissões e despesas devidas por nós no âmbito da Oferta, considerando as Debêntures Adicionais e sem considerar as Debêntures Suplementares, as quais não serão emitidas.

Para mais informações acerca das comissões e despesas da Oferta, veja a seção “*Custos Estimados da Oferta*”, na página 104 deste Prospecto.

Estimamos utilizar a totalidade dos recursos líquidos captados pela Companhia com a Oferta, incluindo os recursos captados por meio das Debêntures Adicionais, da seguinte forma:

***(i)*** *Destinação dos Recursos das Debêntures da Primeira Série*

Os recursos líquidos captados pela Emissora com a colocação das Debêntures da Primeira Série serão destinados ao resgate antecipado total da 4ª (quarta) emissão pública de notas promissórias comerciais com esforços restritos da Companhia (“Quarta Emissão Pública de Notas Comerciais da Companhia” e (“Notas Promissórias Comerciais”, respectivamente) e o saldo remanescente após tal resgate será destinado ao reforço de capital de giro da Companhia.

A Quarta Emissão Pública de Notas Promissórias Comerciais da Companhia foi realizada em 9 de agosto de 2017, sendo seu vencimento devido em 5 de fevereiro de 2018. A Emissão foi composta por 520 Notas Promissórias Comerciais, perfazendo o montante total de R$650.000.000,0 (seiscentos e cinquenta milhões de reais). Sobre as Notas Promissórias Comerciais incidirão juros remuneratórios correspondentes a 110,00% da variação acumulada das taxas médias diárias das Taxas DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, desde a data da emissão até a data do seu efetivo pagamento. Os recursos líquidos captados por meio da Emissão das Notas Promissórias Comerciais serão destinados para (a) investimentos e/ou reembolso de gastos, despesas e/ou dívidas relacionados a investimentos; e (b) reforço do capital de giro da Companhia, sendo que a Companhia destinará até R$130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais) para os Projetos, sendo (i) o montante de até R$70.000.000,00 (setenta milhões de reais) para investimento no Projeto Regis Bittencourt e (ii) o montante de até R$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) para investimento no Projeto Fluminense, conforme detalhado abaixo.

Os recursos das Debêntures da Primeira Série foram suficientes para o pagamento da totalidade das Notas Promissórias Comerciais da Companhia, portanto, a Companhia não utilizará parte dos recursos das Debêntures da Terceira Série no resgate das Notas Promissórias Comerciais ou recursos próprios ou ainda outras fontes decorrentes de financiamentos adicionais e do caixa decorrente das suas atividades operacionais.

***(ii)*** *Destinação dos Recursos das Debêntures da Terceira Série*

Os recursos líquidos captados pela Emissora por meio das Debêntures da Terceira Série serão destinados ao pagamento futuro ou no reembolso de despesas, gastos e/ou dívidas relacionados aos investimentos nos Projetos, considerados prioritários pelo Ministério dos Transportes (“Projetos”) e poderiam ter sido utilizados parcialmente, até o montante de R$130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais), no resgate antecipado total das Notas Promissórias Comerciais da Companhia. Os recursos captados com as Notas Promissórias Comerciais foram parcialmente utilizados no desenvolvimento dos Projetos.

Os recursos captados por meio das Debêntures da Terceira Série estavam limitados a R$1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais, correspondente a 80% (oitenta por cento) do Valor Total da Emissão), sendo que os recursos captados por meio da Debêntures da Terceira Série que seriam destinados ao resgate das Notas Promissórias Comerciais já estão considerados nesse valor.

Abaixo, encontram-se descritas as principais características dos Projetos:

|  |  |
| --- | --- |
| **Objetivo do Projeto****Regis Bittencourt** | Duplicação da Rodovia Autopista Régis Bittencourt BR-116/SP, entre os municípios de Juquitiba e Miracatu no Estado de São Paulo, com extensão de 30,5 km, entre o km 336,7 e km 367,2 e obras de recuperação de pavimento |
| **Data de início do Projeto** | Julho de 2010 |
| **Fase atual do Projeto** | Execução dos trabalhos finais da duplicação |
| **Estimativa de encerramento do Projeto** | Fevereiro de 2018 |
| **Volume estimado de recursos financeiros necessários para a realização do Projeto (“Volume estimado dos Recursos para Realização do Projeto”)**  | O valor de investimento no Projeto é estimado em aproximadamente R$1.580.000.000,00 (um bilhão, quinhentos e oitenta milhões de reais) |
| **Valor das Debêntures que será destinado ao Projeto (“Valor das Debêntures Destinado ao Projeto”)** | Até R$209.504.680,00 (duzentos e nove milhões, quinhentos e quatro mil, seiscentos e oitenta reais), levando-se em conta as Debêntures Suplementares que poderiam ter sido emitidas. |
| **Alocação dos recursos a serem captados por meio das Debêntures**  | Os recursos a serem captados pelas Debêntures da Terceira Série deverão ser utilizados para o reembolso de despesas, gastos e/ou dívidas relacionados aos investimentos no Projeto, na forma e prazo previstos na Lei 12.431/11  |
| **Percentual dos recursos financeiros das Debêntures da Terceira Série frente às necessidades de recursos para a conclusão do Projeto 1** | 136,2%  |
| **Percentual da alocação dos recursos financeiros das Debêntures da Terceira Série**  | Até 54,2% |
| **Percentual dos recursos líquidos estimado decorrentes das Notas Promissórias Comerciais que futuramente serão destinados a este Projeto** | Até 10,8%  |

**1 O percentual é calculado dividindo-se o Valor das Debêntures Destinado ao Projeto pelo valor estimado para a conclusão do Projeto Régis Bittencourt. O percentual resultante de 136,2% deriva do reduzido valor remanescente para a conclusão do Projeto, sendo quase a totalidade do Valor das Debêntures Destinado ao Projeto utilizado para o reembolso de despesas do Projeto Régis Bittencourt. Adicionalmente, o cálculo do Valor das Debêntures Destinados ao Projeto dividido pelo Volume Estimado dos Recursos para Realização do Projeto é de 13%.**

|  |  |
| --- | --- |
| **Objetivo do Projeto****Fluminense** | Duplicação da Rodovia Autopista Fluminense BR-101/RJ entre os Municípios de Rio Bonito e Campos dos Goytacazes no Estado do Rio de Janeiro, com extensão de 176,6 km, implantação de 20 trevos em desnível de acesso e retorno, 18 pontes, a correção de traçado na pista existente entre os km 84,6 e km 101,7 e obras de recuperação de pavimento |
| **Data de início do Projeto** | Setembro de 2010 |
| **Fase atual do Projeto** | Execução da duplicação e dos trevos em desnível |
| **Estimativa de encerramento do Projeto** | Junho de 2021 |
| **Volume estimado de recursos financeiros necessários para a realização do Projeto**  (“**Volume Estimado dos Recursos para Realização do Projeto”)** | O valor de investimento no Projeto é estimado em aproximadamente R$1.844.000.000,00 (um bilhão, oitocentos e quarenta e quatro  milhões de reais) |
| **Valor das Debêntures que será destinado ao Projeto (“Valor das Debêntures Destinado ao Projeto”)** | Até R$177.035.320,00 (cento e setenta e sete milhões, trinta e cinco mil, trezentos e vinte reais), levando-se em conta as Debêntures Suplementares que poderiam ter sido emitidas. |
| **Alocação dos recursos a serem captados por meio das Debêntures**  | Os recursos a serem captados pelas Debêntures da Terceira Série deverão ser utilizados para o reembolso de despesas, gastos e/ou dívidas relacionados aos investimentos no Projeto, na forma e prazo previstos na Lei 12.431/11  |
| **Percentual dos recursos financeiros das Debêntures da Terceira Série frente às necessidades de recursos para a conclusão do Projeto 2** | 30,1% |
| **Percentual da alocação dos recursos financeiros das Debêntures da Terceira Série**  | Até 45,8%  |
| **Percentual dos recursos líquidos estimado decorrentes das Notas Promissórias Comerciais que futuramente serão destinados a este Projeto** | Até 9,2%  |

**2 O percentual é calculado dividindo-se o Valor das Debêntures Destinado ao Projeto pelo valor estimado para a conclusão do Projeto Fluminense. Adicionalmente, o cálculo do Valor das Debêntures Destinados ao Projeto dividido pelo Volume Estimado dos Recursos para Realização do Projeto é de 9,60%.**

Os recursos captados por meio das Debêntures da Terceira Série serão utilizados no Projeto Regis Bittencourt e no Projeto Fluminense na proporção de 54,2% e 45,8%, respectivamente. Considerando que os recursos captados por meio das Debêntures da Primeira Série foram suficientes para o resgate das Notas Promissórias Comerciais, os recursos das Debêntures da Terceira Série serão aplicados na proporção indicada acima.

Caso os recursos das Debêntures da Terceira Série não sejam suficientes a conclusão dos investimentos nos Projetos, a Companhia poderá utilizar recursos próprios e/ou outras fontes decorrentes de financiamentos adicionais e do caixa decorrente das suas atividades operacionais.

Parte dos recursos obtidos com a Oferta serão utilizados para liquidar dívidas obtidas pela Companhia junto ao Bradesco BBI e/ou sociedades pertencentes aos seus respectivos grupos econômicos, devendo os potenciais investidores levar em consideração a existência de um potencial conflito de interesse relacionado à participação do Bradesco BBI como coordenador da Oferta, tendo em vista que a Companhia pretende utilizar parte dos recursos líquidos da Oferta para liquidar ou amortizar dívidas tomadas junto ao Bradesco BBI. Para mais informações, veja as seções “Fatores de Risco” e “Relacionamento entre a Companhia e os Coordenadores”, nas páginas 110 e 105 deste Prospecto, respectivamente.

OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA

Nos termos da Seção “Destinação dos Recursos” deste Prospecto Definitivo, os recursos captados pela Emissora (i) por meio das Debêntures da Primeira Série serão destinados ao resgate antecipado total das Notas Promissórias Comerciais da Companhia, no valor total de R$650.000.000,00, com a emissão de 520 cártulas em 9 de agosto de 2017, com data de vencimento para 5 de fevereiro de 2018, com taxa de juros de 110% do DI, sendo o saldo remanescente após tal resgate destinado ao reforço de capital de giro da Companhia; e (ii) por meio das Debêntures da Terceira Série serão destinados ao pagamento futuro ou no reembolso de despesas, gastos e/ou dívidas relacionados aos investimentos nos Projetos, podendo também ser utilizado parcialmente no resgate antecipado total das referidas Notas Promissórias Comerciais da Companhia.

Considerando que o Bradesco BBI é, nesta data, titular de duas Notas Promissórias Comercias da Companhia, no valor total agregado de R$2.500.000,00**, o Bradesco BBI declara que a sua participação na Oferta pode caracterizar conflito de interesses, conforme descrito na seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures – Poderá haver conflito de interesses entre o Bradesco BBI e os investidores da Oferta, tendo em vista que o Bradesco BBI é credor da Companhia no âmbito das Notas Promissórias Comerciais da Companhia, que serão resgatadas pela Companhia com os recursos obtidos por meio da integralização das Debêntures”, na página 110 deste Prospecto.**

À exceção da operação acima descrita, não há qualquer outra operação financeira celebrada entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta que sejam vinculadas à presente Oferta.

CAPITALIZAÇÃO

A tabela abaixo apresenta a nossa capitalização total (empréstimos e financiamentos, debêntures (circulante e não circulante) e total do patrimônio líquido) em 30 de junho de 2017, sendo (i) em bases históricas, as informações constantes da coluna “Atual” extraídas das nossas informações trimestrais consolidadas auditadas da Companhia referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2017; e (ii) as informações constantes da coluna “Ajustado” ajustadas para refletir os recursos líquidos que a Companhia estima receber com a Oferta, no montante de R$1.604.908.243,00 (um bilhão, seiscentos e quatro milhões, novecentos e oito mil, duzentos e quarenta e três reais), provenientes da emissão de 1.615.764 (um milhão, seiscentas e quinze mil, setecentas e sessenta e quatro) Debêntures, após a dedução das comissões e despesas estimadas no montante de R$10.855.757,00 (dez milhões, oitocentos e cinqüenta e cinco mil, setecentos e cinqüenta e sete reais), a serem pagas pela Companhia no âmbito da Oferta.

Os potenciais investidores devem ler essa seção em conjunto com as demonstrações financeiras e informações trimestrais da Companhia e respectivas notas explicativas incorporadas por referência a este Prospecto, e as seções “3. Informações Financeiras Selecionadas” e “10. Comentários dos Diretores” do Formulário de Referência também incorporado por referência a este Prospecto.

|  |  |
| --- | --- |
|  | **Em 30 de junho de 2017** |
|  | **Atual** | **% do Total** | **Ajustado (2)** | **% do Total** |
|  | (em R$ mil) |  | (em R$ mil) |  |
| **Passivo Circulante** |  |  |  |  |
| Empréstimos e financiamentos  | 555.690 | 5,43% | 555.690 | 4,70% |
| Debêntures) | 651.443 | 6,37% | 651.443 | 5,51% |
| **Passivo Não Circulante** |  |  |  |  |
| Empréstimos e financiamentos | 2.757.383 | 26,96% | 2.757.383 | 23,30% |
| Debêntures | 884.909 | 8,65% | 2.489.817 | 21,04% |
| **Total do patrimônio líquido** | 5.377.900 | 52,58% | 5.377.900 | 45,45% |
| **Capitalização Total(1)** | 10.227.325  | 100% | 11.832.233 | 100% |

1. A capitalização total corresponde à soma dos valores referentes a empréstimos e financiamentos, debêntures (circulante e não circulante) e total do patrimônio líquido.
2. Ajustado para refletir o recebimento dos recursos líquidos de aproximadamente R$1.604.908.243,00 (um bilhão, seiscentos e quatro milhões, novecentos e oito mil, duzentos e quarenta e três reais) provenientes da emissão de 1.615.764 (um milhão, seiscentas e quinze mil, setecentas e sessenta e quatrol) Debêntures no âmbito da Oferta, com a dedução das comissões e as despesas estimadas em R$10.855.757,00 (dez milhões, oitocentos e cinqüenta e cinco mil, setecentos e cinqüenta e sete reais).
3. O total do patrimônio líquido é calculado na data-base de 30 de junho de 2017 e, portanto, não reflete o aumento de capital social da Companhia no montante de R$1.166.999.999,76 (um bilhão, cento e sessenta e seis milhões, novecentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e sessenta e sete centavos) aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia realizada em 9 de outubro de 2017.

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO TERCEIRO PRESTADOR DE GARANTIAS

Conforme descrito na Seção “Informações Relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures – Garantias Reais” na página 60 deste Prospecto, as Debêntures serão garantidas pelas Garantias Reais, a serem prestadas pela Emissora e pela Arteris Participações.

Em atendimento ao item 7.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, tendo em vista que a Arteris Participações é integralmente detida pela Emissora e, ainda, que possui, como único ativo, 49% (quarenta e nove por cento) das ações de emissão da Intervias, que é um emissor com registro de valores mobiliários perante a CVM e, portanto, possui formulário de referência disponível para consulta, para maiores informações sobre a Arteris Participações vide versão mais atualizada do formulário de referência da Intervias disponível na Internet.

O formulário de referência da Intervias pode ser obtido no endereço abaixo indicado:

* **CVM**: www.cvm.gov.br (neste website, no campo “Acesso Rápido”, acessar “ITR, DFP, IAN, IPE, FC. FR e outras informações”. Nesta página digitar “Intervias” e, em seguida, clicar em “Continuar” e depois em “Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S/A”. Na sequência, selecionar “Formulário de Referência” e, posteriormente, clicar em “download” ou “consulta”).
* **Emissora**: ri.arteris.com.br (neste website acessar, na página principal, “Empresas do Grupo”, em seguida acessar o “Formulário de Referência” e clicar na versão mais recente de seu “Formulário de Referência”).

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

1. Renda variável sem partes relacionadas. [↑](#footnote-ref-2)